



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Luiz Miguel Stumbo Filho

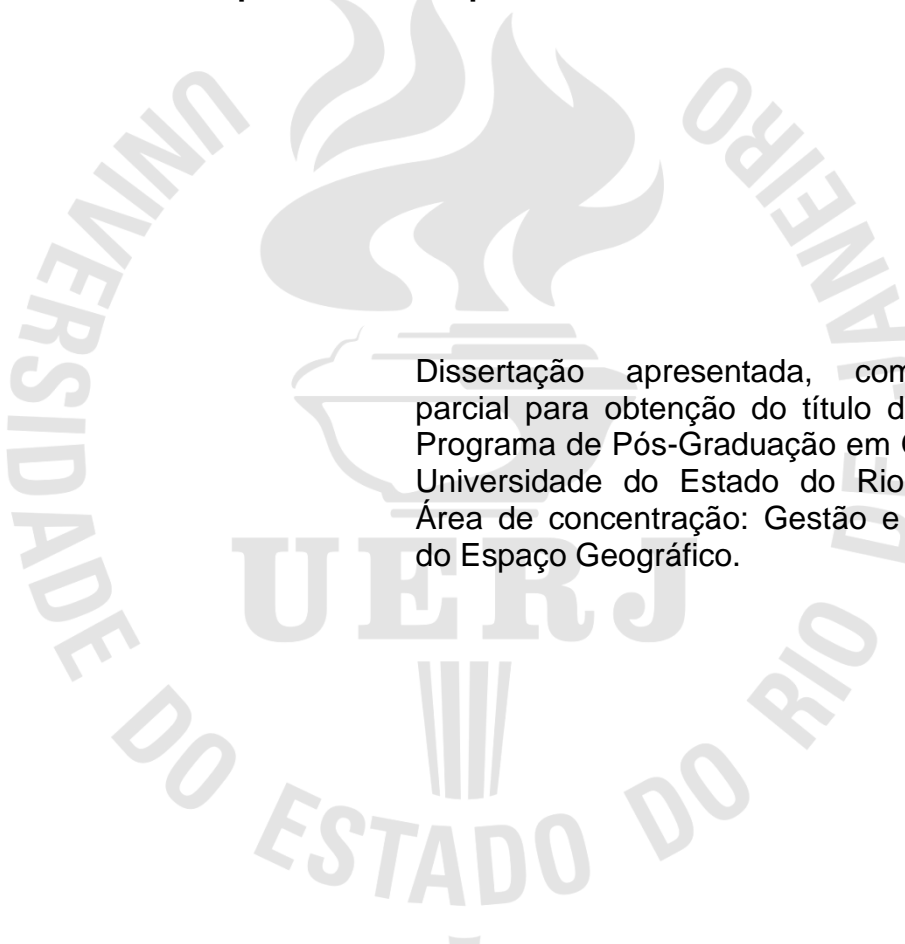
**A Zona Especial de Negócios Rurais em Duque de Caxias/RJ:
potencialidades e possibilidades para o turismo rural**

Rio de Janeiro

2022

Luiz Miguel Stumbo Filho

A Zona Especial de Negócios Rurais em Duque de Caxias/RJ: potencialidades e possibilidades para o turismo rural



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

S934 Stumbo Filho, Luiz Miguel.
A Zona Especial de Negócios Rurais em Duque de Caxias / RJ: potencialidades e possibilidades para o turismo rural / Luiz Miguel Stumbo Filho. – 2022.
126 f. : il.

Orientador: Miguel Ângelo Campos Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia Humana – Políticas Públicas – Duque de Caxias (RJ) – Teses. 2. Políticas Públicas – Aspectos socioeconômicos – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Gestão territorial – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. Duque de Caxias (RJ) – Turismo Rural – Teses. I. Ribeiro, Miguel Ângelo Campos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. IV. Título.

CDU 911.3 (815.3)

Bibliotecária responsável: Fernanda Lobo / CRB-7: 5265

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Luiz Miguel Stumbo Filho

A Zona Especial de Negócios Rurais em Duque de Caxias/RJ: potencialidades e possibilidades para o turismo rural

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovada em 13 de junho de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Miguel Angelo Ribeiro (Orientador)
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Gláucio Marafon
Instituto de Geografia –UERJ

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva
Universidade Federal de Alagoas

Prof^a. Dr. Tereza Coni Aguiar
ASPLANDE - RIO

Rio de Janeiro

2022

AGRADECIMENTOS

Por estar aqui com saúde, mesmo diante de tantos problemas que vieram durante o curso de mestrado. A pandemia pela Covid-19 afetou a todos nós, mas sou grato por não perder as esperanças em concluir esta pesquisa. Entretanto, essa conclusão não seria possível sem o apoio e o carinho de pessoas queridas em minha vida.

A minha família pelo amor e pelo amparo, mesmo que de forma remota, ao longo destes anos de estudo. Estes tempos de isolamento apenas fortaleceram os nossos laços, e todo o suporte de vocês me guiaram até aqui.

A minha companheira Elissa pela paciência e por toda a compreensão que teve comigo, principalmente no dia a dia. Seus incentivos me ajudaram a concluir mais uma etapa, e espero que eu consiga concluir muitas outras ao seu lado.

Ao professor Dr. Glaucio Marafon e ao professor Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva pela disposição em avaliar a minha pesquisa e pelo suporte dado a minha qualificação. Obrigado pelas contribuições e pelo tempo disponibilizado para analisar o meu trabalho.

Ao meu orientador, o professor Dr. Miguel Ângelo, responsável por me guiar nesse projeto, pela sua confiança e dedicação e também por me amparar nos momentos difíceis. Obrigado por todas as orientações e por todo o suporte dado ao longo da minha pesquisa.

Ao meu amigo Marcio, por todo o apoio dado ao longo desse processo. Desde o projeto enviado para o processo seletivo até a apresentação final, o seu apoio foi decisivo para que não desistisse e hoje pudesse escrever estes agradecimentos.

A veterinária Renata Briata pelo apoio ao longo da saída de campo, e com a comunicação com a população local para que pudéssemos trocar informações.

Aos meus amigos eu também sou grato por tudo. Esses dois últimos anos foram uma turbulência em escala mundial, e ninguém estava preparado para tantas mudanças nas relações, na convivência e também nos estudos. Foram dias sem dormir, crises de ansiedade e muita preocupação com o que está por vir. Honestamente, ainda é algo muito incerto. Mas sei que não estou sozinho, e isso me motiva a continuar progredindo. Se meu trabalho contribuir um pouco para o universo científico, eu já me sinto realizado.

Muito obrigado a todos vocês, por não desistirem de mim.

RESUMO

STUMBO FILHO, Luiz Miguel. *A Zona Especial de Negócios Rurais em Duque de Caxias/RJ: potencialidades e possibilidades para o turismo rural*. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O município de Duque de Caxias, após a emancipação do município de Nova Iguaçu, passou a receber grandes empreendimentos fabris, oriundos do Estado Novo, para contemplar as modificações na estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro. Iniciados na década de 1940, estes projetos marcaram o território caxiense, que passou a ser visto como um município industrial. Essa perspectiva foi tão marcante que influencia, nos dias atuais, o ordenamento territorial do referido município. Na década de 2000, com a criação do Estatuto da Cidade e afim de atender as normas de políticas urbanas determinadas pelo mesmo, o Plano Diretor Municipal de Duque de Caxias (PDU) foi criado, e nele, diversas zonas de desenvolvimento que divergem da atividade industrial. Uma delas aponta para o turismo de temática rural. Assim, urge uma questão a ser discutida: O município de Duque de Caxias, tão marcado pela atividade industrial, detém um potencial para a atividade turística rural, conforme predispõe seu Plano Diretor? Isto posto, o objetivo geral desta dissertação é analisar a macrozona definida pelo PDU (ZEN Rural) e seu potencial turístico rural, frente a um corpo legislativo que não oferece suporte para o planejamento desta atividade. Como objetivos específicos buscaremos: analisar o processo de ocupação e modificação territorial caxiense a partir do final do Século XIX, frente as transformações socioeconômicas ocorridas na capital Rio de Janeiro, além de apresentar as ações promovidas pela legislação urbanística municipal, que prioriza o uso industrial em detrimento a outros usos compatíveis com a realidade local; redigir sobre a prática do Turismo Rural e possíveis conceituações e características através da contribuição de geógrafos e pesquisadores; discutir sobre as metodologias de definição das áreas rurais e urbanas e também investigar os dispositivos de planejamento turístico dos órgãos Estaduais e Federais que contemplem Duque de Caxias; investigar as localidades inseridas na ZEN Rural, no intuito de apresentar as atividades ali exercidas, suas possibilidades e potencialidades. O caminho da investigação escolhido será o da lógica da descoberta, uma vez que é necessária uma análise subdivida em três etapas: a primeira, demonstrar o processo de construção de Duque de Caxias e o desenvolvimento da atividade fabril no mesmo, e como a legislação urbanística foi (e ainda é) um fator influente, ainda que promova conflitos pelo uso da terra. A segunda é analisar as contribuições teóricas do turismo rural e diretrizes deste em diferentes esferas administrativas, e por último é investigar, *in loco*, a dinâmica presente na ZEN Rural. Portanto, foi possível concluir que, por mais que a gestão pública insista numa visão de desenvolvimento territorial pautada majoritariamente na atividade industrial, existem localidades que promovem atividades e experiências na área rural, entretanto, sem uma devida estratégia de desenvolvimento. Podemos dizer que existe um potencial para o desenvolvimento do turismo rural em Duque de Caxias, mesmo que as atividades vistas ali não sejam relacionadas ao modo de vida rural, e que têm possibilidades de crescimento, desde que executadas com um planejamento orientado ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Duque de Caxias. Turismo Rural. Políticas públicas.

ABSTRACT

STUMBO FILHO, Luiz Miguel. *The Special Zone of Rural Business in Duque de Caxias/RJ: potentialities and possibilities for rural tourism*. 2022. 126 p. Dissertation (Master degree in Geography) – Geography Institute, State University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The municipality of Duque de Caxias, after the emancipation from Nova Iguaçu, began to receive large industrial enterprises, originating from a New State political measure, to contemplate the changes in the urban structure of the city of Rio de Janeiro. Started in the 1940s, these projects marked Caxias territory, which came to be seen as an industrial city. This perspective was so striking that it influences nowadays the territorial planning of that municipality. In the 2000s, with the creation of the City Statute, the Municipal Master Plan of Duque de Caxias (PDU) was created, and in it, several development zones that diverge from the industrial activity. One of them points to rural-themed tourism. Thus, there is an urgent question to be discussed: Does the city of Duque de Caxias, so marked by industrial activity, have a potential for rural tourism, according to its Master Plan? That said, the general objective of this dissertation is to analyze the macrozone defined by the PDU (ZEN Rural) and its rural tourism potential, against a legislation that doesn't offer support for this activity. As specific objectives we will seek to: analyze the process of occupation and modification of Caxias since the end of the 19th century, in view of the socioeconomic transformations that took place in the capital Rio de Janeiro, in addition to the actions promoted by municipal urban legislation, which prioritizes the industrial use in detriment to other uses compatible with the local reality; write about the practice of Rural Tourism and possible concepts and characteristics through the contribution of geographers and researchers; discuss the methodologies for defining rural and urban areas and also investigate the tourist planning devices of State and Federal agencies that include Duque de Caxias; to investigate the localities included in the ZEN Rural in order to present the activities carried out there, their possibilities and potential. The path of investigation chosen will be the logic of discovery, since an analysis subdivided into three stages is necessary: first, to demonstrate the construction process of Duque de Caxias and the development of the industrial activity in it, and how the urban legislation was (and still is) an influential factor, even if it promotes conflicts over land use. Second is to analyze the theoretical contributions of rural tourism and its guidelines in different administrative spheres, and finally, to investigate, locally, the dynamics present in ZEN Rural. Therefore, it was possible to conclude that, as much as public management insists on a vision of territorial development based mostly on industrial activity, there are locations that promote activities and experiences in rural areas, however, without a proper development strategy. We can say that there is a potential for the development of rural tourism in Duque de Caxias, even if the activities seen there are not related to the rural way of life, and that there are possibilities for growth, as long as they are carried out with a planning oriented to sustainable development.

Keywords: Duque de Caxias. Rural Tourism. Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Mapa da malha Ferroviária no Ciclo do Café - Estado do RJ.....	25
Figura 2 –	Anúncio de vendas de áreas para loteamento.....	30
Figura 3 –	Explosão de tanques de combustível de uma indústria no bairro de Jardim Primavera.....	46
Figura 4 –	Esquema de ações dos dispositivos normativos ao uso industrial em Duque de Caxias	47
Figura 5 –	Demonstração das características do Turismo Rural.....	75
Figura 6 –	Zoneamento por vocação turística na região turística 05.....	84
Figura 7 –	Coordenações de Turismo Rural.....	85

LISTA DE FOTOS

Foto 1 –	Condição da uma estrada na ZEN Rural.....	99
Foto 2 –	Condição de uma estrada na ZEN Rural.....	100
Foto 3 –	Presença de animais na pista.....	100
Foto 4 –	Trecho de estrada asfaltado para um empreendimento Municipal.....	101
Foto 5 –	Anúncios de localidades na ZEN Rural.....	102
Foto 6 –	Banner contendo informações sobre um empreendimento na ZEN Rural.....	102
Foto 7 –	Sinalização da Prefeitura para orientar o acesso a Fazenda Paraíso.....	103
Foto 8 –	Área para pesque e pague no Rancho Beltino.....	104
Foto 9 –	Área de piscina do Rancho Beltino.....	105
Foto 10 –	Área do restaurante do Rancho Beltino.....	105
Foto 11 –	Área do salão de festas e eventos do hotel fazenda sonho meu..	106
Foto 12 –	Área para aluguel de churrasqueira do hotel fazenda sonho meu	107
Foto 13 –	Área com piscina natural e córrego no hotel fazenda sonho meu	107
Foto 14 –	Restaurante do Pesque e pague do Kombu.....	108
Foto 15 –	Área de pesque e pague do Kombu.....	108
Foto 16 –	Haras quatro corações.....	109
Foto 17 –	Área do restaurante do Bitelo.....	110
Foto 18 –	Área do alojamento do restaurante Bitelo.....	111
Foto 19 –	Área de pesque e pague do Bitelo.....	111
Foto 20 –	Localização do restaurante Ducado.....	112
Foto 21 –	Área para pesque e pague do restaurante Ducado.....	113
Foto 22 –	Área do restaurante Ducado.....	113
Foto 23 –	Propriedade com criação de cavalos.....	114
Foto 24 –	Propriedade com criação de gado.....	115
Foto 25 –	Plantação de mandioca (esq.); Plantação de goiaba (dir.).....	115
Foto 26 –	Parcelamento de terra com muro construído.....	116
Foto 27 –	Parcelamento de terras sem a placa de aprovação pela	

	prefeitura.....	117
Foto 28 –	Parcelamento de terras com cerca e portão construídos.....	117
Foto 29 –	Anúncio sobre Xerém no bairro Mantiqueira.....	119

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Plano Diretor de Duque de Caxias.....	18
Mapa 2 –	Loteamentos das décadas de 1920 e de 1930.....	32
Mapa 3 –	Divisão dos Distritos e de bairros e de bairros de Duque de Caxias de Caxias.....	37
Mapa 4 –	Principais Vias em Duque de Caxias.....	39
Mapa 5 –	Área descrita no Decreto nº1.688-1971.....	43
Mapa 6 –	Área de abrangência da Deliberação nº1701-1971.....	44
Mapa 7 –	Área industrial vigente em Duque de Caxias.....	48
Mapa 8 –	Dimensão da ZEN Rural.....	55
Mapa 9 –	Unidades de Conservação e Macrozona Zen Rural.....	58
Mapa 10 –	Macrozona ZEN Rural e Zona consolidada para uso industrial....	60
Mapa 11 –	Delimitação da área referente a Lei Complementar nº07-2019 e Macrozona ZEN Rural.....	63
Mapa 12 –	Zonas Urbanas e Rurais em Duque de Caxias.....	72
Mapa 13 –	Zona Rural (1987) e ZEN Rural (2006) em Duque de Caixas.....	73
Mapa 14 –	Macrozoneamento PEDUI-RMRJ em Duque de Caxias.....	89
Mapa 15 –	Localização dos empreendimentos Agropecuários – Censo Agro 2017.....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – N° de empresas registradas no cadastro industrial do Estado do Rio de Janeiro (2015/2016)	49
Gráfico 2 – Residência do responsável do estabelecimento agropecuário – Duque de Caxias	92
Gráfico 3 – N° de estabelecimentos agropecuários com energia elétrica - Duque de Caxias	93
Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos produtores - n° de estabelecimentos agropecuários.....	95
Gráfico 5 – Atividades nos estabelecimentos agropecuários em Duque de Caxias.....	96
Gráfico 6 – Estabelecimentos agropecuários que recebem algum tipo de orientação técnica - Duque de Caxias.....	96
Gráfico 7 – Origem da orientação técnica dos estabelecimentos agropecuários - Duque de Caxias.....	97
Gráfico 8 – N° de estabelecimentos agropecuários - programa de agricultura familiar - Duque de Caxias.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Loteamentos criados nas décadas de 1920 e 1930.....	31
Quadro 2 –	Lista dos bairros oficiais e Distritos de Duque de Caxias.....	36
Quadro 3 –	Ordenamento Territorial da Deliberação nº1765-1972.....	45
Quadro 4 –	Macrozonas definidas pelo Plano Diretor de Duque de Caxias....	51
Quadro 5 –	Diretrizes da Macrozona ZEIT.....	52
Quadro 6 –	Diretrizes da Macrozona ZEN Rural.....	53
Quadro 7 –	Contratos de repasse pelo sistema do Ministério do Turismo.....	64
Quadro 8 –	Segmentos do turismo aplicados no espaço rural.....	74
Quadro 9 –	Subdivisões do Turismo Rural.....	78
Quadro 10 –	Principais segmentos turísticos na Baixada Verde.....	86
Quadro 11–	Macrozonas de desenvolvimento do PEDUI-RMRJ.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento Populacional em Duque de Caxias - Anos 1940 a 1960.....	35
Tabela 2 – Valores de áreas dos Distritos de Duque de Caxias.....	38
Tabela 3 – N° de estabelecimentos industriais em Duque de Caxias - Período de 1950 até 1983.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

G.R.E.S	Grêmio Recreativo Escola de Samba
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
COMPERJ	Complexo Petroquímico da Petrobrás – Rio de Janeiro
FNM	Fábrica Nacional de Motores
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
FIRJAN	Federação das indústrias do Estado do Rio de Janeiro
PDU	Plano Diretor Urbanístico
ZEN	Zona Especial de Negócios
REBIO	Reserva Biológica
APA	Área de Proteção Ambiental
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
PEDUI	Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
PDTUR	Plano Diretor Turístico
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNTRAF	Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
SIDRA	Sistema IBGE de recuperação automática
CNEFE	Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	EMANCIPAÇÃO E MÁQUINA INDUSTRIAL CAXIENSE: HÁ ESPAÇO PARA O TURISMO RURAL?	24
1.1	“Um adeus a Merity, Caxias nasceu!”	24
1.2	O Município de Duque de Caxias e o processo de industrialização.	36
1.3	Plano Diretor de Duque de Caxias e a Zona Especial de Negócios Rurais: Conflitos para um turismo Rural?	50
2	A PRÁTICA DO TURISMO RURAL: APONTAMENTOS CONCEITUAIS	66
2.1	Considerações sobre o turismo Rural	66
2.2	Sobre outros olhares: As políticas e diretrizes de esfera Federal e no Estado do Rio de Janeiro sobre o turismo rural	79
3	A MACROZONA ZEN RURAL EM DUQUE DE CAXIAS: POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES PARA O TURISMO RURAL?	91
3.1	A Macrozona ZEN Rural e o Censo Agro 20117	91
3.2	Visita a Campo – Macrozona ZEN Rural	98
3.2.1	<u>Mobilidade e orientação</u>	99
3.2.2	<u>Equipamentos de lazer / turismo</u>	104
3.2.3	<u>Perfil de ocupação e parcelamento de terras</u>	114
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS	123

INTRODUÇÃO

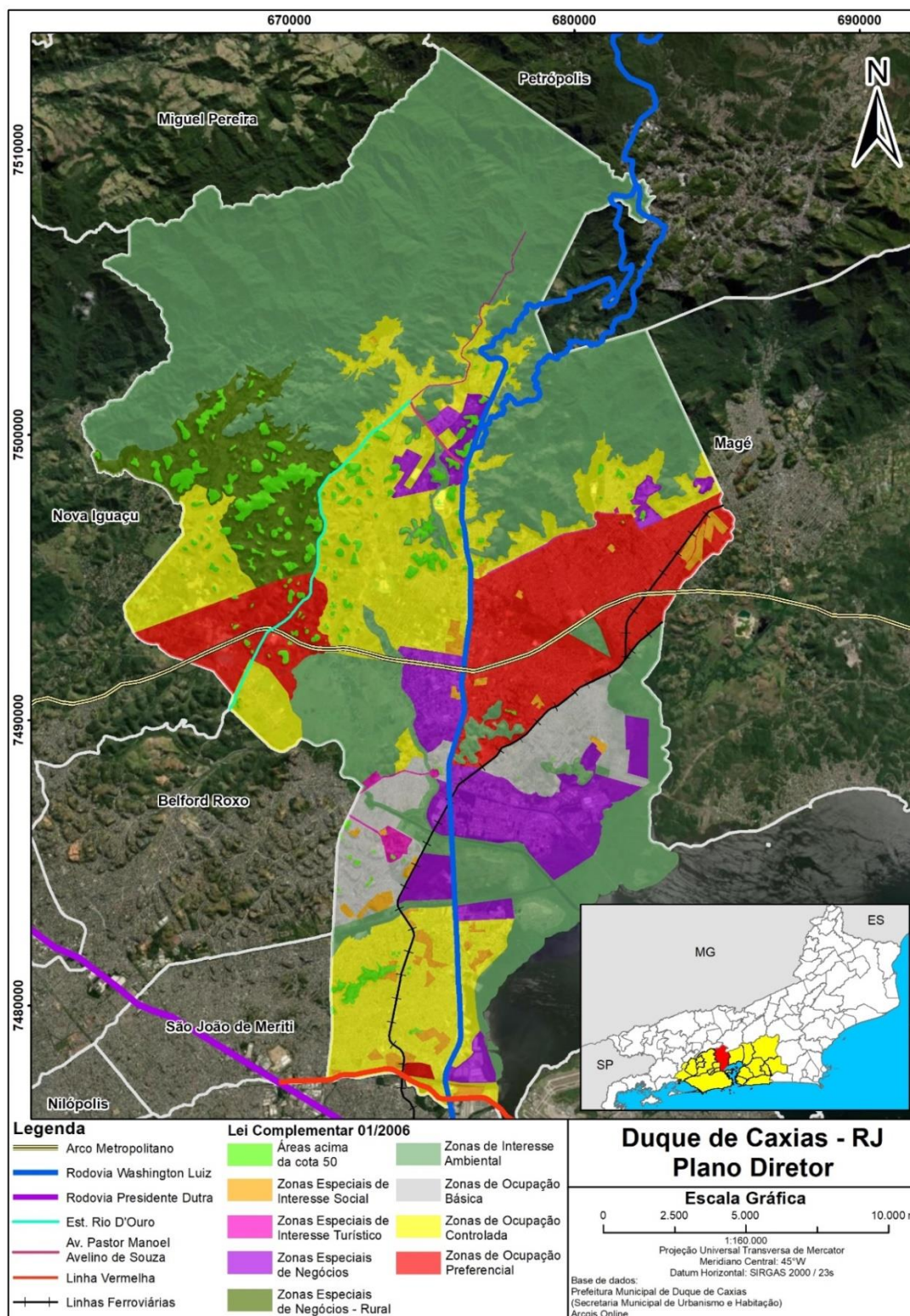
As razões que explicam a presente dissertação estão pautadas na minha experiência profissional, exercida, desde 2014, na área de planejamento urbano na Secretaria de Urbanismo e Habitação de Duque de Caxias/RJ. Nesse tempo de trabalho me deparei com várias questões relacionadas ao uso e ocupação do solo, como, ocupações irregulares, conflitos na legislação urbanística, falta de dados municipais, entre outros.

Por exercer a minha função neste setor, em um Município localizado numa importante região metropolitana com um enorme contraste entre as áreas do território, e com problemas históricos de falta de planejamento, muitos desafios se revelam diariamente. Entretanto, pela vivência e troca de experiências com as demais pastas de governo do poder público municipal, além de ter a oportunidade de circular pelos quatro distritos de Duque de Caxias e participado de projetos diversos, pude perceber que o município possui uma variedade de locais e também elementos potenciais para a prática turística, de diversos segmentos. A partir destas experiências, surgiu o desejo de criar uma pesquisa com esta temática, aproveitando o privilégio de estar inserido em uma secretaria de governo, para apresentar um trabalho contendo informações que dificilmente seriam adquiridas caso não estivesse alocado no setor supracitado.

Assim, esta dissertação faz uma análise sobre a potencialidade e possibilidades da atividade turística com temática Rural em uma área definida pelo Plano Diretor Municipal de Duque de Caxias (Lei Complementar nº01 de 2006) como Zona de Negócios Rurais (ZEN Rural), localizada no 4º Distrito (Xerém) do referido Município, que foi a única área criada pelo Plano Diretor com uma diretriz de desenvolvimento para a atividade turística supracitada. O mapa 1 apresenta a localização do Município de Duque de Caxias em relação a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e as zonas definidas em seu Plano Diretor, além das principais vias que atravessam o município (tanto de forma vertical quanto de forma horizontal) e as conexões com outras vias importantes do Estado do RJ, o que privilegia Duque de Caxias quanto ao posicionamento logístico. O Plano Diretor Municipal foi um instrumento com uma proposta de dinamismo em relação ao desenvolvimento territorial, com a premissa de organizar as áreas de execução da atividade industrial

e a inserção de outras atividades, como a de turismo e a de turismo no segmento rural.

Mapa 1 - Plano Diretor de Duque de Caxias



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2022.

Entretanto, por décadas foi aplicado ao município de Duque de Caxias o uso industrial como um vetor de crescimento e de influência majoritária sobre a dinâmica do uso do solo. Ao longo de sua curta história pós emancipação, que se iniciou no início da década de 1940, o município recebeu influências externas para incentivar e ampliar a atividade fabril em seu território. Assim, diversos aparatos legislativos municipais que abordam sobre o uso e parcelamento do solo foram gerados com o objetivo de intensificar esse movimento, além da instalação de grandes empreendimentos para fomentar a atividade industrial. Isso provocou uma série de conflitos pelo uso da terra, que se estendem até o presente momento, o que deixa pairar uma dúvida sobre o possível desenvolvimento de uma atividade turística em seu território. Um município tão marcado pela atividade fabril pode ampliar seus horizontes de planejamento e ordenamento territorial e assim, dinamizar suas atividades para outros setores? Assim, no primeiro momento do trabalho foi necessária a pesquisa nas referências teóricas para elucidar o processo de emancipação do município de Duque de Caxias, apresentando de forma objetiva os acontecimentos que marcaram o referido processo, onde foi necessário um resgate histórico que antecede a ação de emancipação do município de Duque de Caxias, a partir da identificação de elementos que afetaram, direta ou indiretamente, o processo de ocupação no referido Município e seu desenvolvimento fabril.

Assim, foi estabelecido um recorte temporal, que se inicia no final do século XIX, com a identificação de dois marcos importantes que se relacionam com o município em estudo, onde o primeiro é a ampliação da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), em 1958 e a Estrada de Ferro Leopoldina, em 1886, e suas conexões e deslocamentos de forma intra-urbana na capital do Brasil (que nessa época era a cidade do Rio de Janeiro) e também para o seu entorno, com o intuito de dinamizar e melhorar o fluxo de mercadorias, além de estabelecer a conexão com as áreas de produção de café do Vale do Paraíba Fluminense. Já o segundo marco representa o declínio da economia cafeeira Fluminense e também o fim da mão de obra escrava e a substituição da mesma para uma mão de obra assalariada, o que provocou mudanças significativas no modelo de trabalho e também abriu caminho para setores industriais se desenvolverem, uma vez que os trabalhadores livres e com remuneração representavam um mercado consumidor. Esta mudança provocou um crescimento populacional e a sua concentração na área central da cidade do Rio de Janeiro.

Não demorou muito para que os problemas relacionados à habitação viessem à tona, além da disputa do espaço por moradias e também por negócios e comércios. Sendo assim, o papel do Estado foi essencial na reorganização espacial da área central do Rio de Janeiro, que priorizou os interesses do capital e também de uma classe social privilegiada, expulsando a população socialmente frágil e demolindo os cortiços, a partir de uma política urbana higienista.

Assim, as áreas no entorno da cidade do Rio de Janeiro passaram a ser ocupadas, mesmo com as diversas adversidades que estas localidades apresentavam (falta de saneamento básico, abastecimento de água e fornecimento de energia, além das doenças que se difundiam rapidamente por conta destas condições). E a área que viria a ser o Município de Duque de Caxias, mesmo com tantos problemas, foi ocupada para receber a grande massa trabalhadora que procurava por oportunidades na cidade do Rio de Janeiro, a partir da abertura de diversos loteamentos, oriundos de grandes áreas de fazendas. Os problemas estruturais persistiram, mas o crescimento populacional e o processo ocupacional continuaram acentuando as péssimas condições habitacionais. Mesmo com tantas atribulações, a área no entorno da estação ferroviária se desenvolveu, com a abertura de empreendimentos comerciais, de serviços e de atividades fabris, e isto pavimentou o processo para a emancipação da área da antiga Merity do Município de Nova Iguaçu.

Após a emancipação de Duque de Caxias, foi averiguado o acervo legislativo presente na base de dados da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias como uma forma de registrar a expansão de áreas destinadas a atividade industrial, a partir de um levantamento e análise dos dispositivos legislativos que abordam sobre o uso e ocupação da terra, a partir da década de 1970, como deliberações e decretos Municipais, que delimitaram as áreas para atuação da atividade industrial. Estes decretos foram marcados com a utilização de um *software* de informação geográfica, e com isso, pode-se gerar mapas temáticos para demonstrar a expansão das áreas destinadas para o uso fabril e também serviu de auxílio para a apresentação de uma “colcha de retalhos” normativa, expondo que existem regulamentações que datam de 40 anos passados e que ainda estão ativos, com pequenas modificações pontuais, o que deixa claro que não há uma intenção política de renovar e atualizar o corpo normativo urbanístico que contemple a dinâmica territorial atual do Município.

Esta análise segue até a apresentação do Plano Diretor Municipal, criado em outubro de 2006. O Plano Diretor Municipal, como exemplo de instrumento legislativo, fixou as macrozonas de desenvolvimento territorial e suas diretrizes gerais. Uma delas, que é o recorte espacial deste trabalho, é a Zona Especial de Negócios Rurais – ZEN Rural, onde se encontram os locais de possível turismo rural. Porém, o Plano Diretor não efetivou as suas Leis Complementares, que deveriam auxiliar as diretrizes da ZEN Rural (e conseqüentemente direcionar as propostas para a atividade de turismo rural), e por isso, os dispositivos de regulamentação anteriores ao Plano Diretor ainda estão ativos e configurando o seu território, provocando conflitos diversos de uso.

A partir do diagnóstico exposto no primeiro capítulo, as contribuições teóricas que discutem sobre o turismo rural foram de grande auxílio na elaboração do segundo capítulo, que não possui uma definição única, uma vez que o mesmo não se desenvolve de forma uniforme no território brasileiro. Há sim um consenso entre os autores que o turismo rural deve ser executado em ambientes com elementos naturais, mas não há uma explicação universal para a atividade de turismo rural.

Assim, as contribuições teóricas apontam que o turismo rural, de forma geral, deve ter em sua essência a simplicidade e a originalidade da vida rural, com o mínimo de artificialização do ambiente para não gerar simulacros da atividade, sem uma conexão maior entre o turista e o meio rural. Até mesmo o desenvolvimento do turismo rural deve ser monitorado para não sofrer um processo de massificação do mesmo e desconfigurar o espaço onde os moradores e trabalhadores da área rural atuam, provocando impactos sociais significativos, como a descaracterização da cultura local a partir da intensa troca mercantil entre os turistas e os estabelecimentos. Esta etapa do segundo capítulo também dedicou a analisar a legislação referente a divisão de espaços rurais e urbanos em Duque de Caxias, e analisá-los em relação aos dispositivos urbanísticos que priorizam o uso industrial, além do Plano Diretor que atualizou a dimensão da área rural Municipal. Assim, a partir do mapeamento feito da legislação sobre definição de área rural e urbana juntamente com a macrozona ZEN Rural, percebe-se que há uma redução significativa na área rural em Duque de Caxias. A última etapa do segundo capítulo foi dedicada a exposição dos documentos oficiais temáticos relacionados a este segmento do turismo provenientes de diferentes esferas administrativas,

apresentando a visão do poder público (tanto na esfera federal quanto na estadual) e suas políticas para a atividade turística no Município de Duque de Caxias, a fim de ilustrar as diferentes óticas desta temática sobre um mesmo território. Assim, trazer luz sobre o Turismo Rural neste capítulo foi de grande importância pois a análise da macrozona ZEN Rural para averiguação de potencialidades turísticas foi ancorada no arcabouço teórico deste capítulo.

O terceiro e último capítulo desta pesquisa foi dedicado a uma análise dos dados oriundos do censo agro de 2017 no Município de Duque de Caxias. Numa primeira etapa, foi feita a sobreposição da informação sobre as localizações dos empreendimentos agropecuários utilizados como referência para o referido censo junto com os limites da macrozona ZEN Rural. A partir deste mapeamento, aponta-se um conflito na visão de desenvolvimento de atividades no Município, pois estes estabelecimentos agropecuários estão fixados em zonas que não estão em desacordo com as atividades ligadas ao modo rural. E, de acordo com o Plano Diretor Municipal, a ZEN Rural é a única zona que tem como diretriz incentivar e preservar o modo de vida da população rural, além de estimular pequenas e médias propriedades rurais. É importante ressaltar que estas localizações não dispõem de outras informações, e por isso, não foi possível identificar os tipos de produção que estão presentes na ZEN Rural, mas sim, em Duque de Caxias como um todo.

Por conta disso, foi feita uma análise dos dados obtidos dos resultados definitivos do censo agro 2017, presentes na plataforma do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A partir disso, foi visto que em Duque de Caxias a maioria dos produtores rurais fazem do uso da terra como o seu sustento principal, além do nível educacional dos responsáveis pelo estabelecimento ser, majoritariamente, do ensino fundamental. Além disso, os produtores rurais, em sua maioria, não recebem uma orientação técnica para ampliar e diversificar o seu cultivo.

A última etapa deste capítulo é dedicada a uma visita a campo e observações da dinâmica local, com registros fotográficos dos locais visitados, além de coleta de dados a partir da interação com os representantes dos estabelecimentos visitados. É importante ressaltar que esta etapa do trabalho sofreu com diversas restrições por conta da pandemia da covid-19, e isso impediu que fossem feitas outras saídas de campo. A análise da visita a campo foi segmentada em três temas, abrangendo a mobilidade pela ZEN Rural, os equipamentos visitados

e também o perfil de ocupação na macrozona e o parcelamento de terras, com o intuito de analisar as potencialidades dos locais visitados e possibilidades de desenvolvimento do turismo com temática rural. Ao longo da visita a campo, foi observada a existência de equipamentos de lazer, mas sem uma relação direta com o modo de vida rural. Além disso, estes empreendimentos sofrem com a dificuldade de acesso aos mesmos, por conta da condição das estradas presentes na ZEN Rural.

A baixa cobertura de sinal e uma sinalização precária também dificultam a mobilidade e a orientação na referida Macrozona, e as indicações a estes locais são feitos pelos proprietários. Os equipamentos visitados atuam como atrativos turísticos, como sítios e haras a até restaurantes que possuem a opção de hospedagem. Estes estabelecimentos, de acordo com os próprios representantes, recebem visitantes de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto, os representantes dos locais visitados apontaram diversos problemas para receber seus visitantes, como um serviço de baixa qualidade de fornecimento de energia elétrica, e também a péssima cobertura para serviços de internet, o que dificulta o uso de máquinas para pagamento dos serviços prestados. Além disso, foi visto a presença de novos parcelamentos de terra que indicam a construção de condomínios de casas de alto padrão, o que pode provocar uma valorização na terra e conseqüentemente uma pressão sobre diversas residências que ali se encontram, mas não exercem uma função de equipamento de lazer. O que se conclui a partir disso é que os estabelecimentos visitados estão intimamente ligados aos elementos naturais que compõem a ZEN Rural, entretanto, as atividades ofertadas não se conectam com as particularidades do modo de vida rural. Além disso, os serviços oferecidos por estes estabelecimentos criam um simulacro de experiência rural e até trazem elementos de práticas urbanas, até para atender a uma demanda existente. De fato, há potencial para desenvolvimento de uma estratégia turística pautada nos valores e experiências rurais, mas o que se pode observar é que mesmo com o conhecimento do poder público sobre esta área, não há um planejamento para execução de uma atividade que corrobore com as diretrizes pautadas no Plano Diretor Municipal.

1 EMANCIPAÇÃO E MÁQUINA INDUSTRIAL CAXIENSE: HÁ ESPAÇO PARA O TURISMO RURAL?

1.1 “Um adeus a Merity, Caxias nasceu!” ⁽¹⁾

Em 31 de dezembro de 1943, através do Decreto–Lei nº1.055, era criado o Município de Duque de Caxias, promovendo o seu desmembramento do Município de Nova Iguaçu. Essa chancela não ocorreu de forma isolada, mas sim, a partir de diversos fatores que promoveram mudanças significativas na cidade do Rio de Janeiro, e conseqüentemente, em seu entorno. Assim, se faz necessário recortar temporalmente e analisar estas transformações para até então, chegarmos à configuração atual do referido recorte espacial: o Município Caxiense. O marco temporal de análise tem início no final do século XIX, no qual a cidade do Rio de Janeiro, que neste período era a capital Nacional, passou por modificações em sua estrutura urbana e econômica. Serão destacadas neste trabalho duas mudanças significativas, tais como as ampliações do ramal ferroviário, que estabeleceu novas conexões e deslocamentos intra-urbanos e também em suas cercanias e a consolidação e expansão da atividade fabril para além dos limites da capital. As contribuições de Simões (2007) demonstram que a intensificação do processo de industrialização e a expansão urbana na cidade do Rio de Janeiro no século XIX está conectada com a atividade cafeeira, baseada na mão de obra de pessoas escravizadas, tanto em sua plena atuação quanto em sua decadência. Durante esse período, o porto da cidade do Rio de Janeiro, além de sua função exportadora e importadora de insumos e mercadorias, era de vital importância para a atividade cafeeira, pois era de lá onde chegavam as pessoas escravizadas da África e onde se fazia a redistribuição desta mão de obra para as fazendas, em destaque no Vale do Paraíba Fluminense, epicentro da economia cafeeira no Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, como aponta Lessa (2000), a cidade do Rio de Janeiro no século XIX era movida basicamente a força da mão de obra escrava, tanto para os serviços básicos da cidade (como o suprimento de comida, água, esgoto,

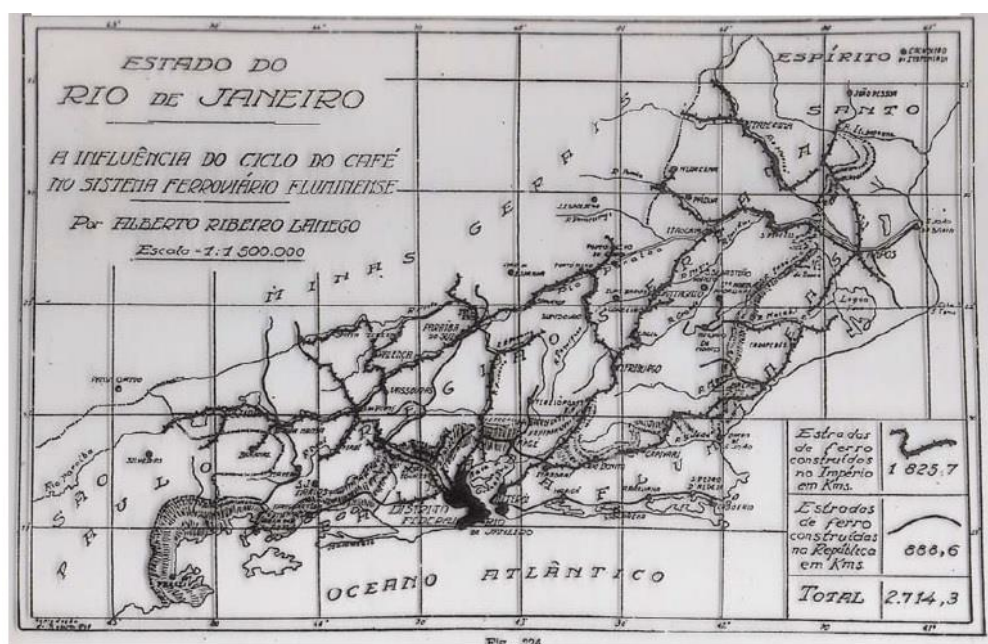
¹ Trecho do Samba Enredo do G.R.E.S Acadêmicos do Grande Rio, de 2007

iluminação, limpeza e comunicação) quanto a servir a elite social em suas residências. Isso é visto através do aumento do número de pessoas escravizadas no século XIX após a chegada da Corte, que contava com 35% da população urbana antes da chegada de D.João VI e logo após a sua chegada, em 1821, esse percentual foi ampliado para 45% da população urbana total. Em números absolutos, em 1844 o número de pessoas escravizadas era de 119 mil, dando um salto para 370 mil em 1877. Tal fato reflete no protagonismo da economia cafeeira Fluminense na primeira metade do século. Como aponta Lessa (2000), 60,0% da produção mundial de café era proveniente da Província Fluminense. Entre os anos de 1931 a 1940 o café era o principal produto de exportação brasileiro, e o seu porto exportador era a cidade do Rio de Janeiro. Com isso, a partir de 1840 surgem diversos projetos para expansão de ferrovias que pudessem conectar o Rio de Janeiro as áreas de produção cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense, para que pudesse dar conta do crescente fluxo de mercadorias. Simões (2007) aponta que a

importância fundamental para esta centralização do escoamento foi a construção da malha ferroviária centralizada na cidade do Rio de Janeiro. A construção da EFCB em 1858 e da EF Leopoldina em 1886 da E.F Melhoramentos, depois Linha Auxiliar em 1893 permitiram a captura de uma vasta hinterlandia que passou a abastecer o Rio de Janeiro não só de café, mas também de gêneros alimentícios (p.69).

A figura 1 apresenta a distribuição das linhas ferroviárias no Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal como ponto de irradiação das mesmas:

Figura 1 - Mapa da malha Ferroviária no Ciclo do Café - Estado do RJ



Fonte: Adaptado de Lamego, 1963,p.410.

As contribuições de Lamego (1963) apontam que a ampliação da malha ferroviária no Estado do Rio de Janeiro ocorreu, majoritariamente, por conta dos interesses dos barões do café do Império em expandir tal economia, com a anuência da República. Inclusive, o capital utilizado para os projetos de expansão da malha ferroviária, em grande parte, era oriundo do poder Público, mas servia aos interesses de uma aristocracia rural. Ainda segundo o autor:

Esse capital era, entretanto, uma parte mínima do que se aplicara em construções ferroviárias, visto que, daquelas 88 companhias, apenas 9 eram do Estado e com 32 com garantia de juros ou subvencionadas. A iniciativa embora estimulada pelo governo, era antes de tudo particular, de pequenos grupos interessados em melhoramentos regionais e com os recursos financeiros da nossa economia agrária (p.408).

De acordo com Lessa (2000), até 1883 surgiram 23 companhias particulares na Província Fluminense, criadas por concessões que variavam de 50 a 90 anos, isenção de tarifas nas importações e uma garantia de 7,0% ao ano de rentabilidade em ouro, além da disponibilidade de terras no eixo de 20 a 30km do leito ferroviário. Esse desenvolvimento da malha ferroviária na segunda metade do século XIX fez do Rio de Janeiro o principal nó ferroviário do país, impulsionado por uma elite escravista da economia cafeeira. Entretanto, a partir de 1850, com a proibição formal do tráfico de pessoas escravizadas, houve uma modificação na base de trabalho da economia cafeeira. Mesmo com a decadência do sistema escravista (e por consequência o seu modelo econômico), Lessa (2000) apontou que as elites que obtinham ganhos sobre essa forma de trabalho conseguiram contornar a crise que se configurou a partir da proibição do tráfico de pessoas escravizadas, deslocando parte da liquidez obtida com as fazendas de café para negócios comerciais e também financeiros no Rio de Janeiro. Isso aprofundou o desenvolvimento da urbe carioca pois o capital se adaptou e assumiu novas formas, através da criação de um banco comercial e a ampliação do comércio atacadista com a criação de novos estabelecimentos manufatureiros.

Isso favoreceu um ambiente benéfico para setores industriais, como o têxtil e de vestuário, além da indústria naval e de fundições. E, com o fim do tráfico de pessoas escravizadas, o Rio de Janeiro passou, gradualmente, por uma substituição de mão de obra escravizada para trabalhadores livres nas atividades urbanas. Porém, o homem livre do trabalho escravo não tinha alternativa a não ser buscar alguma renda monetária através da prestação de serviços autônomos, como artesãos e ambulantes. Porém, ganhava-se muito pouco, e ainda o trabalhador era

pressionado pela concorrência de muitos outros homens livres e pobres que circulavam pela cidade do Rio de Janeiro, que competiam entre si na esfera da produção. Além disso, os trabalhadores nas instalações fabris se submetiam a condições de trabalho análogas à escravidão. Como apontou Lessa (2000):

Os baixos salários, as condições de trabalho nos estabelecimentos fabris, a ausência da legislação trabalhista, a superexploração e a ultralonga jornada de trabalho, o ritmo da atividade fabril, a restrição ao deslocamento, a provável prepotência dos chefes de equipe: tudo isso aproximava, na visão popular, o interior da fábrica a um simulacro de plantação escravagista (p.172).

No final do século XIX até o início do século XX, a atividade industrial se concentrava praticamente na área central da capital e em suas imediações. E com isto não tardou para que houvesse um movimento de migração, especialmente das falidas fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, ocasionando num crescimento populacional e a sua concentração na área central do Rio de Janeiro. Isto trouxe sérios problemas habitacionais, sendo necessário uma intervenção do próprio Estado para tratar sobre este problema. De acordo com Abreu (1987), em 1882 foi criado um decreto que isentava as indústrias de impostos e outros benefícios às mesmas, e em contrapartida, deveriam construir residências com o mínimo de estrutura (ventilação e saneamento) para que o operário pudesse sobreviver.

Pouco tempo depois mais um dispositivo legislativo, criado em 1888, impulsionou o crescimento das indústrias na cidade, a partir da isenção de impostos para importação e também a concessão de terrenos para quem pudesse criar moradias populares. Isso demonstra que a intenção do Estado não foi sanar a crise habitacional, mas apenas garantir a continuidade da força de trabalho para a atividade industrial que se expandia frente as benesses concedidas. Essa proposta de construção de moradias populares para os trabalhadores não resolvia o problema por completo, pois era expressiva a presença de cortiços na área central da cidade do Rio de Janeiro. As bases ideológicas de ocupação da área urbana, atendendo as necessidades do capital, trariam uma modificação no processo de ocupação: “as áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá se deslocavam voluntária ou involuntariamente - guerra aos cortiços empreendida pelo Governo Municipal” (ABREU,1987, p.81). Afinal, a área central ampliava o número de negócios e comércios, e por isso, passou a existir uma disputa pelo espaço com as áreas de cortiços e moradias populares. Além disso, havia a preocupação de modelar a cidade de acordo com os padrões capitalistas que se instalavam no país,

e não teria como permitir que as áreas cada vez mais valorizadas para os interesses do capital estivessem próximas a locais sem o devido saneamento e estrutura urbana. Simões (2007) apontou que:

A nova ordem burguesa vai criar para a cidade novos padrões estéticos, comportamentais e valores e costumes que passam pela eliminação da velha ordem ligada ao escravismo representada pelos miasmas, pela sujeira, pela insalubridade, promiscuidade, maus hábitos e feiúra. Os pobres e ex-escravos serão estigmatizados como portadores de doenças e de um potencial de revolta que ameaça a nova ordem, daí a necessidade de “limpar” a área central destas classes perigosas (p.77).

Assim, com o discurso de modernização e adaptação ao contexto internacional do capital promovida pelo Estado e também pela elite republicana, as camadas sociais mais vulneráveis foram, aos poucos, expulsas da área central da cidade do Rio de Janeiro e suas moradias, demolidas, dando lugar a uma nova proposta de reordenamento urbanístico na urbe. Com isso, o início do século XX marca a extensão do tecido urbano para além dos limites do Distrito Federal, estabelecendo assim, a integração entre a capital e a Baixada Fluminense (ABREU, 1987). De acordo com Almeida e Braz (2019), essa expansão da ocupação propiciada pela expulsão das camadas populares da cidade do Rio de Janeiro contribuiu para a construção de núcleos urbanos no entorno da malha ferroviária. Como apontam os autores:

Em 1883, foi aberta ao tráfego a Estrada de Ferro Rio D'Ouro e, em 1886, a Rio de Janeiro Northern Railway Company, mais tarde, chamada Leopoldina Railway. A primeira foi construída com a finalidade de transportar material para as obras de construção da nova rede de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro, captada em Xerém e Tinguá, e sua função de acompanhar os encanamentos que traziam a água, no sentido de conservá-los, não impediu que, posteriormente, fosse adotada de um serviço regular de passageiros, o que estimulou o desenvolvimento de pequenos núcleos urbanos ao longo do seu trajeto (p.41).

A *Leopoldina Railway* estimulou o desenvolvimento da ocupação no entorno de suas estações. Uma delas, foi a estação de Merity, antigo Distrito do Município de Nova Iguaçu, e que mais tarde viria a constituir o Município de Duque de Caxias. O seu trajeto, que ligou a estação de São Francisco Xavier, localizada na cidade do Rio de Janeiro, à estação de Merity, promoveu a interligação destes dois locais a outros núcleos urbanos já consolidados, como Olaria, Bonsucesso, Ramos, Penha, Cordovil, Vigário Geral, entre outros, constituindo bairros integrantes do subúrbio carioca. O processo industrializante que atingiu o país e se concentrou principalmente na região Sudeste do Brasil, especialmente na cidade do Rio de

Janeiro e na cidade de São Paulo, corroborou com a ocupação e desenvolvimento da antiga Merity. Como apontaram Almeida e Braz (2019):

(..) o quarto Distrito de Nova Iguaçu, contava com uma população de pouco mais de 800 habitantes, número assustadoramente baixo se comparado aos 10.542 auferidos em 1872 pelo censo estadual. (...) No entanto, vinte anos depois, em 1930, um novo censo registrou a presença de 28.756 habitantes no distrito (p.35).

Porém, esse aumento vertiginoso não foi acompanhado por nenhuma estratégia de ocupação e/ou um planejamento urbano para a organização das condições básicas de moradia e vivência. De fato, a expansão da malha ferroviária e também o conseqüente processo migratório para as áreas periféricas foram muito importantes para a construção e ampliação demográfica de Merity, mas ainda eram necessárias ações de saneamento das áreas insalubres e pantanosas, que assolavam a área em questão.

Almeida e Braz (2019) salientam que estas intervenções tomaram corpo a partir das primeiras décadas do século XX, especialmente nos anos 1930. Do governo presidencial de Nilo Peçanha (1909-1910) até o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), estas ações de saneamento passaram por um processo difícil, marcado por uma sucessão de tentativas malfadadas e também de projetos não realizados, e, concomitantemente, a ocupação em áreas carentes de infraestrutura básica apenas aumentava. Somente em 1936, as obras efetivamente tiveram início, com a construção de um dique de drenagem da água do mar, cujo objetivo era minimizar as ações marinhas nas áreas mais baixas e nos cursos baixos dos rios. Esse processo de drenagem favoreceu o surgimento (e ampliação) de terras secas, que viraram alvo muito fácil para as ações imobiliárias que já vinham sendo executadas na cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, a abertura da Estrada Rio-Petrópolis em 1932, cuja extensão iniciava no bairro de Vigário Geral, passava pelo centro de Merity, e seguia rumo a cidade de Petrópolis, também foi um marco no crescimento populacional no referido Distrito e favoreceu a ação de especulação imobiliária. As ações imobiliárias na área do distrito de Merity provocaram uma pressão habitacional, que se diferenciava do modelo de ocupação do solo. Assim, surgiram diversos loteamentos, estabelecendo recortes territoriais com a formação de pequenos lotes que eram vendidos às levadas de migrantes que necessitavam de uma moradia de fácil aquisição e, além disso, eram disponibilizados imóveis para aluguel aos mesmos que procuravam um baixo custo de aluguel, pois o alto custo

imobiliário na capital Federal inviabilizava essa ação. Se faz importante ressaltar que tal processo de ocupação não foi algo exclusivo a área de Merity, mas sim, por toda a extensão da Baixada Fluminense.

Como elucida Simões (2007), a partir da década de 1930 há uma intensificação no loteamento de terras na Baixada Fluminense por conta da multiplicação de áreas aptas para a lavoura citricultora. Essa multiplicação foi influenciada por conta de medidas mais restritivas à ocupação do solo e também por uma ação de repressão aos cortiços. Isso fez com que houvesse um aumento no fluxo de mão-de-obra que viria a ser apropriada nas áreas de fazendas citricultoras. Entretanto, com a decorrência da Segunda Guerra Mundial e suas consequências em nível mundial, a citricultura passou por uma crise, já que tal como o café, os seus produtos eram prioritariamente destinados ao mercado externo. Diante de um cenário desfavorável à esta atividade, a solução encontrada pelos proprietários das fazendas foi fracionar as terras para loteamentos (ALBUQUERQUE, 2020). Estas terras eram anunciadas nos jornais de grande circulação por empresas imobiliárias. Como exemplo, a figura 2 apresenta um mosaico de anúncios de venda de áreas para serem loteadas, em dois locais da Baixada Fluminense: Caxias e Belford Roxo.

Figura 2 – Anúncio de vendas de áreas para loteamento



Fonte: Adaptado de Albuquerque, 2020, p.149.

A relação entre os proprietários de terra e as empresas imobiliárias consolidam a presença do capital imobiliário na Baixada Fluminense. De acordo com Pacheco (1984), a política adotada por estes atores propiciou a venda de terrenos para a população de baixa renda na Baixada Fluminense, enquanto, num mesmo momento, estabelecia a especulação imobiliária na área central do então Distrito Federal, que passava por um processo de higienização com a expulsão da classe trabalhadora dos cortiços. Assim, o capital imobiliário se beneficiou tanto com a valorização da área central da capital Rio de Janeiro quanto na oferta de lotes para a

população menos favorecida que se via obrigada em residir cada vez mais distante de seu posto de trabalho. Em relação a Merity, distrito do Município de Nova Iguaçu na década de 1920, um processo embrionário de vida social iniciou-se no entorno de sua estação ferroviária, com a abertura de pequenos comércios, bares e clubes. Isso alavancou a criação de loteamentos, mesmo com os problemas de saneamento que afligiam a área em questão. O quadro 1 apresenta os loteamentos criados tanto na década de 1920 quanto na década de 1930, períodos importantes no desenvolvimento de Merity:

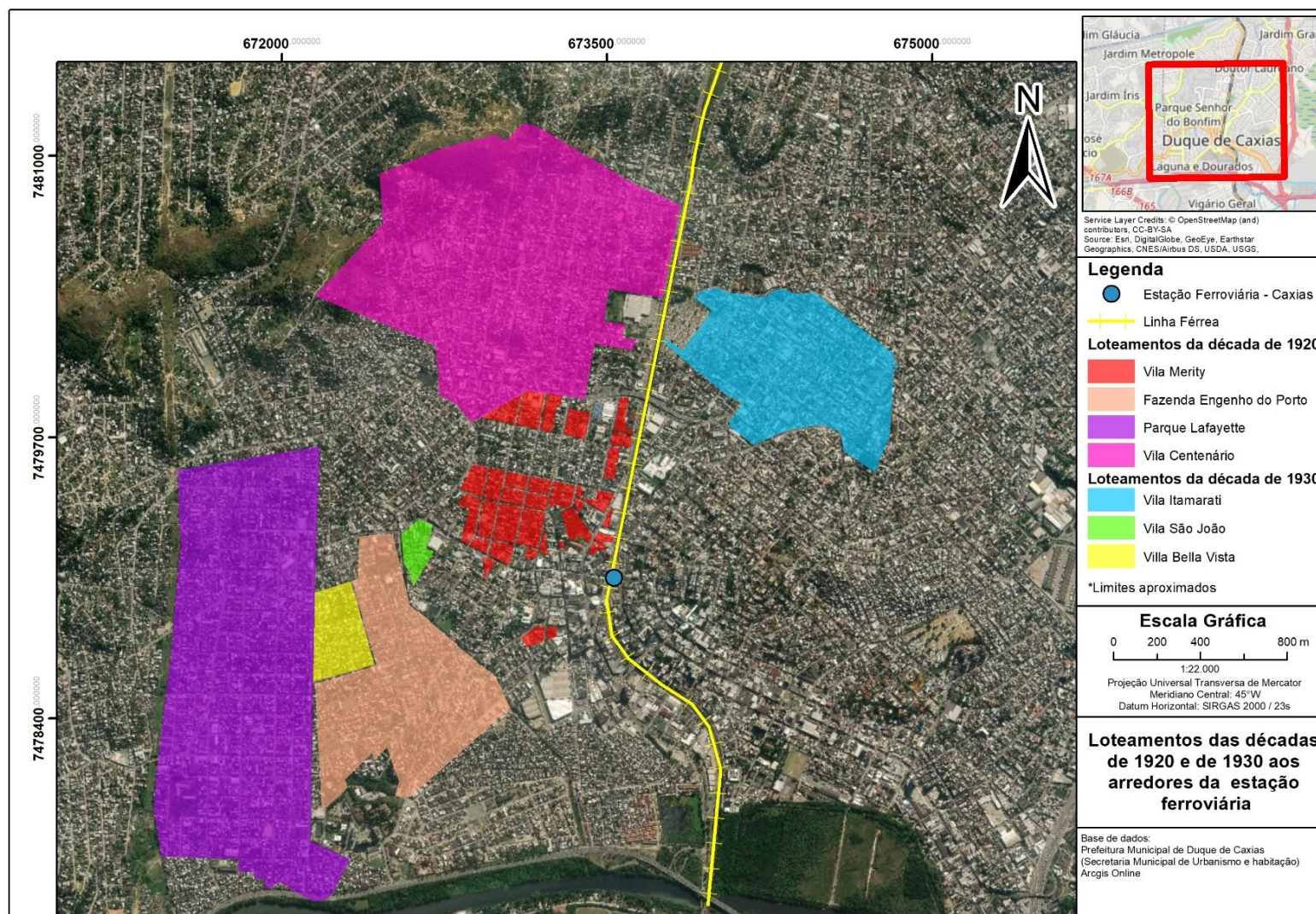
Quadro 1 - Loteamentos criados nas décadas de 1920 e 1930

Ano	Loteamento
1922	Vila Centenário
1925	Parque Estrela
1926	Fazenda Engenho do Porto
1927	Parque Lafaiete
1929	Vila Merity
1931	Vila Itamarati
1933	Parque Santo Antônio
1935	Vila Bela Vista
1937	Vila Elizabeth
1938	Vila São João

Fonte: ALMEIDA; BRAZ (2019, p.56 e 57).

Alguns loteamentos ficavam bem próximos a estação de Merity, sendo que mesmo aqueles que não ficavam tão perto eram acessados por quem vinha da estação a pé, sem precisar de transporte. O mapa 2 apresenta a localização de alguns dos loteamentos listados no quadro 1, uns situados nos arredores da atual estação Centro (estação que era denominada Caxias, à época que pertencia ao Distrito de Merity) e alguns outros mais afastados da mesma, com o intuito de facilitar a compreensão da dinâmica de ocupação da área em questão:

Mapa 2 - Loteamentos das décadas de 1920 e de 1930



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020.

Assim sendo, como apresentado no mapa 2, alguns loteamentos surgiram em áreas mais distantes da Estação Ferroviária de Merity do que outros, o que proporcionou a formação de alguns vazios entre os mesmos, gerando uma descontinuidade na ocupação. Tal fato fez com que também houvesse um movimento de especulação imobiliária para a ocupação destas áreas vazias. Além disso, o fato de alguns loteamentos ficarem mais distantes da Estação resultou na criação de um sistema de transporte coletivo irregular para atender a demanda de moradores que viviam mais afastados do Centro, chamado de “lotação”. Inclusive, a primeira linha de lotação foi justamente a que conectava a Estação de Merity a área de Parque Lafayette (ALMEIDA; BRAZ, 2019).

A ocupação nestes loteamentos se mostrava de forma progressiva, porém, sem infraestrutura, atendendo aos desejos do capital dos loteadores. De acordo com Lacerda (2004), Merity tinha má fama por conta da ausência de infraestrutura para moradia e da violência provocada por pessoas que fugiam do Município do Rio de Janeiro e pelas autoridades meritienses, sendo apelidada de “Merity do pavor”. Entretanto, em 1930, um evento se torna emblemático para uma renovação da identidade de Merity. O evento nomeado “mudança de placa”, quando um grupo de moradores substituiu a nomenclatura da Estação Merity para Estação Caxias, em homenagem ao patrono do exército brasileiro Duque de Caxias, que havia nascido na fazenda Taquara, um território do atual terceiro distrito do Município de Duque de Caxias (SIMÕES, 2007).

Essa ação trouxe um movimento para a criação de uma nova identidade da área onde essas pessoas residiam, na tentativa de esquecer o passado tido como negativo que o nome anterior carregava. Essa nova nomenclatura acarretou uma pressão política que fez com que, em 1931, fosse criado o 8º Distrito de Nova Iguaçu com a denominação de Caxias. Este novo distrito e a partir de uma mudança no traçado da Estrada Rio-Petrópolis (paralela à linha férrea) fez com que houvesse a instalação de indústrias, a proliferação de loteamentos e também o desenvolvimento comercial em Caxias (SIMÕES, 2007). Ainda em relação ao “boom” da criação de loteamentos nas primeiras décadas do século XX, a imprensa local, com o objetivo de atrair novos compradores, destacava as qualidades um tanto duvidosas destes novos empreendimentos. Em um desses anúncios era clara esta intenção, mesmo que as informações não fossem verídicas, como apontam Almeida e Braz (2019).

Clima excelente, Vila Itamaraty, está em desfructando de todos os preceitos de conforto. Tem água abundante, luz elétrica e um magnífico commercio. É cortado pela Estrada Rio-Petrópolis e é servida pela Estrada de ferro Leopoldina (p.57).

O termo “clima excelente” fazia alusão a uma área extremamente salubre, sem nenhum caso de doença no local, porém, esse cenário não era verdadeiro, uma vez que as obras de saneamento na década de 1920 ainda estavam muito incipientes. Afinal, as áreas ocupadas sem os devidos tratamentos sanitários necessários se tornaram um grande foco de malária. De acordo com Fuchs (1988), as condições sanitárias eram péssimas na antiga Caxias e forçavam os moradores (principalmente os que adquiriam os seus lotes mais afastados da área central) a tomarem medidas que eram possíveis para se precaver.

Um foco de mosquitos terrível que obrigava meus pais a usarem verdadeiros estratagemas para evitar malária e outras febres: chegava o velho em casa, a mãe já tinha preparado o jantar que era consumido dentro de uma coberta por um mosquito (FUCHS, 1988 p.13).

A área Central de Caxias, que mais tarde veio a constituir o bairro centro, na década de 1930, já apresentava um crescimento no segmento comercial, atendendo a população local em algumas emergências. Com uma maior rotatividade de pessoas e a maior circulação de bens e produtos, a área central foi ganhando um contorno urbano mais definido, além de receber energia elétrica (oriunda do bairro carioca de Vigário Geral). Em 1932, a área central já contava com uma linha regular de ônibus que o ligava ao distrito carioca da Penha (ALMEIDA; BRAZ, 2019). Com o passar dos anos, foi formada uma Associação Comercial, representada pelos lojistas da área do entorno da estação de Caxias, para garantir os privilégios de seu grupo social, que expandia suas ações comerciais para além do referido Município, estabelecendo conexões com outros centros urbanos atrelados pelas estações ferroviárias no Rio de Janeiro. Essa força comercial promovida pelas ações da Associação favoreceu a construção de uma organização política que viria a beneficiar o fortalecimento do futuro bairro Centro.

Com o crescimento substancial da ocupação nas áreas mais distantes e com a ausência de políticas públicas de infraestrutura nos loteamentos periféricos, o cenário social e econômico era bem desigual nestes ambientes. As diferenças na qualidade de vida entre as pessoas residentes nos loteamentos mais distantes e das que moravam na área central de Caxias eram bem acentuadas. Essa disparidade não foi arrefecida com a emancipação política na década de 1940, onde mesmo com

a sua independência administrativa, ainda se apresentava um panorama social com realidades bem distintas. O expressivo crescimento populacional da cidade pode ser visto na tabela 1, cuja evolução não foi acompanhada por um planejamento urbano e de intervenções essenciais, como abastecimento de água encanada, rede de esgoto, escolas públicas e hospitais (COSTA, 2009).

Tabela 1 - Crescimento Populacional em Duque de Caxias - Anos 1940 a 1960

Ano	População total
1940	28.328
1950	92.459
1960	241.026

Fonte: Adaptado de Costa (2009)

Esses “saltos” populacionais expressivos em Duque de Caxias, registrados na tabela 1 podem ser explicados a partir das contribuições de Costa (2009).

Diversos fatores contribuíram para esse crescimento, como: construção de rodovias, baixo preço de lotes oferecidos, mínima ou total ausência de exigências burocráticas, tarifas de transporte ferroviário unificadas e subsidiadas pelo governo (p.181).

Além disso, a ausência da mínima estrutura urbana levava a população por desafios diários para a sobrevivência. A luta por postos de saúde e também por unidades escolares forçavam grandes deslocamentos para acessar estes equipamentos. Costa (2009) explicita que grande parte das unidades escolares públicas eram instaladas em prédios alugados, sem a estrutura necessária para atender a demanda populacional. Na questão da saúde, o cenário ainda era pior, onde havia apenas um posto de saúde para atendimento, além dos consultórios particulares, sendo necessário o deslocamento ao antigo Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, para uma chance de atendimento. Duque de Caxias se formava e se transformava diante da ausência de políticas públicas sociais, mas com forte presença do capital pautado na atividade industrial.

Nesse contexto, o próximo tópico irá abordar a importância da atividade industrial no território Caxiense.

1.2 O Município de Duque de Caxias e o processo de industrialização

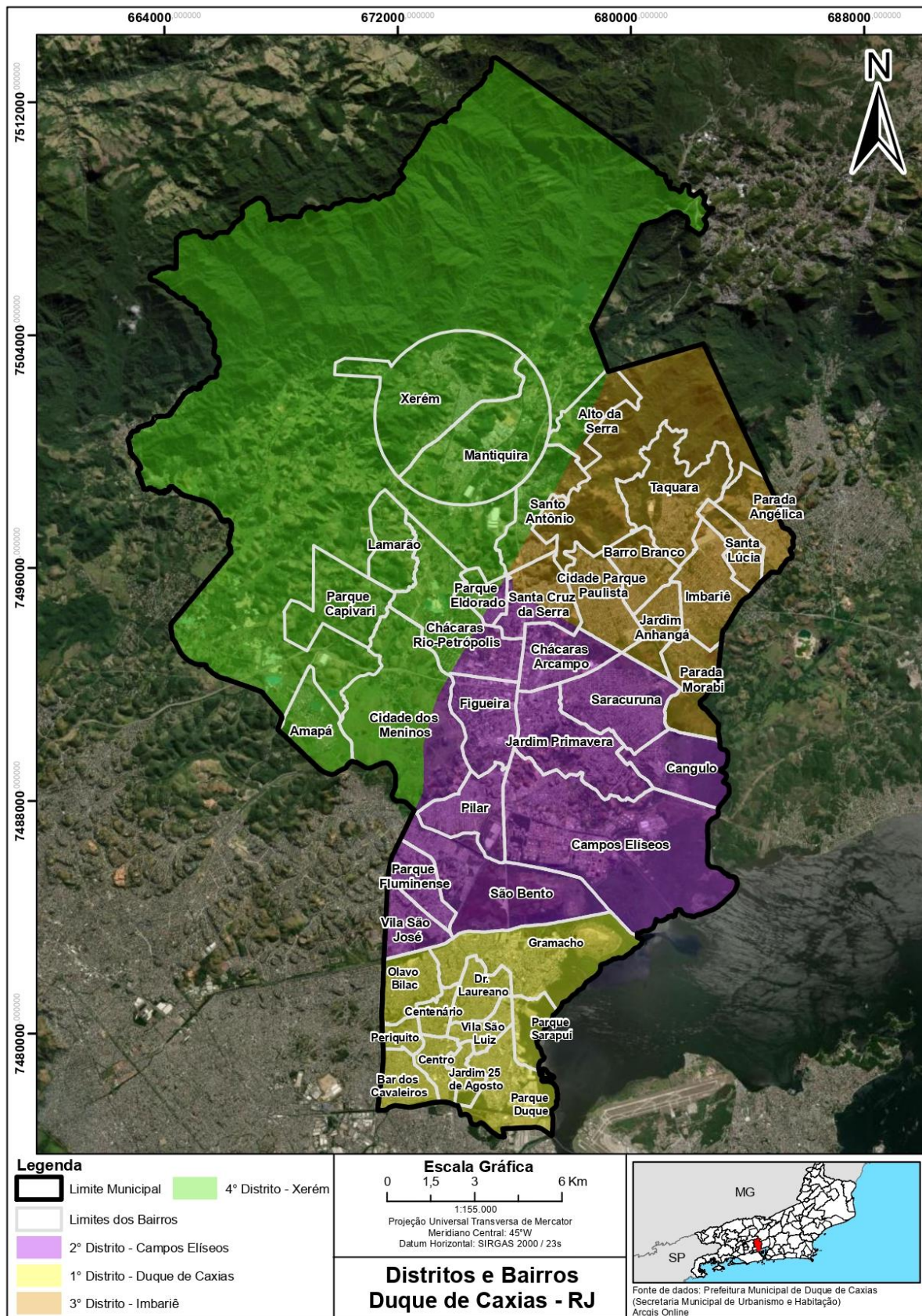
Como já foi explicitado, o Decreto-Lei nº 1.055 de 1943 proporcionou autonomia política ao Distrito de Caxias, transformando-o em um Município e uma cidade independente de Nova Iguaçu. Seus limites políticos administrativos foram subdivididos inicialmente em três (03) distritos: Duque de Caxias, Merity e Imbariê. Logo depois, em 1947, o Distrito de Merity também fez sua emancipação, se estabelecendo como o Município de São João de Meriti. Já em 1954, o Município de Duque de Caxias passou por mais uma transformação em seus limites: através da Lei nº2.157, foram criados mais dois distritos a partir do desmembramento do Distrito de Imbariê, Campos Elíseos e Xerém. Assim, o território de Duque de Caxias passou a ter quatro Distritos, divisão que persiste até os dias de hoje. Além disso, na década de 1970, o decreto nº841-1973 delimitou os limites dos bairros presentes no 1º Distrito. E, na década de 1980, o decreto nº1894-1987 delimitou os limites dos bairros do 2º, 3º e 4º Distritos de Duque de Caxias. O quadro 2 apresenta a distribuição dos bairros por distritos no município de Duque de Caxias, e o mapa 3 registra a divisão territorial a partir dos distritos e também dos bairros supracitados.

Quadro 2 - Lista dos bairros oficiais e Distritos de Duque de Caxias

Bairros - 1º Distrito (Duque de Caxias)	Bairros - 2º Distrito (Campos Elíseos)	Bairros - 3º Distrito (Imbariê)	Bairros - 4º Distrito (Xerém)
Parque Duque	Vila São José	Santa Cruz da Serra (parte)	Cidade dos Meninos (parte)
Jardim 25 de Agosto	Parque Fluminense	Parada Morabi	Chácaras Rio-Petrópolis (parte)
Vila São Luiz	São Bento	Jardim Anhangá	Parque Eldorado (parte)
Dr. Laureano	Pilar	Cidade Parque Paulista	Santo Antônio (parte)
Gramacho	Campos Elíseos	Barro Branco	Alto da Serra (parte)
Olavo Bilac	Cidade dos Meninos (parte)	Imbariê	Amapá
Centenário	Figueira	Santa Lúcia	Parque Capivari
Periquito	Jardim Primavera	Parada Angélica	Lamarão
Bar dos Cavaleiros	Cangulo	Taquara	Mantiquira
Centro	Saracuruna	Santo Antônio (parte)	Xerém
Parque Sarapuí	Chácaras Rio-petrópolis (parte)	Alto da Serra (parte)	
	Chácaras Arcampo		
	parque Eldorado (parte)		
	Santa Cruz da Serra (parte)		

Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020

Mapa 3 - Divisão dos Distritos e de bairros de Duque de Caxias



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020.

Os limites distritais, como visto no mapa 3, possuem dimensões distintas entre si. Dos 467,319 km² (IBGE, 2020) de área total de Duque de Caxias, a divisão distrital não se apresenta uniforme. A tabela 2 apresenta o valor de área de cada distrito e o percentual de área em relação ao limite total do Município de Duque de Caxias:

Tabela 2 - Valores de áreas dos Distritos de Duque de Caxias

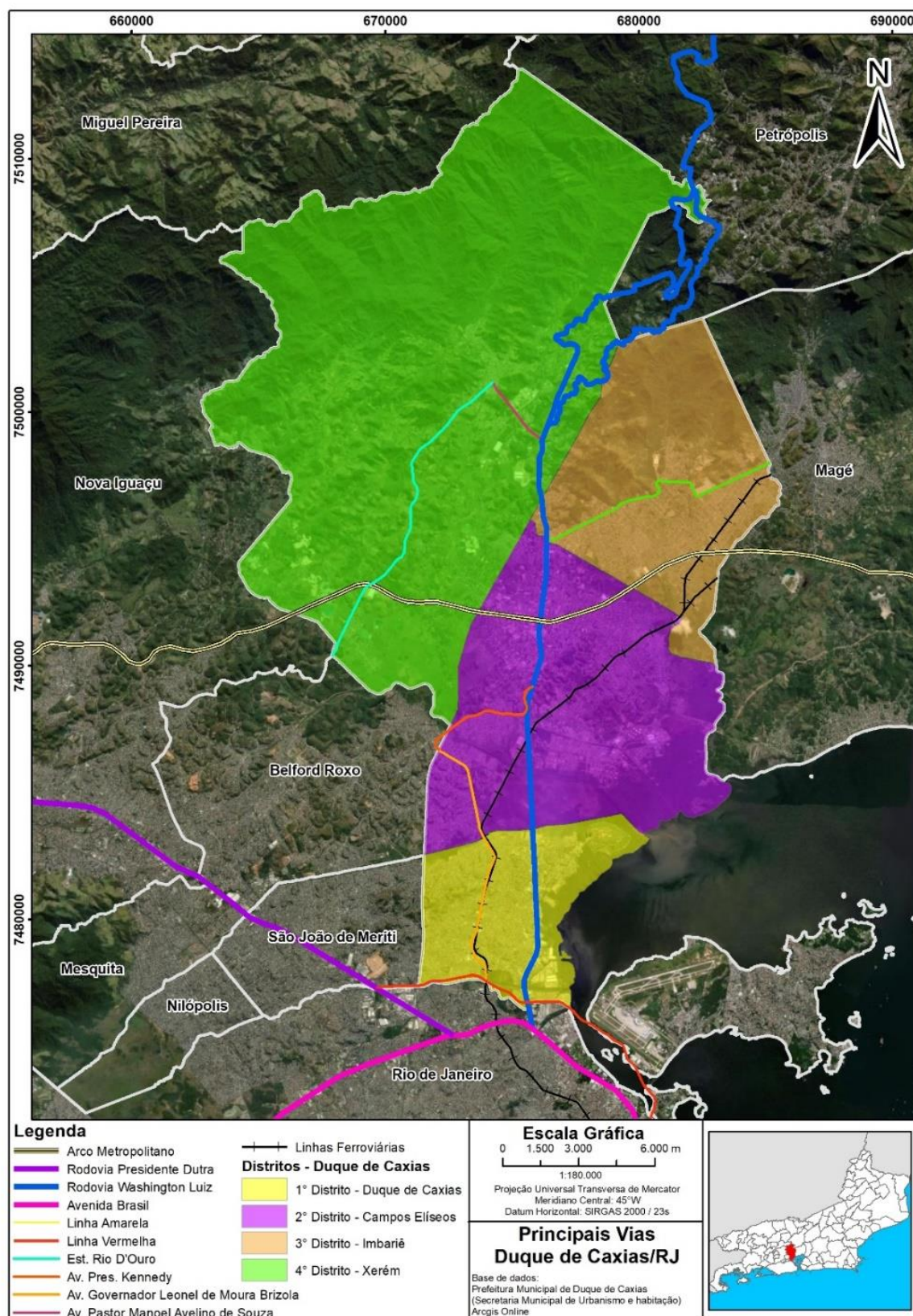
Distrito	Área total (Km²)	Percentual (%) em relação a área total do Município
1° Distrito (Duque de Caxias)	41,1	8,8
2° Distrito (Campos Elíseos)	100,0	24,4
3° Distrito (Imbariê)	71,2	15,2
4° Distrito (Xerém)	254,5	54,4

Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020

O Município Caxiense apresenta uma localização privilegiada perante alguns municípios fluminense em relação ao posicionamento logístico, pois está geograficamente localizado próximo a diversas rodovias brasileiras, tais como: a Linha Vermelha, a Linha Amarela, a Rodovia Presidente Dutra e a Avenida Brasil, além da proximidade com o Aeroporto Internacional Tom Jobim e com o porto, na cidade do Rio de Janeiro.

Além disso, Duque de Caxias é atravessada por duas das principais rodovias do país: de forma vertical tem-se a Rodovia Washington Luiz (BR-040), que liga o Estado do Rio de Janeiro a Brasília, cortando o Estado de Minas Gerais, e de forma horizontal tem-se o Arco Metropolitano (BR-493 e BR-116), que estabelece a ligação entre dois pólos econômicos do Estado do RJ, onde o primeiro é o Complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ), localizado a leste da Baía da Guanabara, e o segundo é o porto de Itaguaí, localizado a oeste da Baía de Sepetiba. A presença destes eixos viários permite a conexão de Duque de Caxias com diferentes porções do território brasileiro, principalmente o Sudeste. O mapa 4 apresenta a localização do Município, suas principais vias e sua relação com demais municípios limítrofes, principalmente aqueles que constituem a Região Metropolitana e a capital do Estado do RJ.

Mapa 4 - Principais Vias em Duque de Caxias



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020.

Duque de Caxias se transformou em um Município evidentemente industrial, no contexto das modificações na estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Abreu (1987), um dos motivos do deslocamento das indústrias da área central carioca para os subúrbios e, conseqüentemente, áreas mais distantes da Região Metropolitana ocorreu pela intervenção Estatal na localização e instalação do setor secundário com grandes plantas industriais.

Através do Decreto-Lei nº6.000/1937 uma zona específica para tal atividade foi demarcada, o que fez com que houvesse uma mudança de local para os espaços destinados a tal atividade. Como apontou Abreu (1987):

A Baixada era preciosa demais para que se lhe confiasse o mais puro e simples papel de Zona Rural. A Metrópole necessitava dessa área para instalar a sua população em rápido crescimento e para localizar as suas indústrias (...) (p.104).

E Duque de Caxias estava inserida nessas modificações, pois a cidade foi selecionada, através de iniciativas Estatais que detinham um caráter nacionalista, para a locação de grandes empreendimentos fabris no período de 1930 a 1940 (RIBEIRO; SILVA,2009). A política do Estado Novo ⁽²⁾ marcou profundamente o recém Município de Duque de Caxias, através de projetos de desenvolvimento industrial para expansão do capital no Brasil. Uma das concretizações desta política no território de Duque de Caxias ocorreu em 1945, com a construção da Fábrica Nacional de Motores (FNM) no bairro de Mantiquira, no Distrito de Xerém. De acordo com Rodrigues (2013), o Interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, que detinha a vontade de destinar à Baixada o uso industrial do solo, definiu o local de instalação no bairro supracitado pois o mesmo possuía fácil acesso à Rodovia Rio-Petrópolis (atual BR-040) e também a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, que na época era um ponto de conexão muito importante com a Capital do Rio de Janeiro. Os estudos feitos por Souza (2002) apontam que, a FNM foi um projeto para alavancar a indústria de base e consolidar, através da força do trabalho, a ideia de uma identidade nacional, com base no progresso do país. Num contexto de guerra (Afiml, nesse período ocorria a segunda guerra mundial), a instalação e operação da FNM era defendida pelo discurso de desbravamento, coragem, disciplina e

² De acordo com Gomes (2012), o sistema capitalista brasileiro originou-se na mão de obra assalariada proveniente da economia cafeeira, no decênio de 1880. Para dar prosseguimento no desenvolvimento desse capitalismo, foi necessária uma integração do mercado em nível nacional. Quando Vargas assume, no final de 1930 o Governo Federal, essa junção ocorreu através do desenvolvimento predominante da indústria frente aos outros setores.

nacionalismo. Assim, os trabalhadores sem uma qualificação poderiam atuar na fábrica, pois seriam treinados em serviço, e assim, incorporados no processo modernista de sociedade. Os dirigentes do Estado defendiam essa ideia pois era uma forma de atrair mais trabalhadores para o local, que não tinha o mínimo de estrutura para que a população pudesse exercer o seu ofício.

O que era selvagem no projeto de construção da cidade fabril em Xerém era o lugar: onça, porco-do-mato, cobras e um pântano profundo cheio de jacarés e mutucas. As nuvens de mosquitos, os marimbondos e a malária eram ameaças ao projeto modernizador; dessa forma, o rigor disciplinar e o patriotismo eram armas poderosas nessa empreitada civilizadora (SANTOS, 2002 p.102).

A Fábrica Nacional de Motores foi apenas um dos incentivos governamentais para a atividade Industrial de Duque de Caxias. Mesmo com o insucesso de atrair novos empreendimentos e assim, ampliar o cenário industrial no entorno da FNM, a proposta de intensificar o uso industrial no solo Caxiense persistia. E entre os anos de 1958 a 1962, se concretizou mais uma intervenção territorial que traria um impacto ainda maior no Município, a construção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e também a construção da primeira empresa petroquímica brasileira (FABOR), no bairro de Campos Elíseos, localizado no 2º Distrito do Município, de mesmo nome. Nos anos seguintes à instalação destes grandes empreendimentos, outras empresas se fixaram no entorno, formando um grande complexo que atualmente é chamado de Pólo Petroquímico de Duque de Caxias. A instalação deste complexo era vista, na década de 1960, como um agente propulsor de instalação de novas indústrias que atuassem com a mesma temática de produção (COSTA, 2009). A tabela 3 apresenta a evolução no número de estabelecimentos industriais no Município, desde a década de 1950 até 1983:

Tabela 3 - N° de estabelecimentos industriais em Duque de Caxias - Período de 1950 até 1983

ANO	ESTABELECEMENTOS INDUSTRIAIS
1950	112
1956	172
1960	206
1968	370
1975	504
1978	605
1983	826

Fonte: Adaptado de Costa (2009).

As análises de Costa (2009) registram que o Parque Fabril teve um crescimento exponencial entre os anos de 1956 e 1968 (um crescimento acima de 100,0%), e manteve um ritmo acelerado nas décadas seguintes. O valor de produção também teve um aumento significativo, a ordem de 0,9% do total da Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 1950 para até 15,0% em 1965.

O Complexo REDUC-FABOR era responsável por 72,0% do total da transformação industrial de Caxias em 1970. No final da década de 1970, o pólo petroquímico (em formação) e a FNM eram responsáveis por 95,8% da transformação industrial de DC, absorvendo 42,8% do pessoal ocupado no setor secundário (COSTA, 2009 p.102).

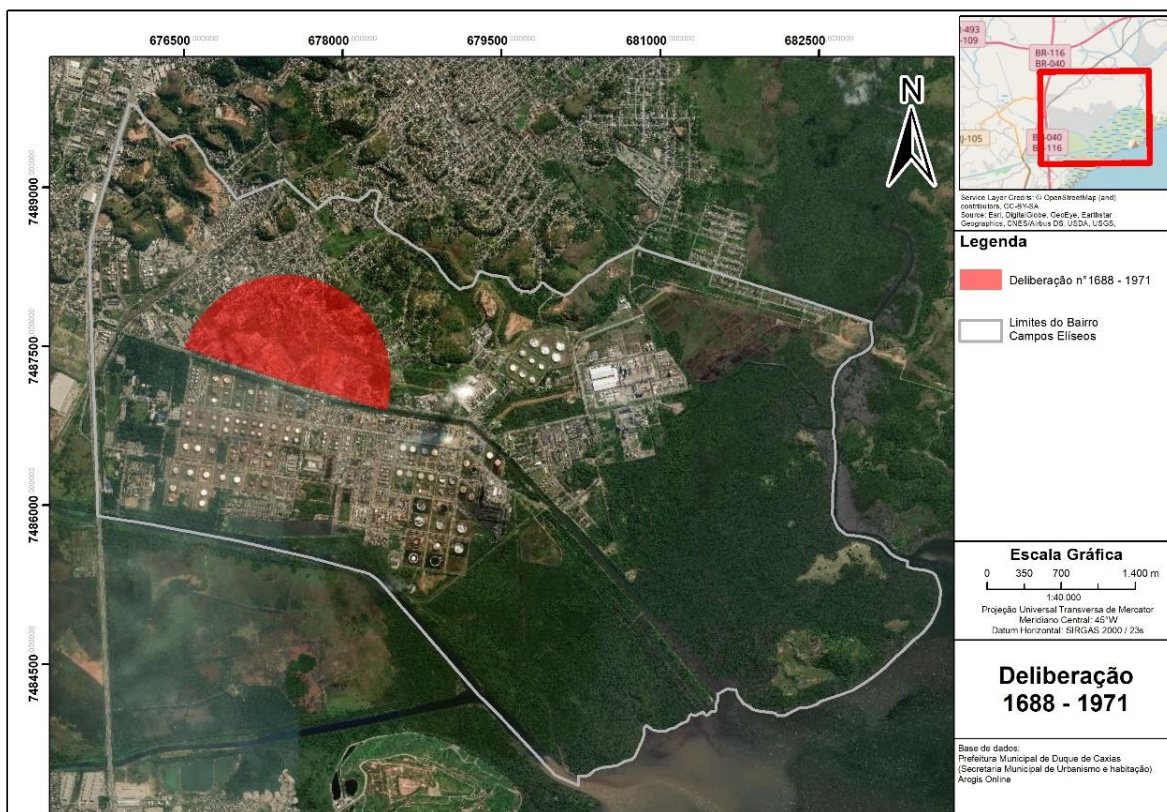
Estas intervenções no espaço de Duque de Caxias revelaram uma necessidade de uma série de regulamentações legislativas para disseminar o uso industrial no Município. A guisa de menção, no período de 1968 até março de 1985, Duque de Caxias estava impedida de eleger seu prefeito, pois através do golpe militar de 1964, o território de Duque de Caxias passou a ser considerado de interesse nacional, especialmente por conta da REDUC (BELOCH, 1987), e elencado na categoria de Município de segurança nacional, como muitos outros encontrados no Estado do Rio de Janeiro e no território nacional. Tal fato aponta que por quase 20 anos as decisões sobre o uso do solo e também dos dispositivos legais urbanísticos recaíram sobre mãos de interventores que não eram eleitos pela população Caxiense. Para demonstrar tal efeito foi elaborado um levantamento, junto aos arquivos da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, de uma série de dispositivos pautados na regulamentação do uso industrial. Serão destacados os principais dispositivos legislativos para compreender suas ações no território. O ponto de partida para esta análise será a década de 1970, logo após a instalação do complexo petroquímico:

a) deliberação n° 1688 (1971)

Aprovada em 24 de agosto de 1971, esta Deliberação declarou como Zona Industrial uma área compreendida pela semicircunferência de raio de 1000 metros no entorno da Refinaria de Duque de Caxias. Como dito anteriormente, o complexo petroquímico servia como “agregador” de outros empreendimentos, então, é justificável definir uma limitação para a atividade industrial. O Decreto também cita que não seriam permitidas as construções para fins comerciais ou residenciais,

numa proposta de impedir usos conformes e, consequentes, levar impactos negativos para a população. O mapa 5 apresenta esta delimitação:

Mapa 5 - Área descrita no Decreto nº1.688-1971

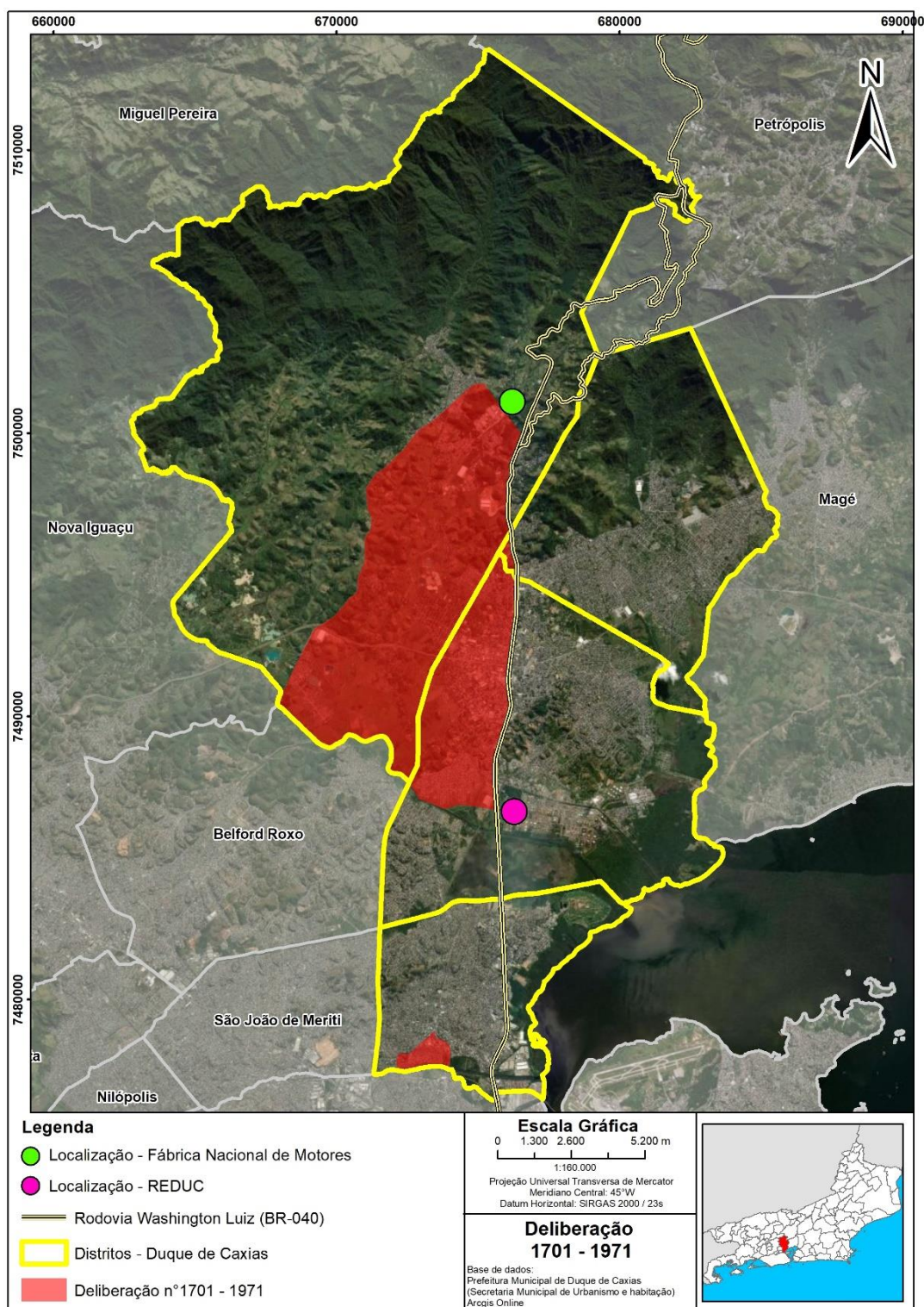


Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020.

b) deliberação 1.701 (1971)

Aprovada pouco tempo depois da deliberação nº1688, em outubro do mesmo ano, esta deliberação expandiu as Zonas Industriais para além do complexo da REDUC. Esta deliberação nos aponta a intenção de consolidar a potencialidade de Duque de Caxias em relação a atividade industrial, ampliando de forma significativa as áreas que deveriam servir a atuação do setor Fabril. Através da delimitação descrita no corpo deste dispositivo, percebe-se que há uma conexão entre a Fábrica nacional de Motores e a REDUC, cujo eixo de articulação é a Rodovia Washington Luiz (BR-040). Essa ampliação da Zona Industrial atinge cerca de 11km², o equivalente a 16,0% do território de Duque de Caxias. O mapa 6 apresenta a delimitação desta área pela referida deliberação, bem como a localização da REDUC e também da Fábrica Nacional de Motores;

Mapa 6 - Área de abrangência da Deliberação n°1701-1971



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020.

c) Deliberação nº1765 (1972) e Decreto nº841 (1973)

A deliberação nº1765, aprovada em 28 de dezembro de 1972, tinha como objetivo “orientar e controlar o desenvolvimento territorial do Município”. Desta deliberação convém destacar o ordenamento do território em dois quadros: Urbano e Rural, onde cada um possui as suas subdivisões, apresentadas no quadro 3:

Quadro 3 - Ordenamento Territorial da Deliberação nº1765-1972

Cenário Urbano	Cenário Rural
<i>Áreas Urbanas – AU</i>	<i>Área Rural - AR</i>
<i>Áreas de Expansão Urbana – AE</i>	<i>Área de Reserva - AV</i>
<i>Área Industrial – AI</i>	
<i>Áreas de Grandes Propriedades – AP</i>	

Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020

As áreas urbanas são aquelas que previamente já eram ocupadas e tinham as características urbanas; a área de expansão urbana viria a abrigar a população em área urbana que extrapolasse as áreas previstas para ocupação urbana no Município; a área industrial seria objeto de própria regulamentação, através de dispositivos criados posteriormente e as áreas de grandes propriedades representavam as propriedades rurais com área acima de 2,5 hectares localizadas no 3º Distrito – Imbariê. Já no cenário Rural, as áreas rurais eram aquelas destinadas as atividades rurais, no 4º Distrito – Xerém e as áreas de reserva seriam as áreas acima da cota de 150m, utilizadas como áreas de preservação.

O decreto nº841, aprovado em novembro de 1973, regulamenta a deliberação nº1765-1972, através das delimitações das áreas descritas no quadro 3 e de estabelecer as condições e parâmetros de ocupação do solo urbano. Além disso, o referido Decreto cria e descreve os limites dos 11 bairros que compõem o 1º Distrito de Duque de Caxias. É importante ressaltar, que o Decreto nº841 não foi o único dispositivo a regulamentar a Deliberação nº1765-1972. Outros aparatos legislativos foram aprovados com este objetivo, gerando um conjunto normativo que deu suporte a Deliberação supracitada;

d) Decreto nº 866-1974 e Decreto 970-1977

O Decreto nº866 de 10 de julho de 1974 regulamentou as áreas industriais definidas nas deliberações nº 1688-1971 e nº1701-1971, estabelecendo o parcelamento e o uso para estas áreas. Assim, esse decreto fez uma categorização

que possibilitou mesclar o uso industrial com outros tipos de uso do solo, como o residencial e também comercial. Essa simultaneidade de formas diferentes de ocupação do solo reafirmaram a influência da atividade industrial sobre o território de Duque de Caxias, impactando diretamente nas áreas predominantemente residenciais. Além deste dispositivo, o Decreto nº970 de 1977 traz um efeito ainda maior no âmbito de disciplinar o uso industrial, o mesmo determinou que as indústrias poderiam se instalar, em faixa contígua de 600m às rodovias BR-040 e BR-116, em ambos os lados. Além disso, o decreto não especificou o tipo de indústria que deveria se localizar nessas faixas, podendo ser instalados diversos gêneros indústrias, tanto em atividade quanto em potencial poluidor. Tal fato trouxe impactos diretos na qualidade de vida para a população em diversas localidades. A exemplo da consequência da ação deste decreto e colocando em evidência o conflito de uso do solo, em 2013 um tanque de combustível de uma indústria localizada em uma área predominantemente residencial, mas amparada pela legislação, pegou fogo e explodiu, causando a morte de uma pessoa e a destruição de várias residências no entorno. A figura 3 apresenta este episódio.

Figura 3 - Explosão de tanques de combustível de uma indústria no bairro de Jardim Primavera

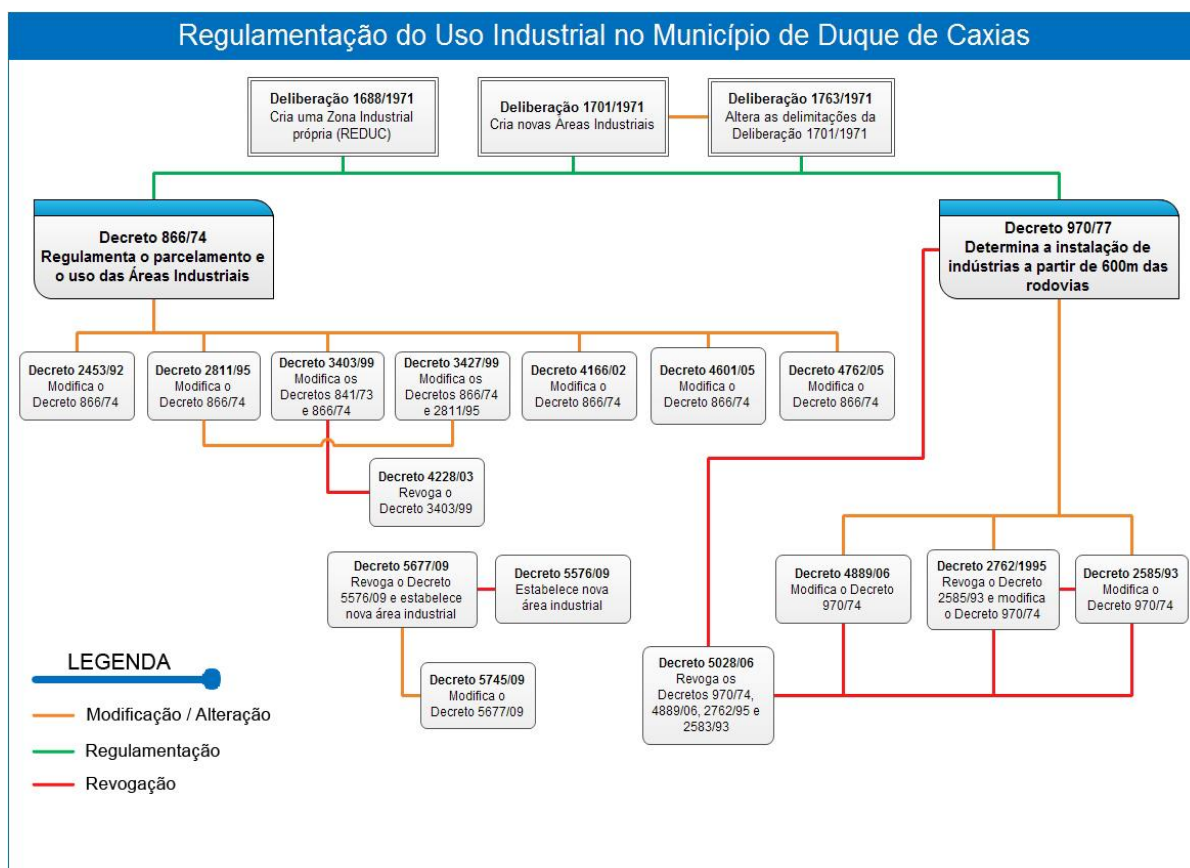


Fonte: Adaptado de <http://www.g1.com.br>.

Os dispositivos acima apresentados representam, em linhas gerais, as bases legislativas para o desenvolvimento industrial em Duque de Caxias. Existem outros instrumentos normativos que, ao longo dos anos, provocaram mudanças nestes aparatos citados anteriormente, porém, foram alterações pontuais, sem uma renovação completa do corpo normativo. O esquema a seguir é fruto dessa pesquisa documental e tem como objetivo apresentar estas modificações ao longo dos anos e ao mesmo tempo trazer à tona toda a complexidade da legislação industrial no Município.

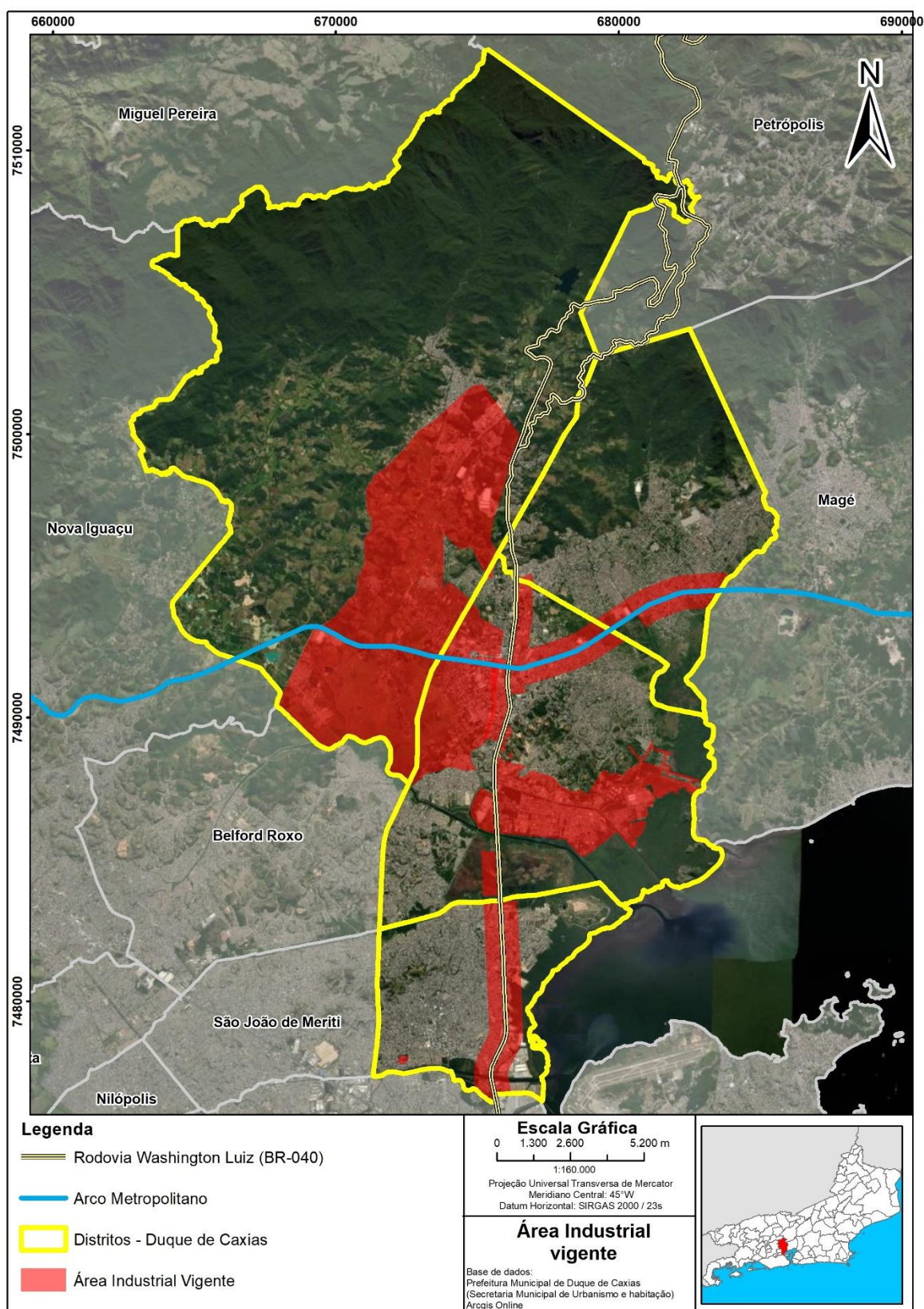
A figura 4 apresenta os dispositivos apresentados anteriormente e suas modificações posteriores. Alguns dispositivos foram revogados, mas muitos sofreram uma modificação e regulamentação. Isso evidencia a falta de um conjunto harmônico de normas para um uso tão importante para o referido. Através da análise destes documentos e as suas modificações, foi elaborado um mapa que representa a Zona Industrial vigente (mapa 7).

Figura 4 - Esquema de ações dos dispositivos normativos ao uso industrial em Duque de Caxias.



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020.

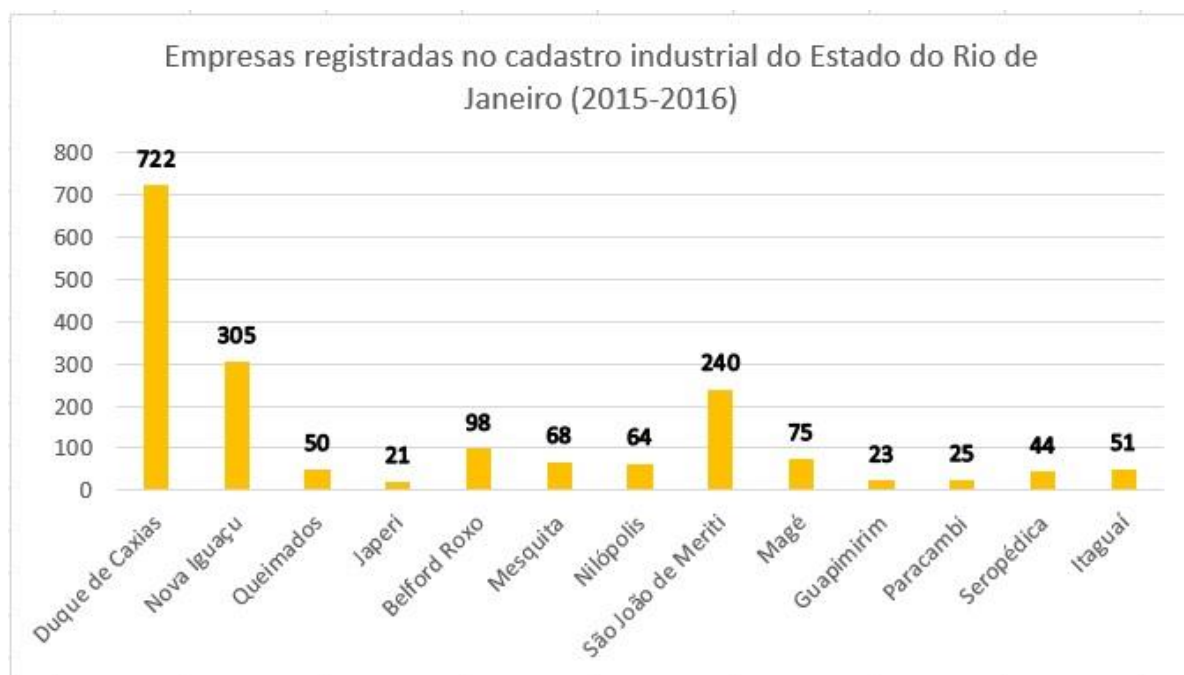
Mapa 7– Área industrial vigente em Duque de Caxias



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2020.

O mapa 7 apresenta uma nítida visão da valorização do uso industrial no território Municipal Caxiense. Áreas destinadas a esta atividade se difundiram pelos quatro distritos, através de diversos aparatos legislativos que priorizaram o uso fabril desde a década de 1970. O gráfico 1 apresenta o nº absoluto de empresas cadastradas no sistema de cadastro de indústrias do biênio de 2015/2016, no Estado do Rio de Janeiro, através do Sistema FIRJAN. Os números apresentados correspondem a quantidade de empreendimentos que estão inseridos no sistema FIRJAN, e que variam desde localidades comerciais até indústrias de grande porte. Nota-se que, através dos números apresentados, o Município de Duque de Caxias se destaca dos demais presentes na Baixada Fluminense pela quantidade de registros no tempo referido, o que demonstra um potencial ao uso industrial em seu território.

Gráfico 1 - Nº de empresas registradas no cadastro industrial do Estado do Rio de Janeiro (2015/2016)



Fonte: FIRJAN. Elaboração: STUMBO, 2020.

Observa-se que mesmo com a aprovação do Plano Diretor, em 2006, os conflitos pelo uso da terra em Duque de Caxias não cessaram. O tópico a seguir debruça sobre este Plano Diretor, em especial a Zona Especial de Negócios Rurais.

1.3 Plano Diretor de Duque de Caxias e a Zona Especial de Negócios Rurais: Conflitos para um turismo Rural?

A aprovação do Estatuto da Cidade ⁽³⁾ em 2001 (A partir da Lei Federal nº10.257) representou um grande avanço nas diretrizes e instrumentos que auxiliam no planejamento e na gestão urbana. O artigo 40 do Capítulo III do Estatuto da Cidade sintetiza a ação do Plano Diretor:

Art.40 – O Plano Diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. § 1º - O Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Na prática, o Plano Diretor Municipal é um instrumento de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do Município, construído democraticamente com a participação dos diversos segmentos sociais, principalmente os mais populares, como associações de bairros e movimentos de lutas por moradia (CYMBALISTA; NAKASHIMA, 2009). Entretanto, pela análise de Villaça (2015), os segmentos populares não representam a população, mas sim, grupos de população. Diferente da classe dominante que sempre esteve presente na elaboração do Plano Diretor, a maioria das classes populares segue ausente nos debates no processo tido como participativo.

Após ser criado, o Estatuto da Cidade determinou um prazo até outubro de 2006 para que Municípios acima de 20 mil habitantes pudessem elaborar seus Planos Diretores, e no último dia de outubro de 2006, a Lei Complementar nº01 foi criada, representando o Plano Diretor Municipal de Duque de Caxias (PDU). O artigo 2º do “Título I – Princípios Fundamentais” do PDU indica que deve se ter uma sincronia com as diretrizes gerais do PDU junto aos demais dispositivos de ordenamento territorial:

Art.2 – As diretrizes gerais da Política Urbana da Lei Orgânica do Município, as normas previstas neste Plano Diretor, as relativas ao Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, à definição de Perímetro Urbano, dos Bairros, Códigos de Obras e Infraestrutura de Arborização Urbana, bem como aquelas de regulamentação desta Lei Complementar, obedecerão ao nela disposto sob pena de nulidade.

³ Lei que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Além disso, este artigo também aponta que as diretrizes do Plano Diretor devem ser gerais e abrangentes, no intuito de ser um documento de estratégia de desenvolvimento de todo o território Municipal, cabendo a estas normas complementares ao Plano Diretor dar suporte para atuar sobre a complexidade do espaço urbano, em diferentes escalas, respeitando as disposições da Lei Complementar. No entanto, no processo de elaboração do PDU de Duque de Caxias, o mesmo foi aprovado sem os seus dispositivos integrantes. O que foi feito no tempo que se tinha para atender a determinação do Estatuto da Cidade foi a apresentação das Macrozonas do PDU de Duque de Caxias. Estas Macrozonas representam frações ⁽⁴⁾ do território, divididas de acordo com o seu destino de uso, seja ela para ocupação urbana, de proteção ambiental e atividades econômicas de natureza diversas. O quadro 4 faz uma listagem das Macrozonas criadas no PDU de Duque de Caxias:

Quadro 4 - Macrozonas definidas pelo Plano Diretor de Duque de Caxias

Macrozonas	Sigla
Zonas Especiais de Interesse Social	ZEIS
Zonas Especiais de Interesse Ambiental	ZEIA
Zonas Especiais de Negócios	ZEN
Zona Especial de Negócios Rurais	ZEN – Rural
Zonas de Ocupação Básica	ZOB
Zonas de Ocupação Controlada	ZOC
Zonas de Ocupação Preferencial	ZOP
Zonas Especiais de Interesse Turístico	ZEIT

Fonte: Lei Complementar nº01-2006. Elaboração: STUMBO, 2020.

A ZEN Rural será a área de análise neste trabalho. A mesma está inserida na categoria de Zona Especial de Negócios – ZEN, onde é definida no artigo nº56 do capítulo II do PDU como:

Art.56 – Zonas Especiais de Negócios são aquelas destinadas a complexos de empreendimentos econômicos agropecuários, industriais, de serviços e turísticos, geradores de trabalho e renda, de interesse para a sustentabilidade da economia municipal.

⁴ O termo “frações” foi utilizado pois as Macrozonas criadas pelo PDU não possuem uma delimitação definida. A ausência de memoriais descritivos destas áreas faz com que os limites destas sejam aproximados, sem uma precisão cartográfica.

Neste contexto, a ZEN Rural, de acordo com o artigo nº61 do mesmo capítulo do PDU, é definida como:

Art.61 – Zonas Especiais de Negócios Rural destinam-se ao turismo rural, a sítios de recreio, a atividades econômicas de caráter rural, aos negócios extrativistas, à manutenção de pequenas propriedades rurais cooperativadas, à piscicultura, e às pequenas manufaturas de produtos rurais.

Tanto na definição das ZENs quanto a da ZEN Rural mencionam a atividade turística como um agente de empreendimento e trabalho para a economia municipal. É interessante observar que na ZEN Rural há um eixo específico da atividade turística, que é o turismo rural, se diferenciando de outra Macrozona definida pelo PDU, a Zona Especial de Negócios Turísticos (ZEIT). Esta última possui diretrizes de uso e intervenções pautadas na atividade turística com temática histórica, cujo objetivo estratégico desta Macrozona é atuar sobre as memórias construídas e também imateriais de Duque de Caxias para valorizar a identidade Municipal, e assim, criar áreas de atrativos turísticos. O quadro 5 destaca as diretrizes de uso das ZEIT, e como elas são direcionadas, em grande parte, para projetos relacionados a uma atividade turística de tema histórico e cultural.

Quadro 5 - Diretrizes da Macrozona ZEIT

DENOMINAÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	DIRETRIZES DE USO E INTERVENÇÃO
ZEIT Estrada Real São Bento-Pilar	Valorizar a identidade histórica da memória construída e imaterial da cidade. Consolidar e incrementar a zona como pólo de atração turística.	<input type="checkbox"/> Incentivar o turismo histórico e cultural; <input type="checkbox"/> Implantação de sinalização do caminho, mobiliário urbano relativo ao período da Estrada Real e totens explicativos da história; <input type="checkbox"/> Implementar projeto para a construção do museu que abrigará o acervo de arte sacra existente no município; <input type="checkbox"/> Implementar Centro de Convenções, devendo abrigar espaço para eventos culturais; <input type="checkbox"/> Incentivar a visitação guiada dos bens de Interesse Cultural da Igreja de São Bento e Mosteiro de São Bento;
ZEIT Estrada Real Automóvel Club		<input type="checkbox"/> Incentivar o turismo histórico e cultural; <input type="checkbox"/> Promover arborização e sinalização do caminho, instalar mobiliário urbano relativo à história da Estrada Real, em especial nas proximidades do Museu Histórico de Duque de Caxias;
ZEIT Estrada Real Mantiquira-Tinguá		<input type="checkbox"/> Incentivar o turismo cultural e <u>eco-turístico</u> ; <input type="checkbox"/> Articular com o IBAMA a visitação guiada em território da REBIO Tinguá; <input type="checkbox"/> Incentivar a visitação guiada com meio de locomoção que proteja a pavimentação de pedra (pé-de-moleque) e patrimônio natural do entorno; <input type="checkbox"/> Estabelecer como ponto inicial do caminho histórico a Igreja Santa Rita da Posse; <input type="checkbox"/> Estabelecer como área de visitação a Fazenda Ferraria, inserida na REBIO Tinguá, e seus artefatos históricos, protegendo-os;

Fonte: Lei Complementar nº01-2006. Elaboração: STUMBO, 2020.

Entretanto, as diretrizes de uso e intervenção definidas para a ZEN Rural também não mencionam a atividade turística rural, diferentemente do que é

abordado em sua definição apresentada anteriormente. O quadro 6 apresenta os objetivos estratégicos e diretrizes de uso e intervenção para a ZEN Rural:

Quadro 6 - Diretrizes da Macrozona ZEN Rural

Denominação	Objetivos Estratégicos	Diretrizes de uso e intervenção
Zen 11 – Negócios Rurais	Incentivar a qualidade de vida e a permanência da população em área rural	<ul style="list-style-type: none"> - Promover condições atrativas de investimentos públicos e privados; -Incentivar pequenas e médias propriedades rurais; -Garantir a preservação da mata ciliar dos corpos hídricos da região; -Permitir lavras de exploração de areia somente com apresentação de relatório de impacto ambiental e com o parecer da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, da Secretaria de Cultura e do Conselho Municipal de Desenvolvimento da cidade de Duque de Caxias e ao findar exploração mitigar os impactos gerados; -Incentivar empreendimentos agroindustriais que não causem impacto ao meio ambiente -O módulo mínimo de parcelamento de lote será de 02 (dois) hectares

Fonte: Lei Complementar nº01-2006. Elaboração: Stumbo, 2020.

O quadro 6 nos faz perceber a preocupação do PDU com a instalação de empreendimentos agroindustriais e também com a atuação e fiscalização do poder público sobre a exploração de insumos naturais, mas não informa sobre gestão e aplicabilidade da atividade turística temática a sua Macrozona. Essas diretrizes são as únicas informações que o PDU elaborou ao longo de sua formulação, e como dito anteriormente, os dados sobre delimitação e parâmetros de uso e ocupação do solo em “harmonia” com as Macrozonas definidas não foram produzidos. Isso significa que o ordenamento territorial de Duque de Caxias, no que tange a legislação urbanística, está pautado em duas visões distintas e de tempos diferentes. De um

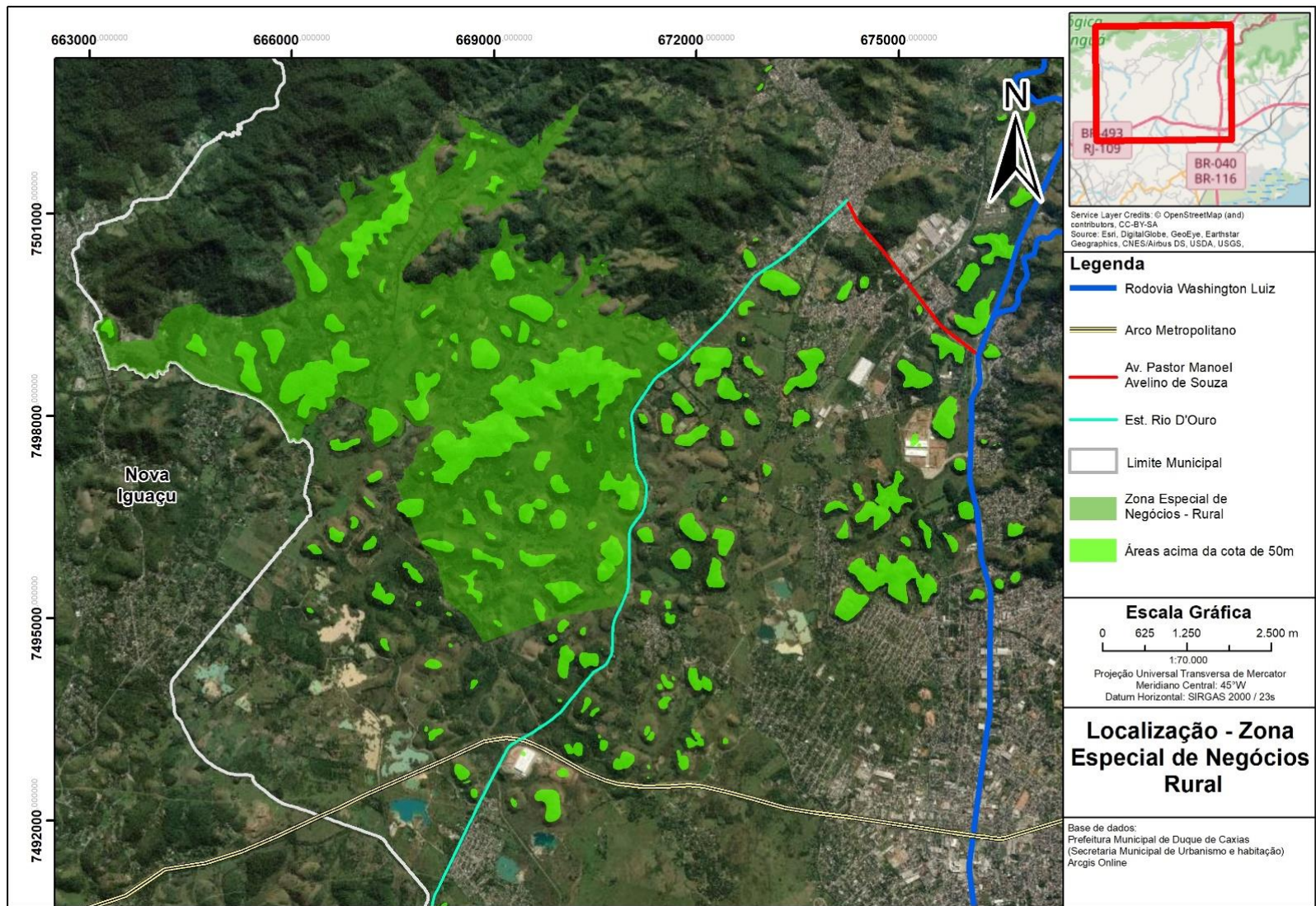
lado, há um número considerável de instrumentos normativos que atuam sobre o uso e a ocupação do solo, que foram constantemente modificados e que estão ativos desde a década de 1970; do outro lado, se tem um instrumento de regulamentação e de desenvolvimento do território Municipal, mas sem as suas devidas regulamentações e leis complementares a ele, tendo apenas como base as diretrizes e estratégias gerais. Isso gera um terreno fértil para usos conflitantes do solo e também dificulta qualquer estratégia de desenvolvimento que se formulou através de um processo democrático, com o mínimo de participação da população no processo.

Santos Jr (2007) aponta para essa importância da intervenção social no planejamento urbano e na tomada de decisão sobre o ordenamento da cidade, que aponta os conflitos urbanos em diferentes escalas do fenômeno e dá voz aos atores locais para se criar um plano de desenvolvimento mais abrangente e completo. O PDU de Duque de Caxias não contemplou as suas Leis Complementares e isso dificulta, até os dias atuais, a aprovação de projetos e intervenções no território que sejam de acordo com a dinâmica local. Cabe lembrar que, de acordo com o Estatuto da Cidade, a cada 10 anos o Plano Diretor Municipal deve ser revisto. Isso significa que o município de Duque de Caxias está a quatro anos sem a sua devida revisão e atualização de seu instrumento de desenvolvimento Municipal. A ZEN Rural está localizada no 4º Distrito de Duque de Caxias (Xerém), a esquerda da Estrada Rio D'Ouro, e se estende até os limites Municipais com Nova Iguaçu. É uma área muito recortada por áreas de morro, o que ajuda na manutenção de uma paisagem na qual os aspectos físicos naturais se fazem presente, como a existência de resquícios da Mata Atlântica e a presença de rios e canais inalterados pela ação antrópica. Além disso, o PDU estabelece, dentro do artigo 7º do capítulo I, a seguinte determinação:

Art.7º – São diretrizes da Política Ambiental do Município: (...) VI. Promover as condições ambientais das áreas acima da Cota 50, restringindo a sua ocupação, fomentando o reflorestamento com leguminosas e gramíneas e a conservação de matas remanescentes.

Esse artigo auxilia a manutenção de áreas verdes para preservação de áreas acima da cota de 50 metros, complementando a legislação anterior que determinava as áreas de preservação acima de 150m (Áreas de reserva). O mapa 8 apresenta a dimensão da ZEN Rural e as áreas acima de 50m, além de identificar a sua posição frente as principais vias de circulação do Município:

Mapa 8 - Dimensão da ZEN Rural



Fonte: Lei Complementar 01-2006. Elaboração: STUMBO, 2020.

No mapa 8 são identificados no perímetro compreendido pela ZEN Rural uma quantidade considerável de áreas acima de 50m, além de apresentar uma dinâmica de ocupação mais rarefeita, quando comparado com a área de encontro da Rodovia BR-040 com o Arco Metropolitano, por exemplo. Além disso, as linhas férreas que hoje atendem o Município não passam pelas proximidades da ZEN Rural. O principal eixo de ligação com outras vias é apenas pela Estrada Rio D'Ouro, o que é um fator que dificulta o processo de ocupação da área em questão. Além disso, dois elementos também ajudam na continuidade desta dinâmica de ocupação vista na ZEN Rural e também em seu entorno: a Reserva Biológica do Tinguá (REBIO Tinguá) e a Área de Proteção Ambiental Alto Iguaçu (APA Iguaçu). Cada uma será analisada a seguir:

a) Reserva Biológica do Tinguá (Rebio do Tinguá)

Criada a partir do Decreto nº97.780 de 23 de maio de 1989, abrange quatro municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Miguel Pereira e Petrópolis, com seus 26.260⁽⁵⁾ hectares. Só a parte que cabe a Duque de Caxias corresponde a 33,7% da área total do 4º Distrito ⁽⁶⁾. Esta reserva possui uma classificação de Unidade de Conservação de Proteção Integral ⁽⁷⁾ e de acordo com o artigo nº10 do Capítulo III da Lei Federal nº9.985-2000, A Rebio do Tinguá, possui as seguintes diretrizes:

Art.10º – A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados (...) §1º- É proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico.

Além disso, dois anos após a sua criação, a Rebio do Tinguá foi reconhecida pela UNESCO ⁽⁸⁾ como Reserva da Biosfera ⁽⁹⁾.

Em seu Plano de Manejo ⁽¹⁰⁾, datado de 2006, foi criada a sua Zona de Amortecimento ⁽¹¹⁾, o que ampliou ainda mais a sua extensão sobre o 4º Distrito de Duque de Caxias, se aproximando dos limites da Macrozona ZEN Rural;

⁵ De acordo com o ICMBio.

⁶ 25.458,89 ha

⁷ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, esta categoria tem a natureza como principal objetivo dessas unidades, e por isso, as regras e normas são mais restritas.

⁸ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

⁹ De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, é um instrumento de conservação que favorece a descoberta de soluções para problemas diversos, como desertificação, desmatamento, poluição atmosférica, entre outros.

¹⁰ Um documento consistente, elaborado a partir de diversos estudos, incluindo diagnósticos do meio físico, biológico e social. Estabelece normas, restrições de uso e ações a serem desenvolvidas na UC.

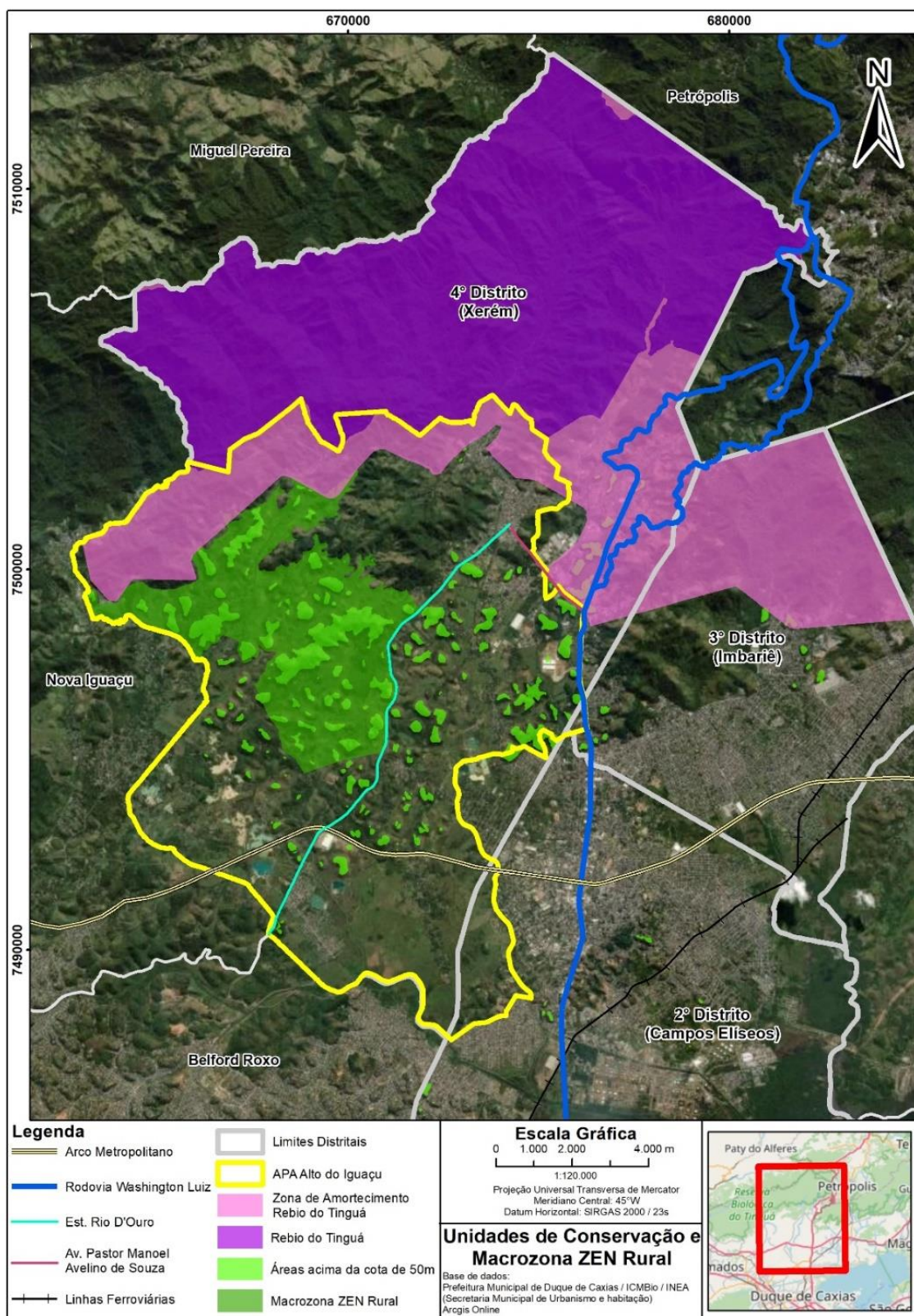
b) Área de Proteção Ambiental Alto Iguaçu (APA Alto Iguaçu)

A APA Iguaçu foi criada pelo Decreto Estadual nº44.032 de 2013, e abrange três Municípios: Duque de Caxias, Belford Roxo e Nova Iguaçu. Uma área considerável da APA Iguaçu está inserida em Duque de Caxias: 13.889 hectares de um total de 22.109 hectares, correspondendo a 62,8% de sua área total. De acordo com o seu dispositivo de criação, a APA Alto Iguaçu tem alguns objetivos e diretrizes gerais a seguir, tais como: garantir a preservação de remanescentes de Mata-Atlântica, bem como recuperar áreas degradadas existentes em seu perímetro; conter o processo de supressão de *habitats* de espécies nativas decorrentes de processo urbano industrial da Baixada Fluminense e também assegurar a continuidade dos serviços ambientais ali existentes.

O mapa 9 apresenta a localização destas unidades de conservação e a proximidade destas com a Macrozona ZEN Rural. É importante destacar que os limites destas unidades de conservação foram editados para serem visualizados apenas dentro dos limites do Município de Duque de Caxias. Além disso, o mapa 9 também apresenta uma particularidade do 4º Distrito de Duque de Caxias, onde, em grande parte, seu território é contemplado ora por unidades de conservação, ora por zonas de preservação do Plano Diretor Municipal. Estes elementos têm o papel de arrefecimento no processo de ocupação no 4º Distrito e ao mesmo tempo o auxílio a manutenção dos meios naturais.

¹¹ Estabelecida no entorno da Rebio, tem como objetivos minimizar o impacto sobre a área da Rebio e promover a qualidade de vida da população inserida em sua Zona (Pág.37 – ICMBio)

Mapa 9 - Unidades de Conservação e Macrozona Zen Rural



Fonte: Lei Complementar 01-2006 / INEA / ICMBio. Elaboração: STUMBO, 2020.

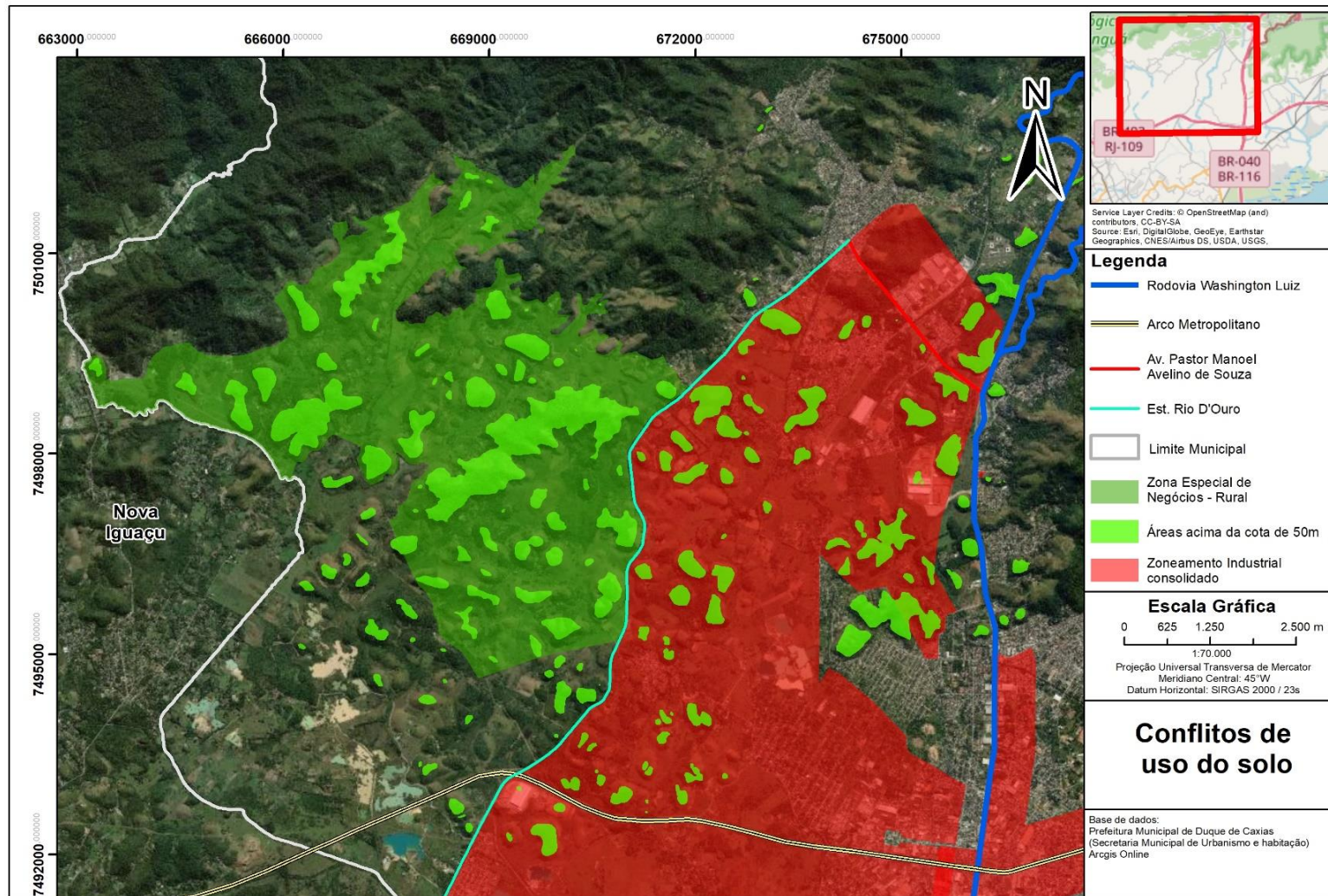
No caso da APA Alto Iguaçu, até o presente momento o seu plano de Manejo não foi elaborado, não cumprindo o que o artigo 7º de seu decreto de criação prevê. O prazo de até dois anos após a aprovação do decreto para construção de um plano de manejo, o que deixa em aberto a forma de como serão seguidas as diretrizes supracitadas. Porém, mesmo sem um arcabouço legislativo consolidado, é importante destacar a presença das unidades de conservação, de diferentes esferas de administração (Estadual e Federal) nas proximidades da ZEN Rural.

Como foi dito anteriormente, o PDU de Duque de Caxias foi aprovado sem as suas devidas regulamentações, obrigando a utilização de dispositivos de uso e ocupação do solo anteriores a Lei Complementar. Ademais, no tópico anterior a este, também foi visto que o segmento da atividade industrial permanece, até os dias atuais, com forte influência sobre o Município de Duque de Caxias.

Esse conflito no bojo legislativo pode ser visto no mapa 10, que apresenta a proximidade da ZEN Rural com uma zona cuja atividade é geradora de um alto impacto no solo. O único marco separador entre estas áreas de regimentos tão distintos é a Estrada Rio D'Ouro. Além disso, a configuração territorial na Zona na qual a atividade industrial é permitida não condiz com o que é apresentado no local. Isso reforça a necessidade de atualização dos instrumentos normativos para que se adequem a realidade e a dinâmica atual das áreas atingidas pela legislação urbanística, que ainda prega uma visão de desenvolvimento industrial pautada há mais de 40 anos.

Outro ponto a ser levantado é a sobreposição de zonas com propostas de usos diferentes. Afinal, grande parte da área destinada a atividade industrial apresentada no mapa 10 está inserida nos limites da APA Alto Iguaçu, cuja delimitação está apresentada no mapa 9. Caso o plano de Manejo da referida unidade de conservação venha a ser concretizado, este deverá seguir, de forma harmonizada, os dispositivos que regem o ordenamento territorial dos Municípios que ela abrange. No caso de Duque de Caxias, o que pode ocorrer é um cenário de conflagração entre as esferas administrativas distintas.

Mapa 10 - Macrozona ZEN Rural e Zona consolidada para uso industrial



Fonte: Lei Complementar nº01-2006 / Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: Stumbo, 2020.

Esse conflito nem sempre pode ser identificado como uma falha de gestão ou como uma fragilidade do corpo legislativo urbanístico. Essa dificuldade em estabelecer modificações poder ser propositais, pois, de acordo com Santos (2014), este conflito no uso da terra está relacionado as transformações espaciais que ocorrem dentro de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas, onde se tem a transição de espaços “naturais” em espaços produtivos. Estas transformações fazem parte de um processo de modernização contemporânea, oriundo de um sistema tecnológico que funciona para a criação de um modelo hegemônico de ocupação da terra, que sirva aos interesses capitalistas. Isso reflete na própria organização territorial, onde a ação do capital pode atingir direta ou indiretamente sobre as dinâmicas de uso do solo, como por exemplo, a expansão da agricultura comercial ou industrial em detrimento da agricultura de subsistência, pela necessidade de compra de equipamentos e expansão da forma de ocupação do solo. Ainda em Santos (2014):

O Estado se empobrece e perde a sua capacidade para criar serviços sociais ou para ajudar na criação de atividades descentralizadas ou descentralizadoras. A produção, sobretudo a produção industrial, não corresponde às necessidades nacionais e está sujeita a uma concentração acumulativa; ao mesmo tempo, distorce-se também o consumo, que passa a ser utilizado como o melhor vetor do capitalismo internacional para a ocupação de todo o território nacional (p.47).

As reflexões de Fernandes (2008) atentam sobre a ação de grupos sociais que protagonizam estas transformações e, conseqüentemente, os conflitos sobre o uso da terra para atender a uma demanda do sistema capitalista. Essa condição de “fragilidade” legislativa pode ser compreendida pela ação de um grupo social que toma o Estado como um instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico quanto no social e político. E isso também inclui uma repressão e uso da violência a qualquer movimento popular contrário a essas medidas que atendem a um mercado financeiro internacional. A partir do controle da máquina do Estado para atender a seus interesses privados, Fernandes (2008) discute sobre o papel da burguesia nesta intervenção direta do Estado na esfera econômica, que serve muito bem como um agente de garantia para que o movimento predatório privatista possa se desenvolver sem problemas. E assim, determina-se o controle sobre o uso do solo e seus conflitos, utilizando desta tal “fragilidade” para desmotivar projetos de ordenamento territorial que possa ser mais democrático. Ainda em Fernandes (2008):

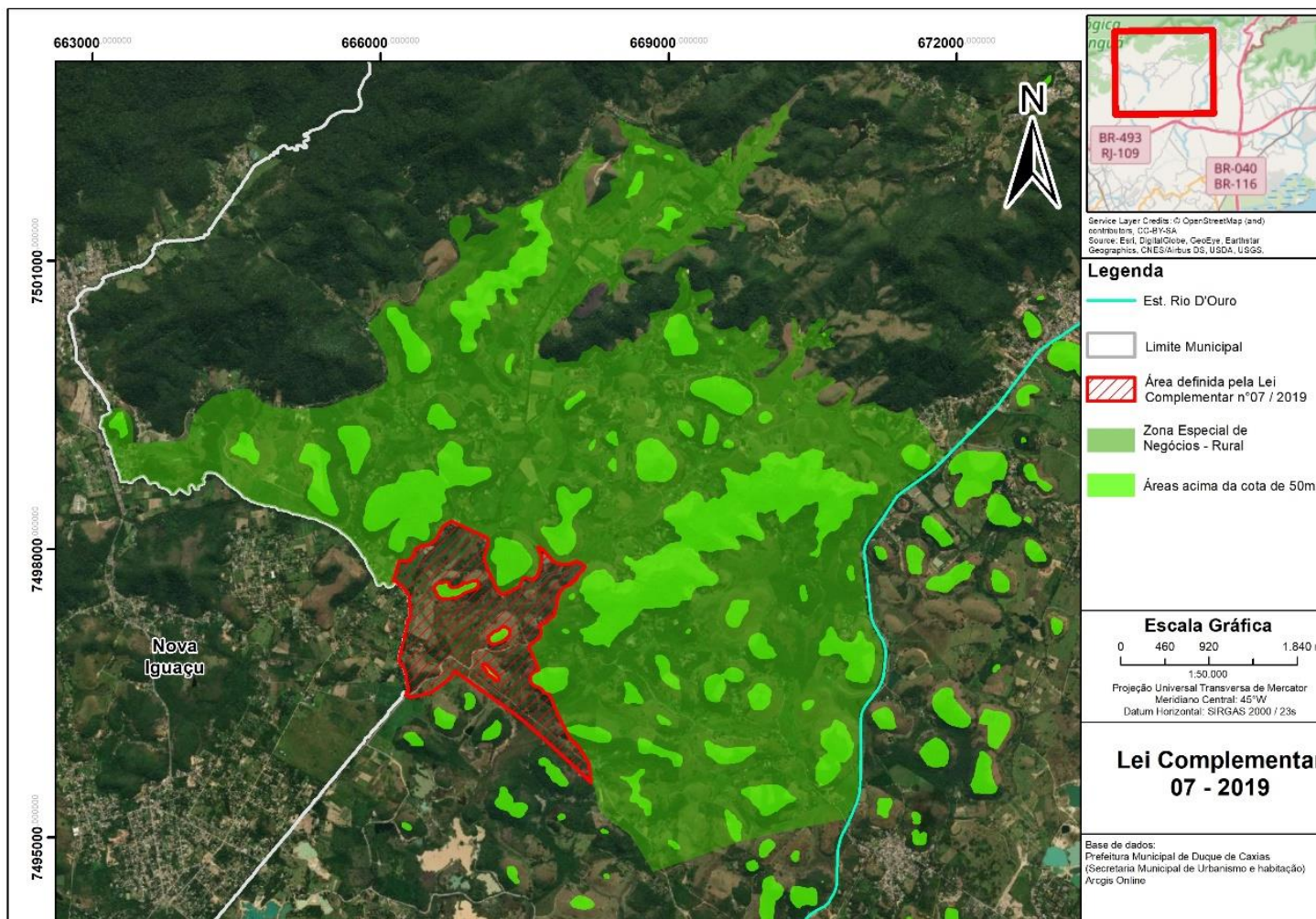
(...) ao mudar seu relacionamento com o poder público estatal e o funcionamento do Estado, também mudou sua capacidade de relacionamento com o capital financeiro internacional e com a intervenção do Estado na vida econômica, ganhando maior controle da situação interna e maior flexibilidade na fixação de uma política econômica destinada a acelerar o desenvolvimento capitalista (Fls.255).

No tópico anterior a este, foi visto que há uma diversidade de aparelhos normativos que ainda estão em ativa, e que ao longo dos anos propuseram modificações pontuais na estrutura legislativa, mas sem uma consolidação da mesma (Como visto na figura 4). No caso do PDU de Duque de Caxias, não está sendo diferente. Recentemente, uma Lei Complementar ⁽¹²⁾ ao PDU fez uma alteração pontual sobre uma área próxima à ZEN Rural, e como consequência disso, a superfície desta Macrozona foi suprimida. Esta Lei Complementar específica não estabelece nenhuma justificativa para tal supressão, apenas delimita uma área que antes era destinada a ZEN Rural em 2006 para outra Macrozona (Zona de Ocupação Controlada – ZOC).

O fato da não existência de uma justificativa no corpo legal do texto que rege esta Lei Complementar abre um leque de interpretações para tal ação, mas o que se procura ao mostrar este caso é justamente a metodologia que se repete no âmbito do ordenamento territorial que atua sobre Duque de Caxias desde a década de 1970. Além disso, esta Lei Complementar determina os parâmetros de uso e ocupação para esta nova área a partir de dispositivos criados antes do PDU. O mapa 11 apresenta a área suprimida da ZEN Rural, registra uma supressão de 231 hectares, o que corresponde a 10,0% da área total da ZEN Rural (2.176 ha, aproximadamente). Ainda não se tem informação sobre projetos específicos sobre esta área que agora se apresenta como uma Macrozona de ocupação. Mas essa estrutura da legislação abre espaço para intervenções que venham de forma vertical, com objetivos que entrem em desacordo com as ações que ocorrem no local.

¹² Lei Complementar nº07 - 2019

Mapa 11 - Delimitação da área referente a Lei Complementar nº07-2019 e Macrozona ZEN Rural



Fonte: Lei Complementar nº01-2006 e Lei Complementar nº07-2019. Elaboração: STUMBO, 2020.

O PDU de Duque de Caxias de 2006 se apresenta como a referência na política de desenvolvimento Municipal. Isso significa que projetos, obras e outras intervenções deveriam respeitar as ações normativas a Lei Complementar. Além dos dados acerca das Macrozonas do Plano Diretor e dos dispositivos legislativos apresentados no tópico anterior, foi feita uma pesquisa sobre os contratos de repasse no portal do Ministério do Turismo, no intuito de verificar os repasses feitos para a Prefeitura de Duque de Caxias nos projetos relacionados a atividade turística. De acordo com o decreto nº6.170, datado de 25 de Julho de 2007, o contrato de repasse é definido da seguinte forma:

Instrumento administrativo em que a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União. Os contratos de repasse firmados com os proponentes são operacionalizados pela Caixa Econômica Federal, que é a mandatária do Ministério do Turismo.

A partir da consulta nesta plataforma de informações, foram obtidos dados sobre os contratos de repasse para o Município de Duque de Caxias. O quadro 7 indica os contratos encontrados:

Quadro 7 - Contratos de repasse pelo sistema do Ministério do Turismo

Ano	Contrato	Tomador	Objeto	Repasse (R\$)
2007	0232674	Município de Duque de Caxias	Construção do Portal de Entrada de Duque de Caxias	877.500,00
2008	0278257	Estado do Rio de Janeiro	Construção da Praça do Bom Retiro	975.000,00
2011	0278258	Estado do Rio de Janeiro	Construção da Praça do Parque Império	975.000,00
2011	0375507	Secretaria de Estado de Obras	Obra de Construção da Praça da Cultura	2.925.000,00

Fonte: Ministério do Turismo. Elaboração: STUMBO, 2020.

O sistema não detectou contratos posteriores ao ano de 2011. Analisando o quadro 7, podemos aferir, a partir deste sistema, que os repasses para Duque de Caxias foram para obras específicas, que não se relacionam a um projeto de turismo ou um planejamento da atividade, mesmo após a criação de áreas para incentivar o turismo Municipal.

A partir das informações apresentadas neste capítulo, o panorama que surge é que a “fragilidade” no corpo legislativo corrobora para extensas modificações territoriais para fins específicos, desviando cada vez mais da proposta de um Plano Diretor Municipal. Duque de Caxias detém um potencial para atividade turística, e de certa forma foi reconhecida pelo seu PDU.

O capítulo a seguir fará uma análise teórica sobre o planejamento e ordenamento territorial da prática do turismo, a partir da temática do turismo rural.

2 A PRÁTICA DO TURISMO RURAL: APONTAMENTOS CONCEITUAIS

O presente capítulo foi construído com o propósito de apresentar as contribuições de especialistas que discutem sobre o turismo rural, além de fazer uma análise sobre a visão do Poder Público, tanto na esfera Federal quanto na Estadual, e suas políticas para a atividade turística no Município de Duque de Caxias, a fim de ilustrar as diferentes óticas desta temática sobre um mesmo território.

2.1 Considerações sobre o turismo rural

Antes de adentrar sobre as contribuições do turismo rural, é importante destacar o papel do turismo na geografia, de forma objetiva. Conforme aponta Paiva (2016), o turismo é uma atividade que engloba diversas práticas sociais, e por isso, representa uma abordagem multifacetada. Além disso, a sua prática é feita sobre o espaço geográfico, que é imbuído sobre uma lógica de reprodução e acumulação de capital. Assim, a articulação entre o turismo e o espaço geográfico têm-se mostrado, ao longo dos anos, como um grande exemplo de inserção de políticas neoliberais, especialmente voltadas para o planejamento e gestão da atividade turística. Essas estratégias de inserção modificam o espaço geográfico não apenas em sua estrutura física, mas também nos valores culturais, ambientais e sociais. Ainda em Paiva (2016):

No âmbito cultural-ideológico, a atividade turística possibilita a emissão, transmissão e recepção de valores culturais e ideológicos, contribuindo para a troca constante de conteúdos simbólicos e para a sua reprodução. O “espaço turístico”, contudo, torna-se um dos principais meios de expressão dessas práticas cultural-ideológico (p.39).

E estas modificações promovidas pela atividade turística ocorrem de diversas maneiras, sobre escalas variadas, e nem sempre através de um órgão ou um agente específico que seja capaz de promover mudanças no local para a execução do turismo. Conforme aponta Rodrigues (2006), as tendências contemporâneas para a atividade turística são voltadas para uma descentralização

de gestão, gerada a partir da construção de alianças e parcerias com diversos atores para suprir bens e serviços. Entretanto, nem sempre essas ações são benéficas para a população local, que pode estar sujeita a uma lógica de mercado que venha a promover novas funcionalidades territoriais, capazes de desestruturar a organização social local e assim imprimir novos valores culturais e ambientais. De acordo com Rodrigues (2006):

Do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população anfitriã, que frequentemente é alijada do processo por não apresentar qualificação profissional adequada, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados e, portanto, mal remunerados (p.308).

Como foi dito anteriormente, a execução de uma atividade turística é capaz de gerar consequências diversas num determinado local, sendo positivas ou não para a população nativa. Um dos segmentos de atividade turística é o de turismo rural, que de acordo com Tulik (2003), é aplicado, de forma generalizada, a uma variedade de atividades turísticas executadas no espaço rural. Esta modalidade do turismo está vinculada com tantas outras que possuem diferentes estratégias de aplicação e, conseqüentemente, variadas formas de impacto sobre a área onde se é realizada. Até os dias atuais não se tem uma conclusão universal sobre o que é o Turismo Rural, mas sim, diversas análises em localidades diferentes. Isso demonstra a complexidade e a dificuldade de chegarmos em um denominador comum sobre o turismo rural.

Ainda em Tulik (2003), é importante compreender a forte influência europeia nos empreendimentos de turismo rural para se entender os conceitos que nortearam sobre o turismo rural brasileiro e seus tipos. A exemplo disso estão os termos Turismo no Espaço Rural (TER) e Turismo em Áreas Rurais (TAR), que são frequentemente utilizadas como sinônimo de Turismo Rural na Europa. Ou seja, o Turismo Rural, num sentido mais amplo, consiste no aproveitamento da atividade turística sobre um conjunto de elementos presentes no espaço rural, sejam eles culturais, arquitetônicos e até mesmo componentes naturais. O que se observa é que de uma forma geral, o turismo rural se apresenta como o oposto ao urbano, o que inclui as áreas naturais. Assim, na perspectiva europeia, tanto TER, TAR e TR são utilizados como sinônimos indistintamente, embora o termo turismo rural deve ser aplicado de uma forma mais rigorosa, sendo restrito apenas no conteúdo rural (TULIK, 2003).

Algumas questões precisam ser analisadas para que haja uma avaliação na prática do turismo rural, e os resultados disso serão vários, pois serão de acordo com as especificidades e características de cada local. Uma destas questões é a dificuldade de delimitar o espaço urbano e o espaço rural. Tradicionalmente, estes dois espaços são delimitados pelas atividades e funções os quais são caracterizados. O espaço urbano é caracterizado pelas funções industriais, de serviços, do centro financeiro e também do centro político administrativo. Já o espaço rural é caracterizado pelas atividades primárias, limitados a agricultura e a pecuária (TULIK, 2003). E mesmo nesta concepção tão generalizada e rasa, os limites definidores destes espaços não são absolutos, muito menos estáticos. O que se é observado, de um modo geral, é que os limites entre o urbano e o rural não são claros, e que atualmente certas funções especificamente urbanas chegaram ao meio rural, que incorporou, ao longo dos anos, a agroindústria e a ampliação da oferta de residências e também de serviços (incluindo o turismo).

Marafon e Seabra (2014) corroboram com esta análise sobre a pluriatividade no espaço rural, e dão destaque para a atividade turística que se desenvolve no espaço rural como uma atividade não agrícola. Além disso, de acordo com as transformações sociais e espaciais articuladas ao sistema capitalista ocorre uma “ruptura” dessa dicotomia entre o rural e o urbano.

Assim, as interações espaciais que marcam o rural e o urbano, são entendidas como relações socioespaciais, que refletem as condições de (re)produção do espaço, com movimentos simultâneos de imposição, consentimento e resistência. Surge, assim, uma nova relação campo-cidade baseada não mais nas contradições, mas na complementaridade e na dependência (MARAFON;SEABRA, 2014, p.12 e 13).

As contribuições de Cunha (2001) auxiliam na análise da divisão destes meios, e indica que o espaço rural pode ser definido através de suas características sociais, culturais e também ambientais. Assim, o espaço rural será aquele que tem a base florestal e agrária como suportes para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Além disso, sustenta que o espaço rural deve ser caracterizado pela existência da vida natural e selvagem, e que a produção industrial seja esporádica neste meio.

Já Silva (1998) considera que está cada vez mais difícil estabelecer uma delimitação entre o rural e o urbano, e a discussão para estabelecer estes ambientes é cada vez menos importante. E esta visão de que o espaço rural se opõe ao urbano se deve muito pela visão do mundo rural vinculada ao mundo agrário e das

produções primárias, enquanto que o meio urbano se destaca pela presença industrial, das grandes edificações, da densidade habitacional e da poluição urbana. De acordo com o referido autor, o espaço rural adquiriu novas funções e novos tipos de ocupações, garantindo uma característica de pluriatividade, diferente do que se é pensado tradicionalmente.

Uma das análises que são aplicadas para definir espaços rurais e urbanos é a de dimensão e características demográficas de um dado local. Oxinalde (1994) aponta um exemplo desta metodologia na Grã-Bretanha, onde a área rural se opõe a área urbana por conta do comportamento de ocupação. O território que é habitado de forma mais dispersa é considerado rural, enquanto que aglomerações de edificações e pessoas caracterizam uma área urbana. Países europeus como Espanha, Portugal e Grécia atribuem as áreas rurais aquelas onde existe a agricultura e criação, mesmo onde há uma concentração populacional de mais de 10 mil habitantes.

Silva, Carlyle e Dale (1998) também apresentam uma forma que é feita por Índia e por Japão, que é através da análise da População Economicamente Ativa (PEA), além da densidade demográfica, onde se considera uma comunidade rural aquela que detém uma concentração populacional com menos de 150 habitantes/km². Já no Brasil, os critérios são definidos pelo poder público, dando o poder para o governo Municipal delimitar os perímetros urbano e rural.

Entretanto, conforme aponta o autor, há uma preocupação em delimitar o perímetro urbano e ela se justifica por conta da cobrança de impostos diretos, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), cobrado pela Prefeitura e o ITR (Imposto Territorial Rural), cobrado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Assim, na tratativa de ampliar a arrecadação municipal, o perímetro urbano se dilata, incluindo áreas com uma dinâmica diferente da área urbana, dificultando ainda mais a delimitação da área rural.

De acordo com o IBGE (2017) a base legal para a diferenciação de espaço rural e espaço urbano foi feita através do Decreto-Lei n°311, datado de 03/03/1938. Como um órgão federal, segue este dispositivo legal, e eminentemente, político administrativo para classificar os espaços e a população. Ainda de acordo com o IBGE (2017):

Mesmo a Lei n°5.172, de 25.10.1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e que serve de referência ao Manual da base territorial, editado pelo IBGE, mantém o predisposto no Decreto-lei n.311/1938 de que é

incumbência do município definir os limites da zona urbana, e por exclusão, a zona rural (p.38).

Assim, o IBGE, considera a referência legal para a definição de espaços urbanos e rurais. Ainda de acordo com o IBGE (2017), o espaço urbano é caracterizado:

[...] interna ao perímetro urbano, criada através de lei municipal, seja para fins tributários ou de planejamento urbano (Plano Diretor, zoneamento, etc.). Para as cidades ou vilas onde não existe legislação que regulamenta essas áreas, deve-se estabelecer um perímetro urbano para fins de coleta censitária cujos limites devem ser aprovados oficialmente pela prefeitura municipal (área urbana para fins estatísticos) (p.38).

Já o espaço Rural, por sua vez, “é aquela que não foi incluída no perímetro urbano por lei municipal. Caracteriza-se por uso rústico do solo, com grandes extensões de terra e baixa densidade habitacional. Incluem campos, florestas, lavouras, pastos, etc” (IBGE, 2017, p.38). Assim, os Municípios brasileiros detêm a autonomia para estabelecer o limite destes espaços em seus respectivos limites político-administrativos. Em Duque de Caxias, a delimitação destes espaços foi feita através da Lei nº841, aprovada em 28 de dezembro de 1987. De acordo com o referido dispositivo:

Art.2º- São consideradas Zonas Urbanas do Município de Duque de Caxias, de acordo com os Parágrafos 1º e 2º do Artigo 32, da Lei nº5172, de 25 de Outubro de 1966: I – A área do 1º Distrito; II – A área do 2º Distrito; III – As áreas do 3º Distrito formada pelas áreas dos seguintes bairros: Parada Angélica, Santa Lúcia, Imbariê, Parada Morabi, Jardim Anhangá, Barro Branco, Taquara, Cidade Parque Paulista e a parte dos bairros: Santa Cruz da Serra, Santo Antônio, Alto da Serra, situadas no 3º Distrito; IV – A área do 4º Distrito formada pelas áreas dos Bairros: Amapá, Mantiquira, Xerém e parte dos Bairros: Cidade dos Meninos, Chácara Rio-Petrópolis, Parque Eldorado, Santo Antônio, Alto da Serra, situadas no 4º Distrito. Art.3º - Ficam ainda consideradas Zona urbana as áreas que, embora situadas fora da área delimitada pelo Inciso IV do artigo anterior, encontram-se a leste do leito do Rio Capivari, dentro da área do 4º Distrito.

Ainda de acordo com a Lei nº841 de 1987, as Zonas Rurais são delimitadas da seguinte forma:

Art.4º - São consideradas Zonas Rurais do Município de Duque de Caxias, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do Artigo 32, da Lei nº5172, de 25 de Outubro de 1966: I – as áreas do 4º Distrito formadas pelas áreas dos seguintes bairros: Parque Capivari e Lamarão, delimitadas pelo decreto nº 1864, de 11 de novembro de 1987; II – as áreas situadas a oeste do leito do Rio Capivari, excetuando-se as áreas formadas pelos bairros: Amapá e parte dos Bairros Mantiquira e Xerém, delimitadas pelo Decreto nº1864, de 11 de novembro de 1987.

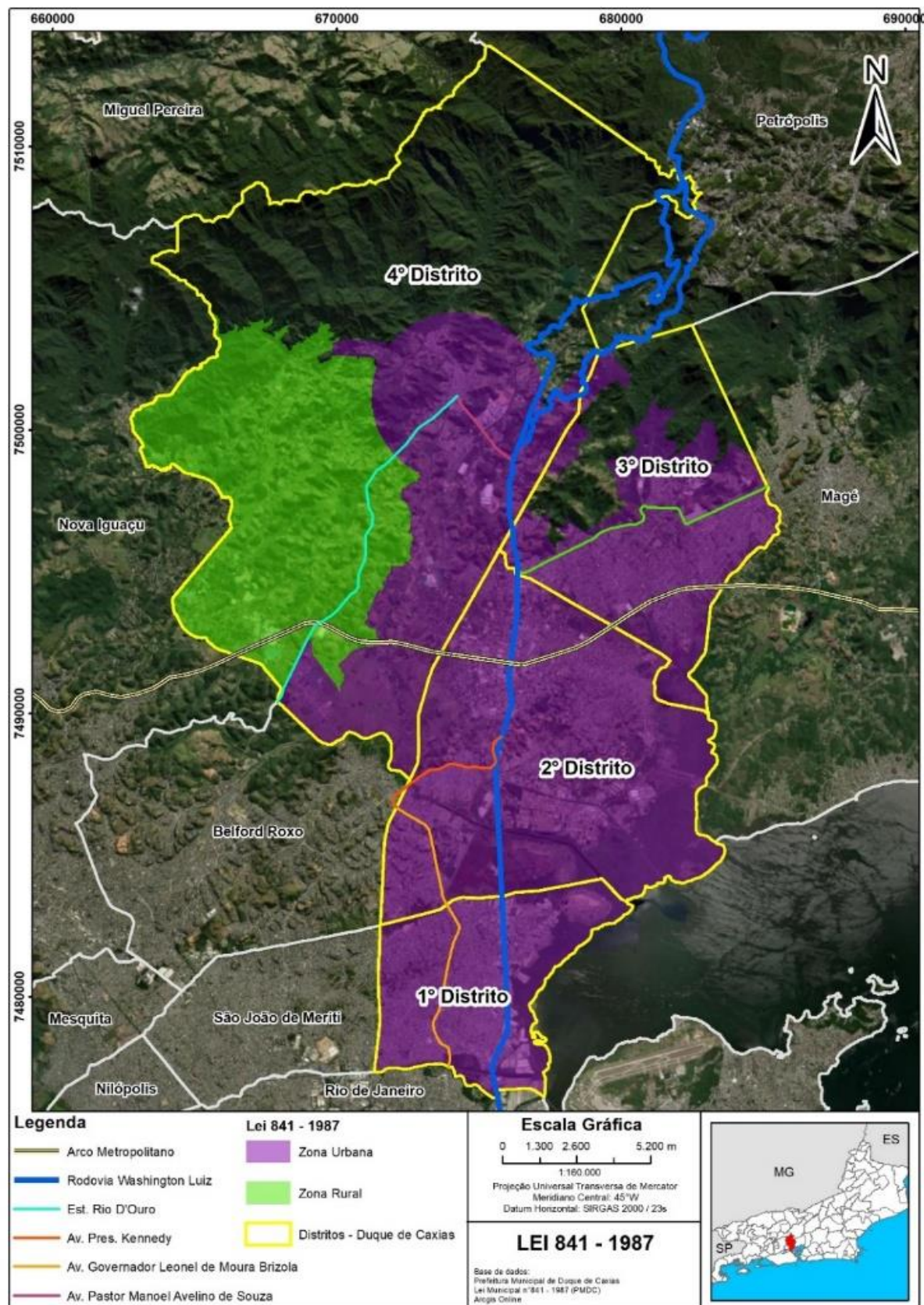
O mapa 12 apresenta as Zonas Urbanas e Rurais no Município de Duque de Caxias, de acordo com a Lei nº841 de 1987. De acordo com a referida lei, as áreas ao extremo oeste do município de Duque de Caxias que não estão contempladas no limite da Reserva Biológica do Tinguá (apresentados no mapa 9) são consideradas

como rurais, até mesmo as áreas no entorno do arco metropolitano do Rio de Janeiro. A zona rural, definida pela Lei nº841-1987, está mais afastada dos eixos de mobilidade urbana e também distante dos modais de transporte, como as linhas de ônibus e a malha ferroviária. Além disso, o mapa 12 também demonstra que o 4º Distrito é o único contemplado pela zona rural, e que a referida zona corresponde, aproximadamente, a 17,5% do território total do município (79,7Km²), um valor bem abaixo da área aproximada de 260,1Km² definida pela zona urbana, que corresponde a 55,6% da área total municipal.

Esta zona urbana teve a sua delimitação movida em concordância com as deliberações industriais, em especial a nº1.701 de 1971 (apresentada no mapa 6), dando continuidade a visão industrial em território caxiense. Entretanto, percebe-se que a zona rural poderia ser maior, uma vez que tanto a sua área quanto o seu entorno imediato são contemplados por unidades de conservação de diferentes esferas administrativas (como a Rebio Tinguá e a APA Alto Iguaçu), apresentadas no mapa 9. Além disso, visualmente não há a mesma concentração de ocupação do solo como é vista nos outros Distritos. Esta delimitação das áreas urbanas e rurais em Duque de Caxias serve como um bom exemplo de dilatação da zona urbana com fins na ampliação da arrecadação municipal, pois até os dias atuais não há uma discussão no espectro político sobre a revisão destas delimitações.

Além disso, ainda há um conflito no uso do solo quando comparamos a informação do mapa 12 com o mapa 10, pois a área rural definida pela lei 841-1987 contempla uma porção de área ao lado direito da Estrada do Rio D'Ouro. Entretanto, este mesmo lado também é direcionado para a atividade industrial, como pode ser visto no mapa 10, o que exemplifica o conflito no bojo legislativo de Duque de Caxias até o presente momento, pois não há a existência de dispositivos que façam os ajustes necessários para evitar estes conflitos.

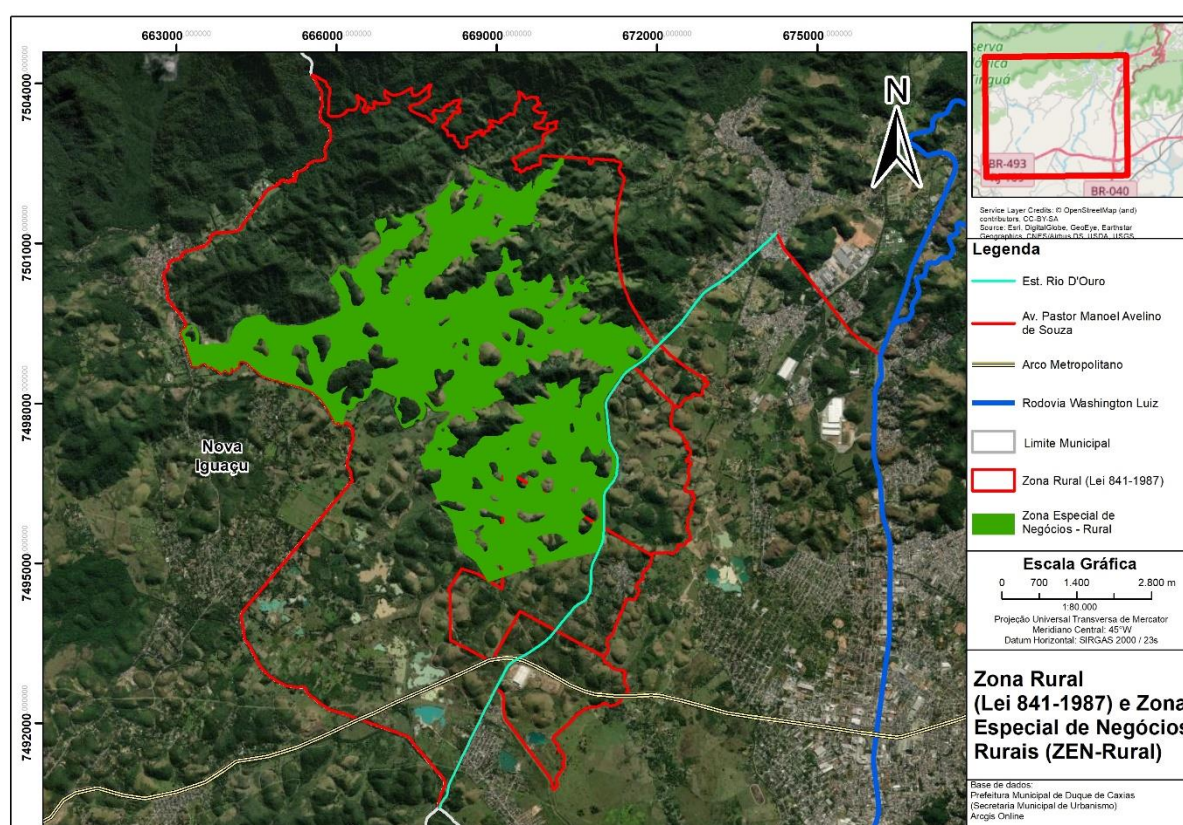
Mapa 12 - Zonas Urbanas e Rurais em Duque de Caxias



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2021.

Quando comparamos a Zona Rural definida pela Lei 841-1987 com a Zona Especial de Negócios Rural (ZEN Rural), criada pelo PDU, percebe-se que a localização das duas áreas é no mesmo Distrito. Entretanto, há uma diferença significativa da dimensão das mesmas. Enquanto a Zona Rural, definida em 1987, possui aproximadamente, uma área de 79,7Km², a ZEN Rural detém uma área por volta de 21,7Km². Ou seja, houve uma redução de 72,7% da área caracterizada como Rural no Município de Duque de Caxias. O mapa 13 apresenta estas duas áreas.

Mapa 13 – Zona Rural (1987) e ZEN Rural (2006) em Duque de Caxias



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Elaboração: STUMBO, 2021.

Qualquer conceito que esteja relacionado ao Turismo Rural, mesmo de forma mais ampla, deve estar conectado a noção do que é rural. Percebe-se que há um consenso sobre o espaço rural englobar áreas naturais para a composição do seu espaço, principalmente por influências europeias. Assim, considerando que há variações de análises para determinação das áreas rurais, não se deve pensar nesse assunto de forma universal, afinal, o espaço rural foi adquirindo novas

funções e novas atividades, o que promoveu uma segmentação de diversas atividades turísticas num mesmo espaço rural. Oxinalde (1994) aponta para essa diversificação de atividades pois dentro de espaços nitidamente rurais existem modalidades de turismo que são aplicados no espaço rural, e, de acordo com o autor, se complementam com o turismo rural. Isso traz uma dificuldade para poder diferenciar e categorizar as atividades turísticas exercidas no espaço rural. O quadro 8 apresenta alguns segmentos de turismo, explicitados por Tulik (2003), que são aplicados no espaço rural e são considerados como turismo rural propriamente dito, como se compartilhasse todos esses tipos de maneira que não se excluem, mas sim, se complementam.

Quadro 8 - Segmentos do turismo aplicados no espaço rural

Segmento Turístico	Descrição da atividade
Turismo na natureza / Ecoturismo	Atividade vinculada na diversidade de recursos naturais. É ligado estreitamente à natureza, e não diretamente ao modo de vida rural.
Turismo Cultural	Representa uma modalidade que engloba o turismo rural, afinal, todo tipo de turismo tem uma base cultural que permeia a atividade.
Agroturismo	Corresponde a uma atividade que é executada numa propriedade rural ativa, com exploração agrícola e a criação de animais, sendo gerida por uma organização familiar, onde o turista participa das atividades da propriedade.
Turismo Alternativo	Uma forma de turismo que se opõe ao turismo convencional, internacional e massificado. Entretanto, é um segmento que apresenta uma polêmica por ter diversas conotações, pois ao mesmo tempo que preza pela procura de lugares mais preservados e é dotado do discurso de sustentabilidade e preservação natural, sua execução intensiva pode trazer a massificação turística a estes locais e, conseqüentemente, trazer grandes impactos em diferentes escalas.

Fonte: Adaptado de Tulik (2003).

As contribuições de Zarza (2001) evidenciam essa dificuldade, no qual afirma que é frequente a confusão de turismo rural com outros segmentos que estão estreitamente ligados à natureza e não diretamente conectados com o modo de vida rural. O autor revela que, no espaço rural existem empreendimentos hoteleiros com grande atividade e que nada têm a ver com o turismo rural, com exceção da

localização geográfica. Tulik (2003) também aponta essa dificuldade indicando a presença de serviços e empreendimentos sem a ligação com o estilo e o conteúdo rural, tais como parques temáticos e aquáticos, residências secundárias, hotéis-fazenda e spas que independem de estarem localizados no espaço rural.

Silva, Vilarinho e Dale (1998) propõem que a expressão turismo rural seja reservada para atividades que se identificam com as especificidades da vida rural, sua economia e sua cultura. O esquema apresentado na figura 5 demonstra algumas generalizações envolvendo o turismo rural, apresentados por Almeida e Riedl (2000), numa tentativa de sistematização de uma atividade tão complexa e inter-relacionada com outras atividades. Este esquema é apresentado para auxiliar na base teórica sobre o Turismo Rural e demonstrar, de forma generalizada, as diretrizes que são consideradas por diversos autores sobre a referida atividade.

Figura 5 – Demonstração das características do Turismo Rural.



Fonte: Adaptado de Almeida e Riedl (2000).

Ainda em Silva, Vilarinho e Dale (1998), o Turismo Rural executado de forma organizada e também qualificada se torna uma grande opção de desenvolvimento rural, possibilitando a geração de empregos a um custo razoavelmente baixo em comparação a outros setores econômicos, principalmente em áreas urbanas. Ruschmann (2000) corrobora com esta afirmação, ao explicitar que a atividade turística rural deve seguir pelo parâmetro da sustentabilidade, e isso implica, de

acordo com a autora, administrar e planejar os ambientes, os recursos e também as comunidades que irão receber os turistas, com o fim de atender as demandas econômicas e sociais em harmonia com a integridade cultural, ecológica e ambiental, além de proporcionar a distribuição igualitária (ou o mais próximo disso) dos benefícios oriundos da atividade entre a comunidade e os visitantes, garantindo o bem-estar da grande maioria e também das experiências para as próximas gerações. As colaborações de Cavaco (2000) vão ao encontro com o que diz Ruschmann (2000) ao dizer que o turismo rural não se identifica com o turismo de massa, ao destacar a realidade sociocultural local e também o contato com as comunidades residentes, o que implica numa limitação do número de visitantes para se ter um tratamento personalizado e também interativo.

Contudo, como toda atividade tem impactos sociais, o turismo rural tem aspectos positivos e também negativos em sua execução. Schneider e Fialho (2000) abordam que o turismo rural pode contribuir com a reorganização social e econômica local, pois tem a potencialidade de criar um mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, beneficiando a população local. Entretanto, os mesmos autores também alertam para as consequências caso não haja um planejamento e fiscalização pelo poder público local.

Em primeiro lugar, pode ocasionar a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrente da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes socioculturais dos mais jovens que, em muitos casos, acabam recusando-se a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua. Em segundo lugar, a comunidade local é afetada pelo aumento do tráfego de pessoas e pela ampliação da mobilidade populacional, o que nem sempre pode ser do agrado de todos (SCHNEIDER; FIALHO. 2000, p.36).

Além disso, os referidos autores atentam para a questão da expansão do turismo rural em regiões com o predomínio de pequenos produtores. Com o crescimento da atividade turística ocorre também a valorização das terras. Assim, o processo de ampliação da ação do turismo rural pode significar a venda das propriedades e a migração destes trabalhadores para a área urbana. Outro fator que afeta negativamente a atividade de turismo rural é a dificuldade de acesso aos programas de financiamento para pequenos produtores rurais, por conta da falta de garantias de tomada de crédito pelas instituições financeiras.

Para toda iniciativa de comércio e de serviços se faz necessário um investimento, e nem sempre os pequenos agricultores detêm de recursos para tal.

Outro fator negativo é a de que ingressantes na atividade turística abandonam por completo a atividade da agricultura para se dedicar a nova modalidade de trabalho. Isso encarece o custo de vida familiar e também uma dependência externa dos visitantes para gerar lucro ao seu negócio, além de comprometer o abastecimento local dos produtos antes cultivados (SCHNEIDER; FIALHO, 2000).

De acordo com Rodrigues (2000), se faz importante refletir também sobre a relação do proprietário do empreendimento com o entorno onde a atividade se faz. Essa relação possui alguma ligação história e até mesmo afetiva ou é meramente comercial? A aquisição de um terreno ou a construção de um estabelecimento que tenham equipamentos de lazer (como um sítio pesque e pague, um restaurante ou uma lanchonete), mesmo fora do perímetro considerado como urbano nem sempre se caracteriza como uma atividade segmentada ao rural. Ainda em Rodrigues (2000):

Geralmente o proprietário reside na cidade e quase tudo está a cargo de empregados. Nem mesmo as relações de trabalho são específicas do mundo rural. Os funcionários são também urbanos e/ou terceirizados ou recrutados por uma empresa, recebendo sob o regime de comissão pelo valor arrecadado. Também pode ocorrer que as instalações, antes de cunho rural, tenham sofrido modificações no uso, como antigos haras, que hoje são adaptados e alugados para festas de casamento (RODRIGUES, 2000, p.56).

Além disso, Rodrigues (2000) aborda sobre o simulacro das atividades rurais em diversas excursões que são oferecidas na região metropolitana de São Paulo, através de fazendinhas que fornecem a experiência do campo, contato com animais e também de cultivos. Além disso, há pacotes de hospedagem para vivenciar estas experiências e visitar parques temáticos que se localizam em uma zona convencionada como rural, mas com atividades que não se vinculam ao mundo rural. Assim, tais empreendimentos não deveriam ser classificados, a rigor, como equipamento de turismo rural.

Mazuel (2000) atenta para os riscos deste simulacro, onde aos poucos são inseridos elementos (como produtos de grandes conglomerados de empresas, estruturas que se aproximam do ambiente e do conforto de estabelecimentos em espaços urbanos) que põem em risco a cultura local e também danos ao meio ambiente com a crescente artificialização do empreendimento, com o objetivo de suportar o excesso de visitas e ampliar a arrecadação do mesmo. Isso representa um paradoxo que só é aceito por conta do processo de acumulação monetária, tão presente numa sociedade capitalista.

Assim, de acordo com Rodrigues (2000), se faz a sugestão para uma divisão em dois grandes grupos relacionados ao turismo rural, para fins de classificação. Estes grupos se relacionam basicamente com o patrimônio cultural de uma determinada localidade. O quadro 9 apresenta estes dois grandes grupos e suas subdivisões, de acordo com suas especificidades:

Quadro 9 - Subdivisões do Turismo Rural.

Grupo	Subdivisão	Descrição das atividades
Turismo Rural tradicional	Origem Agrícola	Ocorrem em propriedades que, historicamente, se constituíram como unidades de exploração agrária durante o ciclo do café, utilizando as fazendas como meio de hospedagem. Em muitos casos, as atividades agrárias foram abandonadas, sendo desenvolvidas atividades de entretenimento aos visitantes (como passeios de cavalos, charretes, pedalinhos, pesque e pague, etc).
	Colonização Européia	Se relaciona com a história da imigração europeia no Brasil, focando nas regiões Sul e Sudeste do país. Também utilizam fazendas como atrativo arquitetônico rural e atividade agrária é tida como importante para o desenvolvimento da atividade.
Turismo Rural contemporâneo	Hotéis fazenda	São hotéis localizados no espaço rural, implantados para a exploração do turismo rural, valorizando sua cultura, a gastronomia e atividades esportivas, como a cavalgada.
	Pousadas Rurais	De menor porte e menos luxuosas, as pousadas rurais tentam levar aos visitantes a experiência de desfrutar da vida do campo, sem uma estrutura sofisticada.
	Segunda residência campestre	Localizada em espaço rural de municípios vizinhos de grandes centros urbanos. É encontrada nos arredores de aglomerações metropolitanas, em zonas serranas, em áreas de elevadas altitudes.
	Campings rurais	Localizam-se geralmente em áreas de vale dos rios, e hospedam jovens e famílias com crianças.

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2000).

Estes diversos segmentos apresentados no quadro 9 são reflexo da alta procura de turistas pela zona rural como um refúgio da rotina estressante dos

grandes centros urbanos. Assim, Fontana (2010) destaca a importância do planejamento no desenvolvimento da atividade turística rural em relação aos aspectos físicos do território onde é implantado, principalmente sobre o uso e a ocupação do solo, que deve ser feita de maneira a evitar o esgotamento prematuro dos recursos não renováveis e também da exploração irracional dos renováveis, pois o turismo rural implica um novo ritmo e conseqüentemente, uma nova configuração à vida da comunidade local, receptora dos visitantes e impactada pela atividade turística. Ainda em Fontana (2010):

O consumo de massa causa impacto sobre os destinos quando os turistas trazem consigo as atitudes urbanas da sociedade de consumo na qual vivem. E esse impacto, quando se refere ao turismo no espaço rural, é ainda mais visível uma vez que estamos lidando com realidades diversas de usos e costumes (p.267).

Como já foi abordado, o turismo rural não ocorre de forma homogênea, uma vez que não se desenvolve do mesmo modo e ritmo no território brasileiro. Ou seja, cada estado possui suas peculiaridades em termos de organização territorial e planejamento da atividade turística. O item a seguir será dedicado a abordar sobre as políticas públicas, do turismo rural, que incidem sobre o Município de Duque de Caxias, em diferentes esferas de poder.

2.2 Sobre outros olhares: As políticas e diretrizes de esfera Federal e no Estado do Rio de Janeiro sobre o turismo rural

O ano em que se tem o início das políticas públicas sobre o turismo no território brasileiro foi o de 1966, o qual foi criado o Conselho Nacional de Turismo (CONTUR) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) a partir do Decreto-Lei nº55. Entretanto, o turismo rural só veio a ser tratado, e de forma indireta, na década de 1990 com o lançamento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), através do Decreto nº1946 de 1996. Este programa tem como finalidade o financiamento de projetos coletivos ou individuais aos agricultores familiares com baixas taxas de juros, na proposta de diversificar o processo produtivo e assim dinamizar a renda do trabalhador rural. O enfoque principal do PRONAF foi criar um padrão de desenvolvimento sustentável para a agricultura

familiar¹³, para auxiliar na geração de empregos e ampliação de renda local (SANTOS; PIRES, 2010).

Entretanto, este programa ainda não era algo especificamente voltado para ações e diretrizes com o foco no segmento do turismo rural. Seguindo a cronologia, em 1988 um acontecimento veio a auxiliar na mobilização institucional sobre o turismo Rural: o I Congresso Internacional de Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, realizado no Rio Grande do Sul, teve como resultado a carta de Santa Maria. De acordo com as contribuições de Santos e Pires (2010), a referida carta marca o reconhecimento da importância socioeconômica do turismo rural no território brasileiro, e nela se tem algumas diretrizes, como a constituição de parcerias entre instituições governamentais e a iniciativa privada na elaboração de projetos para o seu avanço, a revisão da legislação existente que possa interferir direta ou indiretamente em sua normatização além do envolvimento da sociedade civil organizada, da participação de instituições de ensino e pesquisa, conselhos de turismo e também de associações e cooperativas na construção de um plano de desenvolvimento do turismo rural.

A carta de Santa Maria também representou um ponto de partida para que ocorressem oficinas e encontros de cunho oficial para tratar sobre o planejamento e execução da atividade do turismo rural no Brasil, no período de 1998 a 2003. Como resultado dessas discussões ao longo desse tempo, o Ministério do Turismo (2004, p.07) apresentou um conceito de turismo rural como “o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural comprometido com o a produção agropecuária, agregando valor à produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Além disso, em 2003, o recém criado Ministério do Turismo incorporou ao Plano Nacional de Turismo ¹⁴(PNT) as diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil, cujos alguns objetivos pautam sobre o ordenamento e a promoção do segmento no Brasil a partir da articulação de ações institucionais e intersetoriais, o envolvimento de comunidades locais e também a adequação de infraestrutura para o setor. Para Bonetti e Candiotta (2012), estas diretrizes foram elaboradas de maneira abrangente, ou seja, sem um apoio específico ao agricultor local, de

¹³ De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2019), a agricultura familiar é constituída por pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária.

¹⁴ Documento oficial do Ministério do Turismo que estabelece diretrizes e estratégias para a implementação de uma política, em território nacional, para a atividade turística.

pequeno porte, para que pudesse dinamizar sua renda e diversificar suas atividades. Assim, as orientações de cunho generalizado dão margem para que um grande produtor rural que detém recursos e estrutura para exercer esta atividade ou até mesmo um empreendedor sem nenhum vínculo com a terra possam executar as atividades no segmento turístico. Meireles e Giuliani (2003) também destaca essa preocupação sobre o produtor rural de pequeno porte e o risco de exercer uma atividade que exige conhecimentos de negócios e empreendedorismo, diferentemente do que o mesmo já está acostumado em sua rotina de trabalho. E para isso ocorrer de forma satisfatória, é necessário um investimento em qualificação e capacitação dos envolvidos para exercer a atividade turística de forma rentável, o que nem sempre ocorre.

Ainda no contexto das políticas públicas em âmbito nacional, em 2004 têm-se o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. De acordo com Santos e Pires (2010), este programa possui uma visão de compartilhamento das esferas de poder. Ao mesmo tempo que representa um programa em nível nacional, ele também considera a importância das especificidades locais e também regionais, com foco no planejamento coordenado e participativo. Suas diretrizes operacionais promoveram a criação das chamadas “regiões turísticas”, contando com a participação dos atores administrativos municipais para trabalhar em conjunto e promover a atividade turística nos Estados brasileiros. E o turismo rural é visto, mesmo de forma indireta, como um fornecedor de produtos não industrializados para a rede hoteleira e também das cadeias de restaurantes, oriundos de produções familiares. Outrossim, no PNT de 2018-2022 o turismo rural também não aparece de forma específica, mas sim, se apresenta como uma sugestão de segmentação dentro de um eixo de turismo responsável, vinculado aos valores naturais e da biodiversidade do território nacional.

Outro documento que auxilia, de certa forma, a execução do Turismo Rural é o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF), criado em 2004 pelo Governo Federal. Sua definição é, de acordo com o documento que o criou:

(...) se constitui em uma articulação nacional de instituições governamentais e não-governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável (PROGRAMA NACIONAL DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR, 2004, p.7).

O PNTRAF tem como objetivo a promoção do desenvolvimento rural de caráter sustentável, através da atividade turística rural fornecida pelos agricultores familiares, onde se faz uma conexão entre a produção de insumos para a temática turística, e conseqüentemente a ampliação de renda do pequeno agricultor. Além disso, o PNTRAF destaca a importância da comercialização dos produtos para o turista, da valorização da agricultura familiar no ponto de vista cultural (já que a mesma serve como potencial de atrativo turístico), e também aponta para os benefícios sociais que podem ocorrer através da dinamização da cultura rural, partindo da premissa de que os agricultores podem manter a sua identidade e sua autenticidade.

De acordo com o Governo Federal, o PNTRAF “caracteriza-se pela utilização das atividades produtivas da propriedade como atrativo turístico principal, sob a forma de demonstrações, explicações e vivência das técnicas utilizadas, em que o turista também pode interagir como parte do processo”. (PNTRAF, 2004, p.9). De acordo com Candiotto (2013), essa visão do Governo sobre a atividade turística rural está muito vinculada aos interesses mercadológicos, uma vez que a valorização da produção dos agricultores familiares está relacionada como um atrativo turístico, e apenas a partir dessa transformação do modo de vida em mercadoria é que se atribui uma valorização. A gestão do turismo rural mal desenvolvida não traz benefícios para o agricultor familiar, mas sim, exige que os mesmos tenham que se adaptar ao modelo mercadológico que se é aplicado do turismo, tendo que ampliar as suas atribuições e buscar novas formas de gerar renda para ter espaço num ambiente de competitividade. Ainda em Candiotto (2013):

Na visão do governo, os lucros obtidos com o turismo levarão à sociedade a reconhecer a importância da cultura e dos recursos naturais, da mesma forma que o reconhecimento da identidade cultural e do meio ambiente contribuirá para atrair os turistas. Assim, cultura e natureza são reduzidas à categoria de mercadoria, devendo ser conservadas/recuperadas, em função de interesses econômicos utilitaristas (p.120).

Os programas de auxílio ao turismo rural da esfera federal apresentados anteriormente possuem uma conceituação aberta, e isso é justificado por conta da complexidade e da diversidade ambiental e cultural do território nacional, o que impede de criar uma padronização no modelo de turismo rural brasileiro. De uma forma generalizada, se é sugerida a participação das comunidades locais, dos agricultores familiares, de parcerias institucionais que possam corroborar para a

execução do turismo rural de maneira descentralizada e de certa forma, democrática. Porém, se as diretrizes apresentadas por estes programas são pautadas por uma lógica de crescimento e expansão do turismo e que preza pelos interesses econômicos e mercadológicos disfarçados em um discurso de valorização da cultura local, o resultado é a padronização das atividades e a diminuição da diversidade e identidade da população local, e a tendência é atender à crescente demanda do mercado turístico, e como mercadoria principal, o turismo rural como vetor de desenvolvimento sustentável. Sendo assim, é importante que existam dispositivos em outras escalas de administração para atender as particularidades das áreas onde o turismo se aplica.

Como o Município de Duque de Caxias está inserido no Estado do Rio de Janeiro, é importante compreender as diretrizes que auxiliam a execução do turismo rural sobre o território estadual.

As políticas públicas do turismo voltadas para o Estado do Rio de Janeiro são geridas e executadas através da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TURISRIO), criada pela Lei nº4221 em 1960 e a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), criada através do decreto nº42.777 de 2010. O objetivo de ação da TURISRIO é a promoção da atividade turística sobre o Estado do Rio de Janeiro em harmonia com as políticas de desenvolvimento econômico e social do Estado. Representa uma sociedade de economia mista, com um controle de 68,4% das ações pelo Estado, cujas atribuições abrangem desde a formulação de políticas para o desenvolvimento do turismo até a prestação de assistência técnica, promoção de serviços básicos e infraestrutura de apoio.

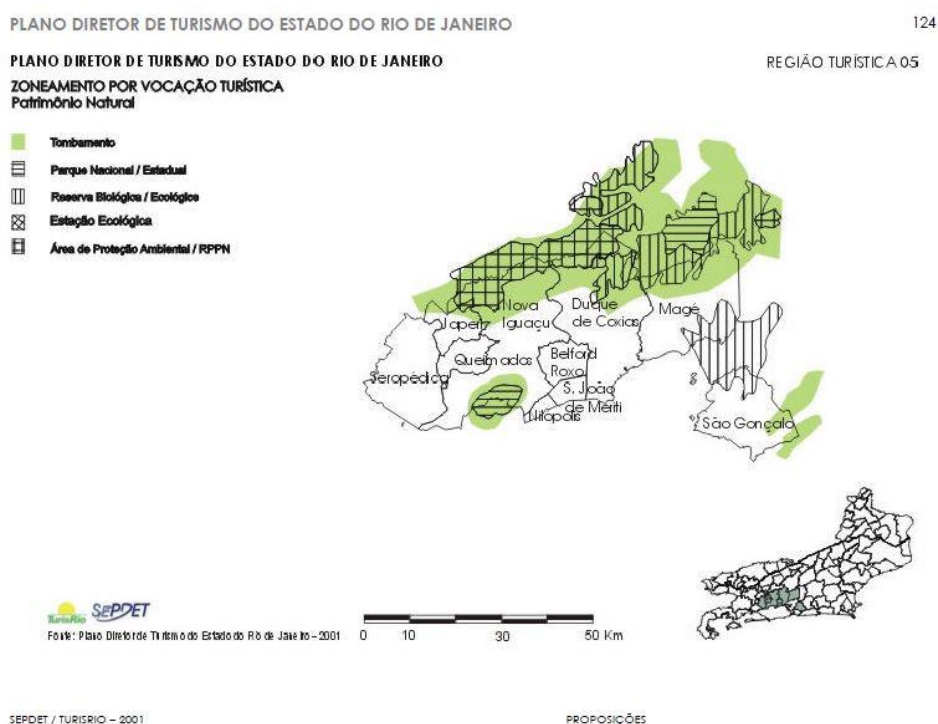
Já a SETUR tem como objetivo “promover o desenvolvimento sustentável e integrado do turismo no estado” (SEPLAG, 2011, p.93), tendo uma administração direta do Governo do Estado. Ambos os órgãos supracitados propõem diálogo com outras instâncias e atores que participam do sistema turístico, na tratativa de descentralização de gestão, como foi apontado pelo PNT. E quanto as orientações sobre o planejamento e execução da atividade turística no Estado, têm-se o Plano Diretor Turístico (PDTUR), criado em 2001 pelas ações da TURISRIO. Este documento apresenta proposições e fornece informações que objetivam estimular o desenvolvimento da atividade turística em diversas escalas e formas de apresentação sobre os Municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro. Entretanto, em sua própria justificativa de construção, o PDTUR (2001) demonstra

uma preocupação com a lógica mercadológica da atividade turística. Como aponta em seu documento de formulação:

Esse estudo e sua apresentação de forma clara, acessível e objetiva, promoverá a efetiva integração e profissionalização do setor e da qualificação dos recursos estaduais com vistas à sua comercialização, de forma a que eles possam, efetivamente, se transformar em produtos turísticos, integrados às diversas concepções consideradas pelo Plano (TURISRIO, 2001, p.07).

O PDTUR (2001) estabeleceu um zoneamento turístico para o Estado do Rio de Janeiro com base na pesquisa das potencialidades Municipais (de acordo com seus segmentos e vocações), na tentativa de orientar o desenvolvimento turístico em diferentes territórios e realidades diversas. Esse zoneamento por vocação destacou os temas de Turismo náutico e Balneário, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo Rural e Turismo de Negócios, Feiras e Convenções. Entretanto, mesmo com uma variedade de eixos turísticos destacados no PDTUR, O Município de Duque de Caxias está destacado apenas para o eixo de Ecoturismo, e isso ocorreu, possivelmente, pela presença da REBIO Tinguá e também da APA Petrópolis. A figura 6 apresenta a possibilidade turística Estadual do eixo de Ecoturismo na região onde se encontra Duque de Caxias.

Figura 6 - Zoneamento por vocação turística na região turística 05.



Fonte: PDTUR (2001; p.124).

E sobre o turismo rural, Lima (2020) aponta que o PDTUR tratou sobre esse eixo, de maneira conceitual, a partir de um conjunto de atividades exercidas no campo que são comprometidas com a agropecuária, com a proposta de promoção dos valores cultural e natural a partir da valorização de produtos e serviços. O PDTUR prezou pela preservação e recuperação dos patrimônios de fazendas históricas e também valorizar as manifestações culturais da população rural. Ainda em Lima (2020):

Quanto às ações, propunha campanhas de conscientização de produtores rurais, das comunidades locais e dos turistas, além da interação com programas de preservação de áreas de preservação ambiental, incluindo a capacitação de estudantes, a formatação de roteiros turísticos e ações de promoção e divulgação que incluíam a realização de encontros regionais e estaduais (p.166).

Além disso, o PDTUR criou as chamadas Coordenadorias de Turismo Rural (CTR), que têm o objetivo de realizar “a consolidação de um produto turístico complementar, articulado e comercializável” (PDTUR, 2001, p.93). E mais uma vez, o Município de Duque de Caxias não é contemplado por nenhuma CTR formada pelo PDTUR, como a figura 7 demonstra.

Figura 7 - Coordenações de Turismo Rural – Estado do RJ.



Fonte: PDTUR (2001. p.94).

O diagnóstico da região turística onde se encontra o Município de Duque de Caxias (Região turística 5), de acordo com o PDTUR é o de uma área de carências acentuadas de infraestrutura básica e também aos equipamentos e serviços turísticos. Porém, destaca a presença de remanescentes de cobertura vegetal de Mata Atlântica, e isso deve ter sido o motivo pelo qual Duque de Caxias se integrou ao eixo de Ecoturismo. Após a elaboração do PDTUR, em 2001, as diretrizes para auxílio na execução do turismo vieram com o Plano Diretor Municipal, em 2006, com suas orientações gerais (pois não foi um produto criado para a atividade turística, especificamente) e também com a falta de dados específicos o qual documento foi elaborado. Ou seja, tanto em esfera Estadual quanto Municipal, Duque de Caxias permaneceu num patamar de ausência de informações e estudos sobre o potencial turístico em seu território.

Essa situação vem a sofrer algumas mudanças apenas a partir de 2017, com o plano estratégico de consolidação da Baixada Verde, que une 10 municípios da Baixada Fluminense (Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti e Seropédica) e tem como objetivo a criação de uma região turística propícia à prática de atividades na natureza, ecoturismo e turismo de aventura, e como demonstra Lima (2020), a área considerada como Baixada Verde possui uma cobertura de 1/3 da área verde conservada da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Essa análise e essa classificação é algo bem recente, uma vez que a grande maioria dos Municípios que a compõe não tiveram nenhuma atenção em relação a uma possível potencialidade para o desenvolvimento do turismo rural. O quadro 10 apresenta os principais segmentos turísticos na Região da Baixada Verde e suas relações com o segmento do turismo rural:

Quadro 10 - Principais segmentos turísticos na Baixada Verde.

Município	Principais segmentos turísticos	Segmentos de agregação ao turismo rural
Belford Roxo	Rural, Ecoturismo, Educacional, Pedagógico	Turismo Gastronômico, Pedagógico e Educacional
Duque de Caxias	Rural, Ecoturismo, Aventura, Cultural	Turismo de Aventura
Japeri	Rural, Ecoturismo, Esportes,	Turismo Cultural,

	Aventura	Gastronômico, de experiência, Ecoturismo
Magé	Rural, Ecoturismo, Histórico, Cultural, Religioso	Ecoturismo
Mesquita	Cultural, Religioso, Natureza	Turismo de Natureza
Nilópolis	Cultural, Religioso, Natureza	(Sem resposta)
Nova Iguaçu	Rural, Ecoturismo, Aventura, Negócios, gastronômico	Turismo sobre agricultura familiar, agricultura orgânica e artesanato
Queimados	Rural, Eventos, Esportes, Ecoturismo, Aventura, Gastronômico, Religioso, Cultural, educacional	Turismo de Lazer, terceira idade, Desportivo, Ecológico, Rural, Aventura, Estudantil e Familiar
Seropédica	Rural, Ecoturismo, Histórico, Cultural, Eventos	Turismo de Eventos, Ecoturismo
São João de Meriti	(Sem resposta)	

Fonte: Adaptado de Lima (2000, p.206).

Ainda em Lima (2020), mesmo com potencialidades para diversos segmentos da atividade turística, o desenvolvimento das mesmas apresenta diversas dificuldades, tais como a falta de investimentos, de planejamento, políticas públicas locais e também de infraestrutura adequada para a execução das atividades listadas no quadro 10.

Outro documento de referência para análise do turismo rural em Duque de Caxias é o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PEDUI-RMRJ). Concluído em 2018, o PEDUI estabelece um conjunto de propostas e ações para uma governança metropolitana que siga uma estratégica de planejamento integrado. Este plano foi elaborado com a orientação para uma reconfiguração e ordenamento espacial de todo o território da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dentro dessa proposta do plano, foi elaborado o Macrozoneamento Metropolitano, que, de acordo com o próprio PEDUI-RMRJ tem a seguinte função:

O Macrozoneamento Metropolitano deverá orientar os ajustes necessários nos zoneamentos municipais, conforme preconizado o Estatuto da Metrópole, que estabelece o prazo de dois anos para que os planos diretores municipais se adequem às diretrizes do Plano Metropolitano. A definição de diferentes Macrozonas visa pactuar o padrão de uso e ocupação do solo para a toda a RM, a partir de uma visão conjunta do território (PEDUI-RMRJ, 2018, p.132).

O quadro 11 apresenta as diferentes Macrozonas estabelecidas pelo PEDUI-RMRJ e suas descrições na proposta de uso de ocupação do solo no território metropolitano:

Quadro 11 - Macrozonas de desenvolvimento do PEDUI-RMRJ.

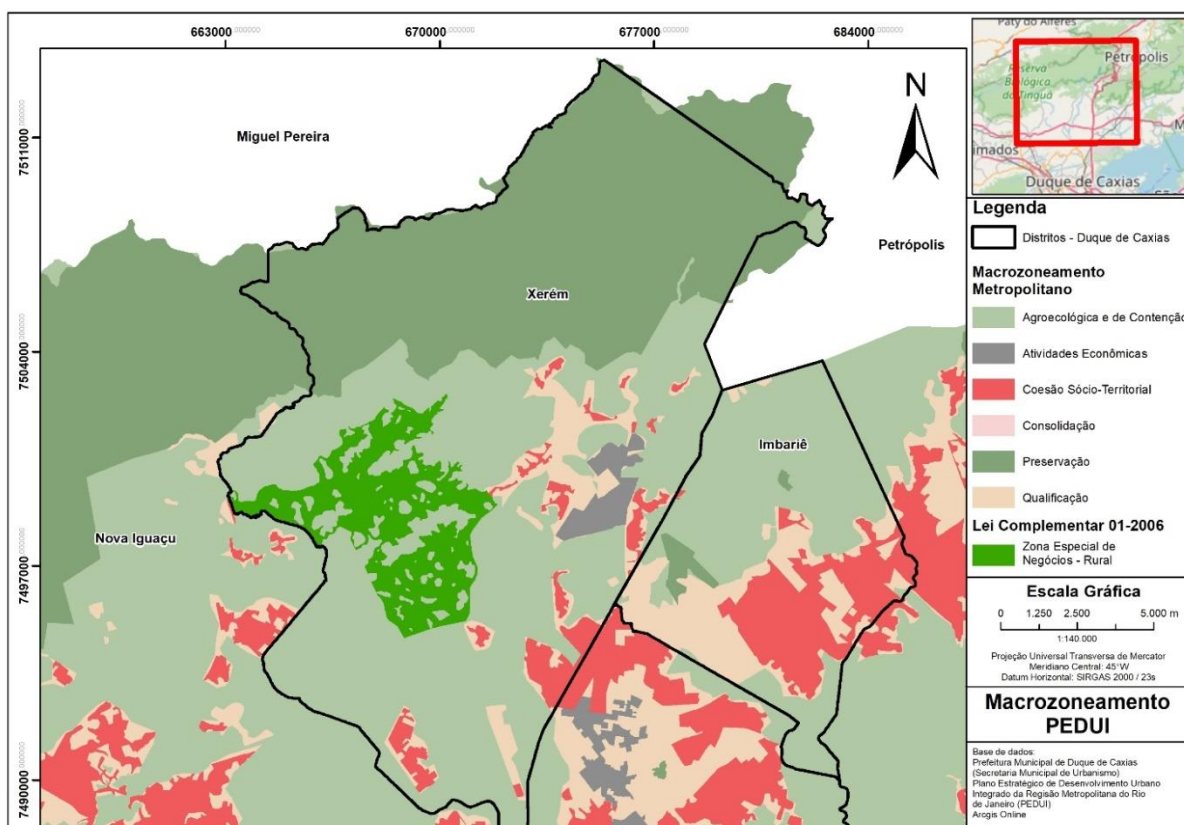
Macrozona metropolitana	Descrição
Preservação	Conjunto de áreas de proteção integral do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Áreas de grande valor ambiental a serem igualmente protegidas.
Consolidação	Composta pelas áreas mais adensadas do ponto de vista habitacional e/ou com maior concentração de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.
Qualificação	Apresenta infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos incompletos, podendo ainda haver deficiência de comércio e serviços.
Agroecológica e de contenção	Áreas urbanas de baixíssima densidade, áreas rurais, áreas de transição junto a unidades de conservação e por outras áreas onde se deve desestimular e até mesmo restringir a ocupação urbana. Estas áreas terão uso predominante para atividades relacionadas a produção rural, turismo rural e agroindústria.
Atividades Econômicas	Aquelas caracterizadas por apresentar predominantemente usos industriais e de serviço de médio e grande porte, instalações de logística e outras estruturas.
Coesão Sócio-territorial	Áreas definidas pela análise dos piores níveis de três indicadores: vulnerabilidade social, tipologia intra-urbana e IDH

Fonte: Adaptado de PEDUI (2018, p.132 e 133).

O mapa 14 apresenta as Macrozonas metropolitanas na área do 4º Distrito de Duque de Caxias, além da delimitação da Zona Especial de Negócios Rural (ZEN Rural). Nota-se que, pela visão do governo do Estado do RJ, as Macrozonas de agroecologia e contenção e também de preservação estão em maior parte no

referido distrito. E, em relação a Macrozona definida pelo PEDUI que apoia o turismo rural, a mesma representa 53,2% do total de área do 4º Distrito, com 135,57km² de extensão, aproximadamente. Esse valor corresponde a seis vezes a Macrozona definida pelo Plano Diretor Municipal, que detém uma amplitude de 22,06km², aproximadamente.

Mapa 14 – Macrozoneamento PEDUI-RMRJ em Duque de Caxias



Fonte: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e PEDUI-RMRJ (2018). Elaboração: STUMBO, 2021

As informações contidas nesse capítulo demonstram a existência de planos e propostas, sobre diversos olhares, da atividade turística de temática Rural em Duque de Caxias. Mesmo que não haja um planejamento de cunho municipal sobre esse eixo de turismo, as contribuições de cunho generalizado da esfera federal e os planos estratégicos de caráter estadual deveriam servir como base para criação de políticas públicas específicas para o Município de Duque de Caxias. Além disso, neste capítulo também foi apresentado que a legislação municipal também não corrobora para definição das áreas rural e urbana, e isso implica também na

determinação da atividade que será exercida e seu impacto no solo. E nessa indefinição de diretrizes onde o governo municipal não se apresenta como um agente de resolução de caso, cria-se um ambiente de incertezas sobre o ordenamento territorial, e isso influencia a atividade turística como um todo.

O capítulo a seguir será dedicado a uma análise da Macrozona ZEN Rural através de dados oficiais, além de um levantamento a campo na área de interesse para averiguar, com base na contribuição teórica no início deste capítulo, se na dinâmica local se faz presente o turismo rural.

3 A MACROZONA ZEN RURAL EM DUQUE DE CAXIAS: POTENCIALIDADES E POSSIBILIDADES PARA O TURISMO RURAL?

A macrozona ZEN Rural é a única área definida pelo Plano Diretor que tem como diretriz desenvolver o turismo rural. Este capítulo será dedicado a analisar a referida macrozona, e esta análise será feita por duas etapas: primeiramente, será feita uma análise com base nos dados do Censo Agro do IBGE, datado de 2017, o mais recente sobre o tema. No segundo momento será apresentado o registro da saída de campo, ocorrida no dia 08 de janeiro de 2022, com observações sobre as localidades visitadas na mesma.

3.1 A Macrozona ZEN Rural e o Censo Agro 2017

Como foi visto no capítulo 1, o PDU determinou diretrizes para a ZEN Rural, como incentivar os empreendimentos agroindustriais, incentivar pequenas e médias propriedades rurais, entre outras atividades econômicas relacionadas, incluindo o turismo rural. E no capítulo 2 foi visto que o turismo rural não deveria ser executado a partir de localidades que imitem as atividades turísticas fornecidas nos centros urbanos, mas sim, pautadas no princípio da sustentabilidade, no contato com a vida e cultura do meio rural e a integração sócio cultural entre os turistas e a comunidade residente. O censo agro, elaborado pelo IBGE, teve como levantamento e diagnóstico dos estabelecimentos agropecuários no território nacional, que são definidos como:

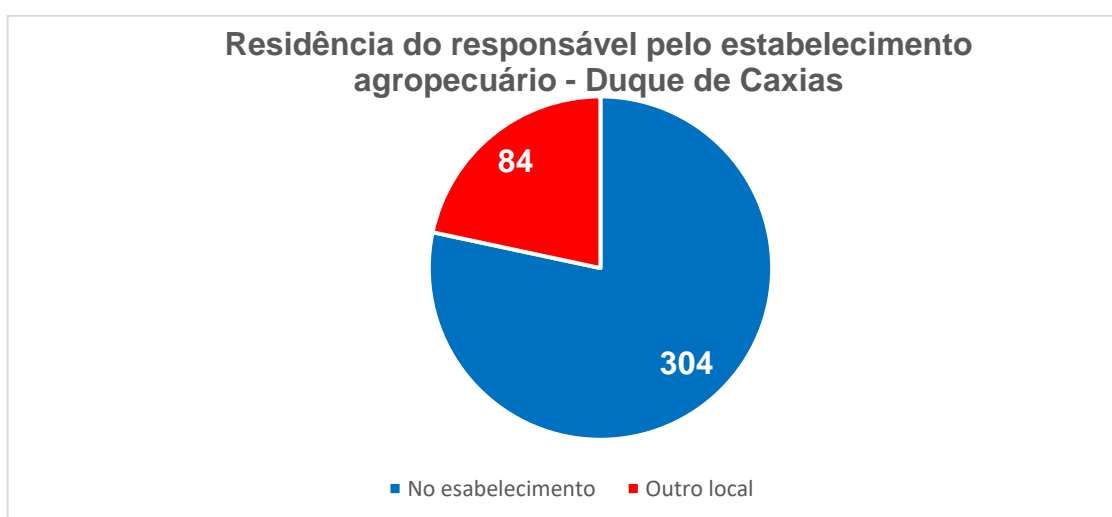
Toda a unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente do seu tamanho, de sua forma jurídica, ou de sua localização, tendo como objetivo a produção, seja para venda, seja para subsistência (IBGE,2017, p.14).

Assim, é importante destacar os dados providos do censo agro 2017 para analisar a dimensão dos estabelecimentos agropecuários presentes no município de Duque de Caxias. Através do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), fornecido também pelo IBGE, pode-se obter a geolocalização dos estabelecimentos agropecuários participantes do censo agro 2017 no município

de Duque de Caxias. Entretanto, o CNEFE não disponibiliza os tipos das atividades exercidas nos estabelecimentos recenseados, apenas o endereço dos mesmos sem estar vinculado a nenhum dado. Isso é uma medida do IBGE para garantir o sigilo das informações obtidas no censo e também preservar a segurança e a integridade dos produtores agropecuários.

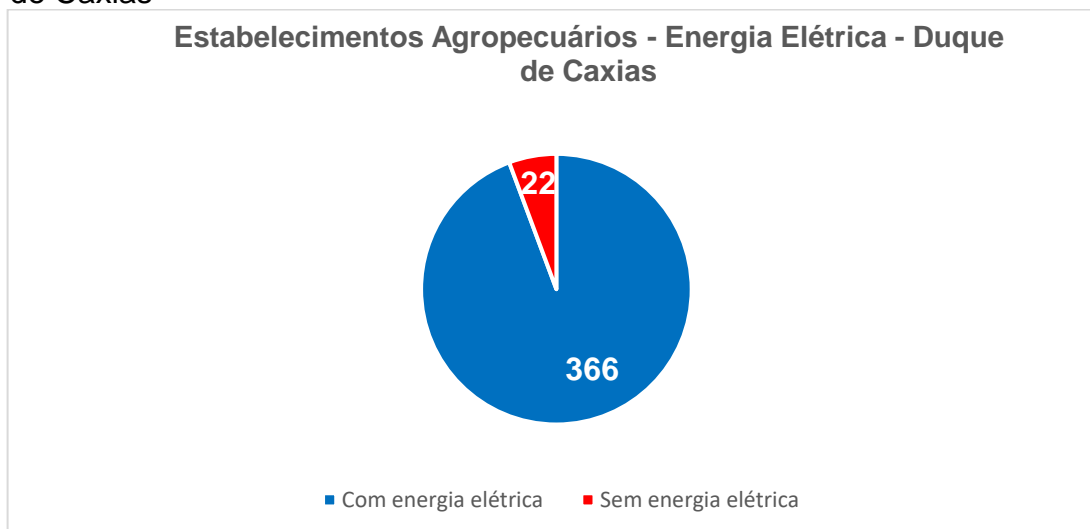
Através dos dados disponibilizados do CNEFE e também do censo agro 2017, chega-se a uma variedade de informações que é capaz de estabelecer um diagnóstico da atividade agro no município de Duque de Caxias, que detém um total de 388 estabelecimentos agropecuários. O gráfico 2 demonstra que grande parte dos responsáveis pelo estabelecimento agropecuário residem no próprio local, e isso mostra que majoritariamente os trabalhadores nos estabelecimentos agropecuários utilizam da própria terra para o seu sustento. Já o gráfico 3 aponta que mais de 94,0% dos locais recenseados em Duque de Caxias possuem energia elétrica, o que é um indicador de expansão da malha elétrica para além dos centros urbanos do município. Entretanto, isso não indica que há uma efetividade no abastecimento elétrico nos locais recenseados. Mesmo com um alto percentual de locais com energia, não significa que a qualidade do fornecimento é satisfatória.

Gráfico 2 - Residência do responsável do estabelecimento agropecuário – Duque de Caxias.



Fonte: Censo Agro 2017. Adaptação: STUMBO, 2022

Gráfico 3 - N° de estabelecimentos agropecuários com energia elétrica - Duque de Caxias

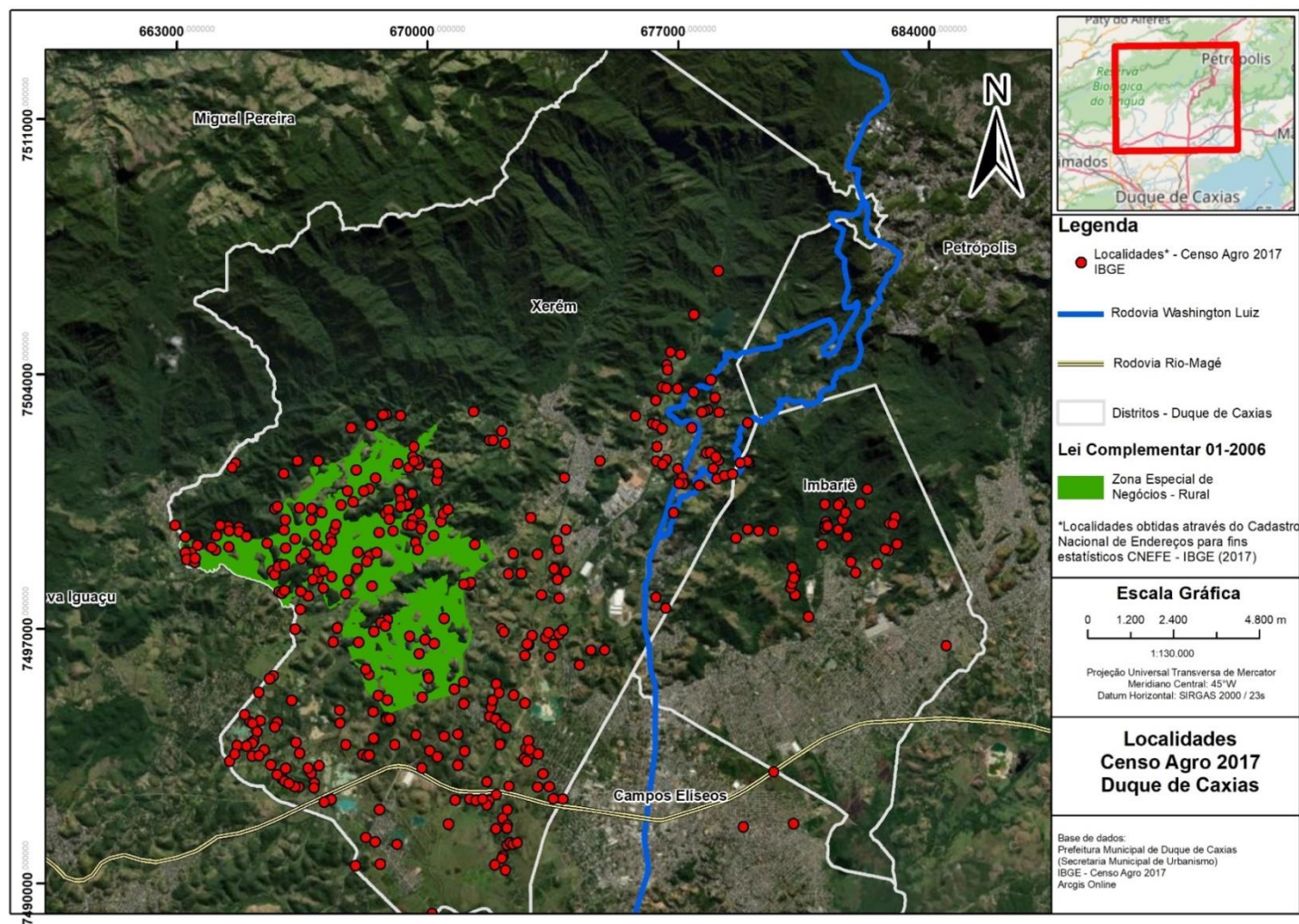


Fonte: Censo Agro 2017. Adaptação: STUMBO, 2022.

O mapa 15 apresenta as localidades dos empreendimentos agropecuários, a partir do CNEFE, no município de Duque de Caxias, junto com os limites da Macrozona ZEN Rural. O resultado é a expansão dos locais que atuam nas atividades agropecuárias para muito além dos limites da referida Macrozona, o que demonstra um conflito de visão entre o que é previsto pelo Plano Diretor Municipal e o que acontece na realidade no município de Duque de Caxias.

Os estabelecimentos agropecuários recenseados não se limitam nem aos limites da macrozona ZEN Rural e nem ao próprio Distrito de Xerém, tendo em vista a localização destes no distrito de Imbariê e até mesmo em Campos Elíseos, que tem como predominante a atividade industrial. Essas informações são importantes para mostrar que a visão de desenvolvimento territorial pelo poder público municipal encontra-se defasada em relação à dinâmica atual. Além disso, o mapa 15 também apresenta uma concentração de atividades no entorno do Arco Metropolitano, que a princípio, foi inaugurado com o propósito de auxiliar na logística do escoamento de insumos e produtos industriais.

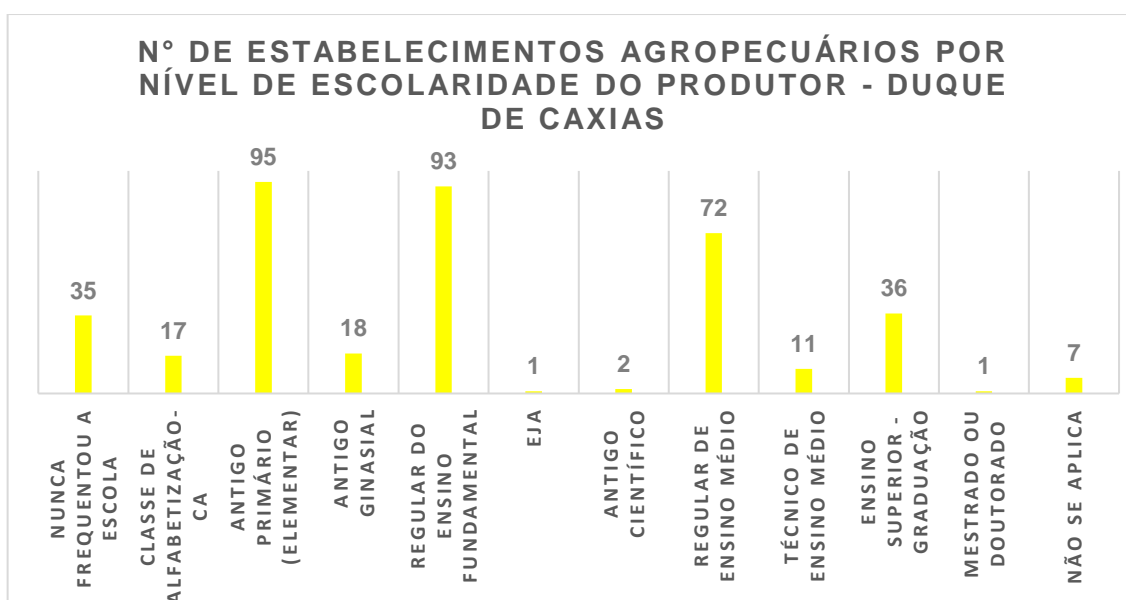
Mapa 15 - Localização dos empreendimentos Agropecuários - Censo Agro 2017.



Fonte: Censo Agro 2017. Elaboração: STUMBO, 2022.

Além disso, o gráfico 4 mostra o nível de escolaridade do produtor por quantidade de estabelecimentos agropecuários recenseados. Destacam-se as formações do antigo primário e também do ensino fundamental, representando 48,50% dos estabelecimentos cujos produtores possuem as formações supracitadas. Entretanto, apenas 12,00% dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários detém o nível de escolaridade do ensino médio e também do nível superior.

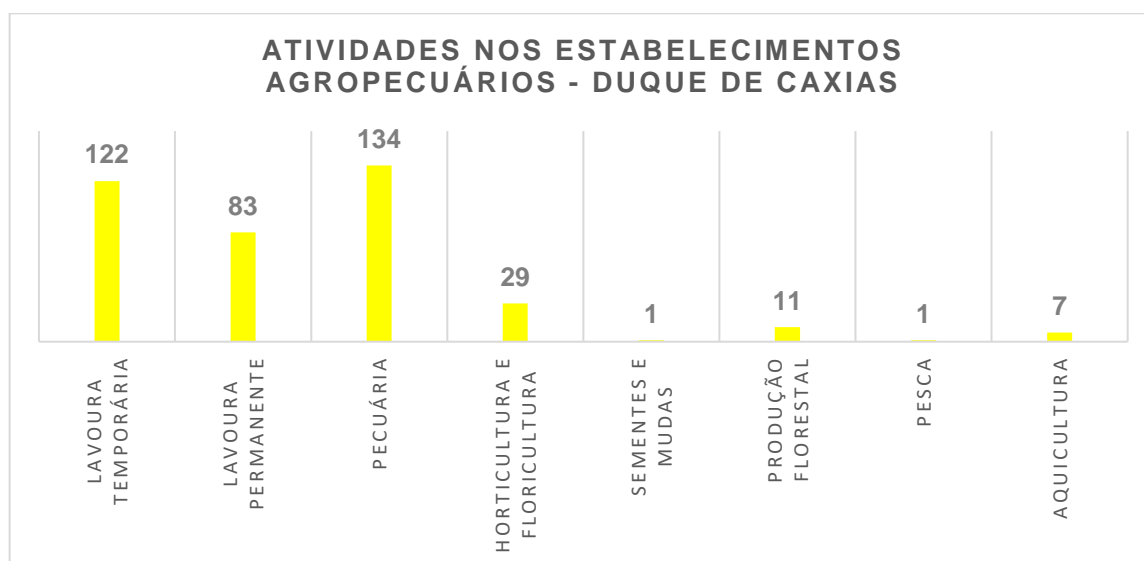
Gráfico 4 - Nível de escolaridade dos produtores - nº de estabelecimentos agropecuários



Fonte: Censo Agro 2017. Adaptação: STUMBO, 2022.

Já o gráfico 5 apresenta a relação das atividades exercidas pelos estabelecimentos agropecuários recenseados. Destacam-se as atividades de lavoura temporária, permanente e também a atividade de pecuária, que representam 87,30% do total. É importante ressaltar que, como a geolocalização dos estabelecimentos pelo CNEFE não está relacionada a nenhum dado do censo agro 2017, não é possível afirmar quais atividades são exercidas nos limites da macrozona ZEN Rural, especificamente.

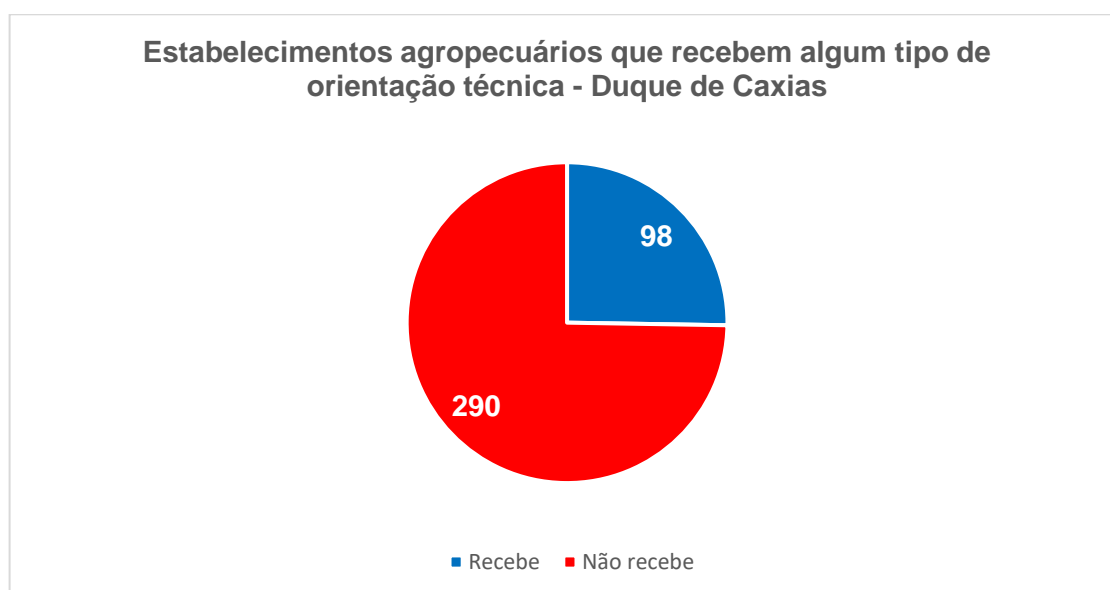
Gráfico 5 - Atividades nos estabelecimentos agropecuários em Duque de Caxias



Fonte: Censo Agro 2017. Adaptação: STUMBO, 2022.

O gráfico 6 apresenta, de forma simplificada, o número de estabelecimentos agropecuários que recebem alguma orientação técnica e os que não recebem, em Duque de Caxias. De acordo com os resultados do censo agro 2017, apenas 25,25% dos estabelecimentos recebem algum tipo de orientação técnica.

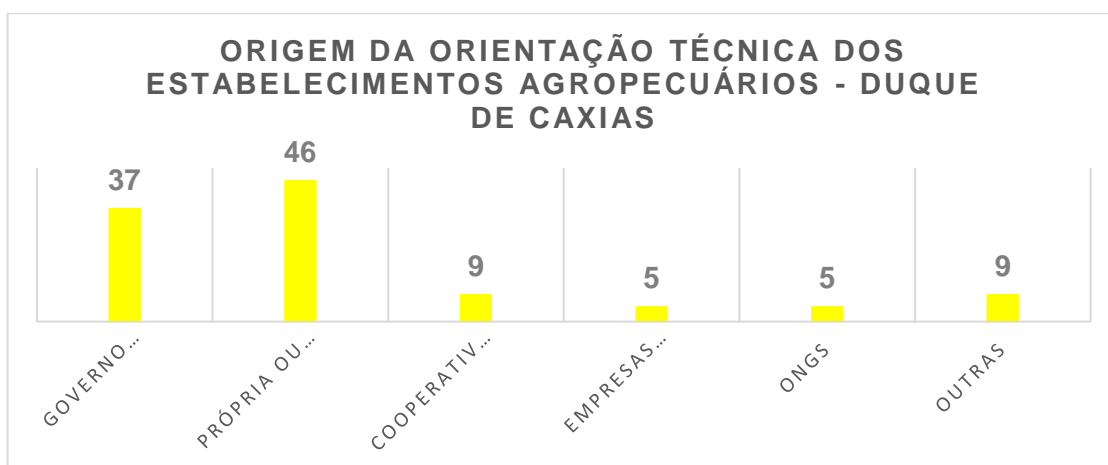
Gráfico 6 - Estabelecimentos agropecuários que recebem algum tipo de orientação técnica - Duque de Caxias.



Fonte: Censo Agro 2017. Adaptação: STUMBO, 2022.

O gráfico 7 detalha a origem da orientação técnica para os estabelecimentos agropecuários que a recebem, como apresentado no gráfico 6. Destacam o nº de estabelecimentos que, pela própria experiência e técnica do produtor, auxiliam na referida atividade, além do auxílio feito pela unidade de governo, que não foi detalhado no levantamento do censo agro 2017.

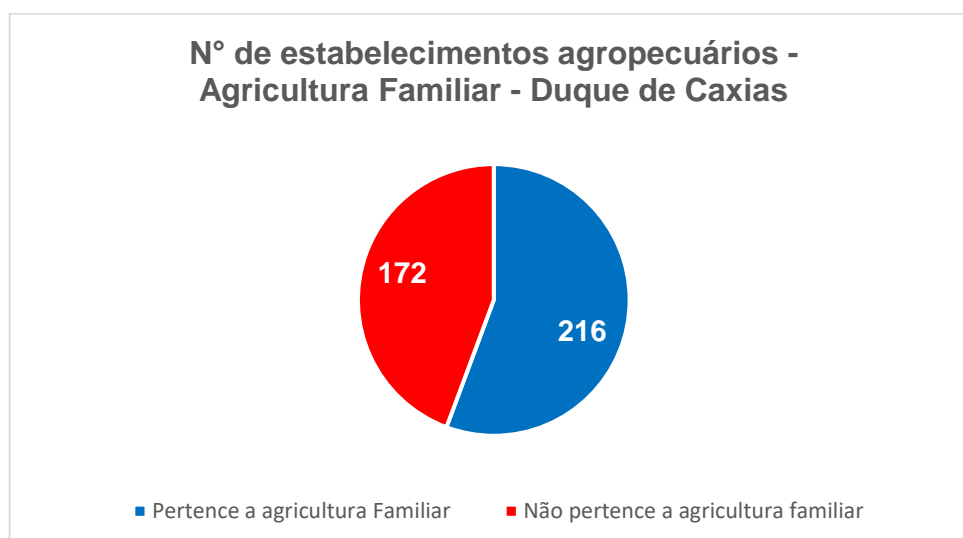
Gráfico 7 - Origem da orientação técnica dos estabelecimentos agropecuários - Duque de Caxias.



Fonte: Censo Agro 2017. Adaptação: STUMBO, 2022.

O gráfico 8 apresenta a relação de estabelecimentos agropecuários que participam do programa de agricultura familiar (PRONAF) em Duque de Caxias.

Gráfico 8 - Nº de estabelecimentos agropecuários - programa de agricultura familiar - Duque de Caxias.



Fonte: Censo Agro 2017. Adaptação: STUMBO, 2022.

Os dados obtidos do censo agro 2017 mostram que os produtores, em sua maioria, possuem apenas o ciclo básico de ensino e também não recebem uma orientação técnica para desenvolver as suas atividades em seus estabelecimentos. Esse cenário traz uma dificuldade para implementação e desenvolvimento da atividade turística de temática rural, pois é necessária uma assistência técnica para desenvolver a referida atividade e capacitação dos produtores para dinamizar o trabalho exercido no local. E como foi dito anteriormente, não há como especificar as características de cada local recenseado, uma vez que a localização dos endereços não está atrelada a nenhuma informação temática. Por conta disso, se fez necessária uma visita a campo na Macrozona ZEN Rural para averiguar, *in loco*, se faz presente a dinâmica do turismo rural.

3.2 Visita a Campo – Macrozona ZEN Rural

A visita a campo, realizada ao longo do dia 08 de janeiro de 2022, teve como objetivo observar a dinâmica local da área que é compreendida pela Macrozona ZEN Rural. O trabalho de campo foi de grande importância para a coleta de informações, registros fotográficos e também para a correlação entre as contribuições teóricas apresentadas no capítulo anterior e a prática que se apresenta no local. Como aponta Frias (2019):

(...) podemos afirmar que, independentemente do tipo de pesquisa que se realiza na geografia, seja ela de caráter natural ou social, o trabalho de campo assume a função de etapa metodológica onde um conjunto de atividades práticas vai permitir a construção de uma representação do fenômeno estudado no qual esteja destacada a sua dimensão espacial. De forma simples e direta, este nos parece ser o aspecto fundamental que diferencia o trabalho de campo na Geografia frente aos outros (p.68).

Os protocolos de segurança contra a Covid-19 foram seguidos durante o trabalho do campo, e por isso, não ocorreram entrevistas com muitos residentes, já que, através da análise no local, muitos moradores não usavam máscaras. Sendo assim, o trabalho de campo foi realizado com foco em apontar evidências de localidades que estão associadas a atividades turísticas e/ou de lazer, e analisar se as mesmas se relacionam com a temática do turismo rural. Os registros obtidos pela visita a campo foram divididos em temas, para uma melhor organização e apresentação do trabalho. Os seguintes temas são:

- 3.2.1 - Mobilidade e orientação;
- 3.2.2 - Equipamentos de lazer / turismo;
- 3.2.3 - Perfil de ocupação e parcelamento de terras.

3.2.1 Mobilidade e orientação

Primeiramente, a visita a campo apenas foi possível por conta da disponibilidade de um veículo para circular pelas vias na área da ZEN Rural. Não há circulação de ônibus e/ou outros tipos de transporte coletivo, sendo necessária a utilização de um automóvel para percorrer os locais visitados. Além disso, a má qualidade das estradas dificulta o acesso e a circulação de pessoas e veículos. As fotos 1, 2 e 3 são exemplos de registros obtidos durante a saída de campo para apresentar a condição das estradas no interior da ZEN Rural, onde muitas se encontravam em forma de terra batida, e com a rara presença de postes de iluminação. Além disso, em alguns trechos pode-se notar a presença de animais na pista.

Foto 1 - Condição da uma estrada na ZEN Rural



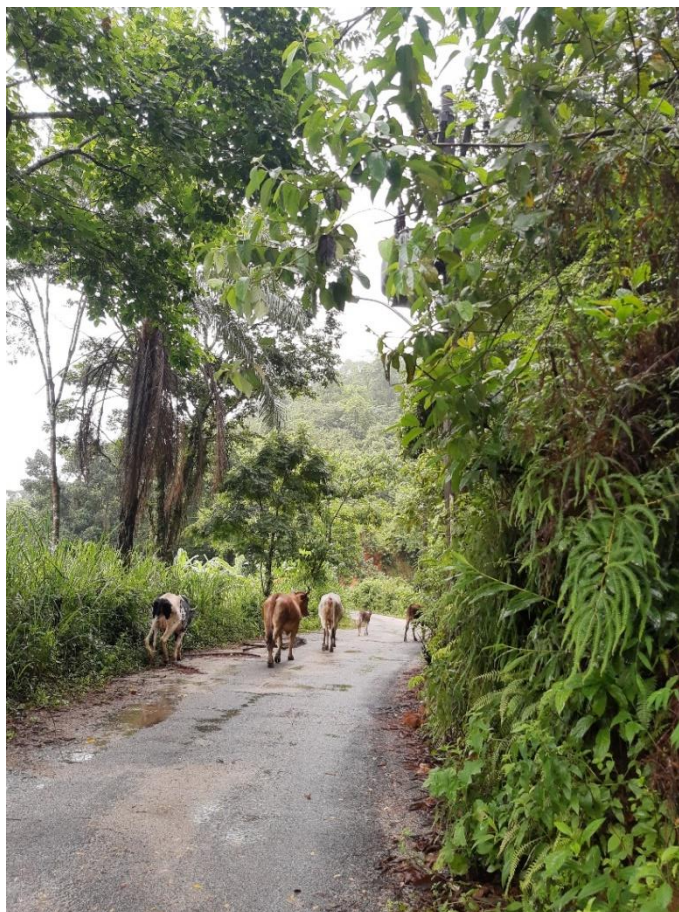
Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 2 - Condição de uma estrada na ZEN Rural



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 3 - Presença de animais na pista



Fonte: STUMBO, 2022.

Entretanto, pode-se observar também que alguns trechos de algumas estradas foram asfaltados. Isso se deu por conta de uma ação da Prefeitura de Duque de Caxias na construção de um centro de recuperação de dependentes químicos, denominado de Fazenda Paraíso. Assim, a Prefeitura fez o asfaltamento nas estradas que conectam o centro de recuperação. A foto 4 mostra um trecho asfaltado e com uma orientação da própria Prefeitura para o empreendimento recém criado a esquerda, e a direita, um acesso de terra batida para outras localidades.

Foto 4 - Trecho de estrada asfaltado para um empreendimento Municipal



Fonte: STUMBO, 2022.

A orientação no interior da Macrozona ZEN Rural também é dificultada pela ausência de uma sinalização adequada. Assim, os próprios responsáveis das localidades criam as suas orientações, posicionando placas, *banners*, e cartazes com a direção e informações dos seus negócios. As fotos 5 e 6 mostram as placas

de alguns empreendimentos, que ficam localizadas entre bifurcação de estradas, para auxiliar na orientação.

Foto 5 - Anúncios de localidades na ZEN Rural



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 6 - Banner contendo informações sobre um empreendimento na ZEN Rural



Fonte: STUMBO, 2022.

A única sinalização criada pela Prefeitura Municipal visualizada durante a visita a campo foi um conjunto de *banners* com orientações para acessar a Fazenda Paraíso. A foto 7 mostra um exemplo de um *banner* posicionado pela Prefeitura em uma das estradas na ZEN Rural. Além disso, as placas dos empreendimentos localizadas nas estradas não detinham uma formatação padronizada, nem informações da Prefeitura Municipal sobre a orientação e a circulação de pessoas. Sendo assim, para as pessoas que não conhecem a área, a mobilidade é dificultada pela má qualidade de algumas estradas e também pela ausência de informações para melhor orientação em seu interior.

Foto 7 - Sinalização da Prefeitura para orientar o acesso a Fazenda Paraíso



Fonte: STUMBO, 2022.

3.2.2 Equipamentos de lazer / turismo

Ao longo da visita a campo, foram visitados alguns empreendimentos que promovem o lazer e atuam como atrativos turísticos na ZEN Rural. São locais diversos, como sítios, haras e também restaurantes com opções de hospedagem e lazer no seu entorno. Um dos estabelecimentos visitados foi o Rancho da família Zé Beltino, que possui uma estrutura com piscina, atividade de pesque e pague, um restaurante e também um campo para competições de *paintball*. Em entrevista com o responsável, o mesmo informou que recebe visitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Como Niterói, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu) e, em ocasiões de competição de paintball recebe visitantes de outros estados. Destacou também que recebe mais visitantes de outros municípios do que Duque de Caxias. Entretanto, o estabelecimento não possui estrutura para acomodações. Além disso, a péssima cobertura de internet e sinal de dados móveis na área não facilita o processo de compra via cartão e também transações eletrônicas via aplicativos. As fotos 8, 9 e 10 mostram os registros feitos no local.

Foto 8 - Área para pesque e pague no Rancho Beltino



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 9 - Área de piscina do Rancho Beltino



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 10 - Área do restaurante do Rancho Beltino



Fonte: STUMBO, 2022.

Outro estabelecimento visitado foi o Hotel Fazenda Sonho Meu. Este local possui uma grande estrutura, munida de restaurante no local, salão de festas e eventos, piscinas e áreas para atividade esportiva. De acordo com o responsável do local, o

hotel fazenda recebe excursões do Estado do RJ, com ênfase nos municípios do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, além de ter suporte para hospedagem e também aluguel de churrasqueira. Porém, a péssima cobertura de internet também dificulta o processo de pagamento dos visitantes, além de ser um obstáculo para promoção e divulgação do local via redes sociais. As fotos 11, 12 e 13 mostram o interior do hotel fazenda sonho meu.

Foto 11 - Área do salão de festas e eventos do Hotel Fazenda Sonho Meu



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 12 - Área para aluguel de churrasqueira do Hotel Fazenda Sonho Meu



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 13 - Área com piscina natural e córrego no Hotel Fazenda Sonho Meu



Fonte: STUMBO, 2020.

Outro local visto durante a visita a campo é o Pesque e Pague do Kumbu. Como o nome já diz, o estabelecimento é especializado nessa atividade, com diversas pequenas lagoas artificiais para recriar a experiência de pesca. Além disso,

o local dispõe de bar e restaurante, mas que também sofre com relação a cobertura de internet e sinal de dados móveis para realização de pagamentos. As fotos 14 e 15 mostram o local e a estrutura de pesque e pague.

Foto 14 - Restaurante do Pesque e pague do Kumbu



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 15 - Área de pesque e pague do Kumbu



Fonte: STUMBO, 2022.

Um estabelecimento que também foi visto foi o Haras quatro corações, que promove aulas de equitação em diversos níveis e também práticas de campo, para pessoas de idades diversas. A foto 16 mostra a entrada do haras, juntamente com o banner de anúncio do estabelecimento.

Foto 16 - Haras Quatro Corações



Fonte: STUMBO, 2022.

Outro estabelecimento que foi visto durante a saída de campo foi o restaurante e bar do Bitelo. A especialidade do local é a Tilápia, criada por uma técnica de piscicultura do próprio restaurante e as porções de aipim, adquiridas de agricultores que atuam no próprio município. De acordo com a representante do restaurante, o bar do Bitelo recebe visitantes da Região Metropolitana do RJ, principalmente do Rio de Janeiro e Niterói, e atentou ao fato de que durante o período de 2020 e 2021, quando as medidas contra a covid-19 estavam mais restritivas, foi o período mais lucrativo do restaurante, já que ali eles não pararam de trabalhar. O restaurante não aceita pagamento com cartões e/ou transações eletrônicas, entretanto, o restaurante adquiriu recentemente um ponto para internet wi-fi, que é utilizado para divulgação via redes sociais.

Esse acesso só foi possível graças a boa relação direta com o atual prefeito de Duque de Caxias, que cedeu este recurso oriundo de uma estação cuja

localização está em uma de suas posses. Mesmo assim, a representante do restaurante informou que a qualidade do sinal não é boa, e por isso, ainda não aceitam o uso de cartões como forma de pagamento.

Visando a expansão do seu negócio, o bar do Bitelo construiu alguns alojamentos para receber visitantes e oferecer pernoites, junto com a criação de alguns equipamentos de lazer, como uma área para pesque e pague e a aquisição de alguns animais de pequeno porte para interação com os visitantes. Porém, para fazer uma reserva de pernoite é necessário um grupo acima de 10 pessoas. Essa peculiaridade foi explicada pela representante do restaurante, que informou que muitas pessoas que procuravam um local afastado e também sem abrangência de sinal de dados móveis para trair seus parceiros procuravam o restaurante para reservar um alojamento para pernoite. A representante informou que isso gerou, em diversas ocasiões, situações de confusão e estresse para os funcionários, e por isso, foi criada essa condição de reserva. Além disso, o bar do Bitelo produz a própria aguardente, que é vendida aos clientes que visitam o restaurante. As fotos 17, 18 e 19 apresentam o bar do Bitelo e a sua estrutura de visita.

Foto 17- Área do restaurante do Bitelo



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 18 - Área de alojamento do restaurante do Bitelo



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 19 - Área de pesque e pague do Bitelo



Fonte: STUMBO, 2022.

Outro local visitado foi o restaurante Ducado. O empreendimento oferece refeições com filé de tilápia, porções de aipim de agricultores locais, além de experiências de lazer como o uso da piscina e pesque e pague a partir de pequenos lagos artificiais. Em conversa com o responsável do local, foi informado que há interesse em adquirir animais de pequeno porte para simular a experiência de uma fazenda. Além disso, o mesmo informou que recentemente adquiriu um ponto de internet via wi-fi, após contato com um dos familiares do prefeito de Duque de Caxias.

No momento da visita, o responsável pelo estabelecimento informou que aguardava a concessionária de fornecimento de energia para aumentar o quantitativo para o local, já que foram construídos quartos para pernoite. Porém, a demora do atendimento impede que possa ser publicada a possibilidade de pernoite no local. O restaurante Ducado recebe visitantes dos municípios de Nova Iguaçu e Rio de Janeiro, em sua grande maioria. As fotos 20, 21 e 22 apresentam o restaurante Ducado e sua estrutura.

Foto 20 - Localização do restaurante Ducado



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 21 - Área para pesque e pague do restaurante Ducado



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 22 - Área do restaurante Ducado



Fonte: STUMBO, 2022.

3.2.3 Perfil de ocupação / parcelamento de terras

Durante a visita ao longo da ZEN Rural, além dos empreendimentos que possibilitaram a entrada para análise e registros fotográficos, foram vistos também sítios e chácaras que não possibilitavam a visita, porém, traçam o perfil de ocupação na área em questão. São propriedades que detém a criação de cavalos, de gado, de cultivo de alimentos e que não possuem estrutura para visitação ou pernoite.

Também foi detectado a existência de propriedades sem um tipo de produção, mas que contribui para um perfil de ocupação menos adensada na área. São propriedades de perfil de construção simples, distantes umas das outras. A foto 23 é exemplo de uma residência que possui um cercado para criação de cavalos; A foto 24 apresenta uma propriedade com um espaço para criação de gado e a foto 25 é um mosaico de fotos de plantações de goiaba e mandioca. Os locais de produção vistos em saída de campo não permitiam a entrada de visitantes, e por isso, os registros foram feitos fora dos limites das propriedades, pois são de caráter particular e muitas vezes sem a presença do proprietário.

Foto 23 - Propriedade com criação de cavalos



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 24 - Propriedade com criação de gado



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 25 - Plantação de mandioca (esq.); Plantação de goiaba (dir.)



Fonte: STUMBO, 2022.

É importante destacar a plantação da mandioca, pois ela está frequentemente nos cardápios dos estabelecimentos com oferta gastronômica que foram visitados. Foram observadas diversas plantações de mandioca, o que pode ser considerado como um cultivo com forte presença, pois o cultivo agrícola da mandioca também é de grande expressão no município de Nova Iguaçu, que celebra a festa do aipim no mês de julho, no bairro de Tinguá, próximo aos limites municipais com Duque de Caxias onde se encontra a macrozona ZEN Rural.

Durante a visita a campo também foram observados novos parcelamentos de terras, para abertura de condomínios residenciais. Na data da visita a campo não foram vistas placas da prefeitura municipal com a aprovação dos referidos parcelamentos, o que indica a possibilidade de invasão de terras. É possível ver, em um dos parcelamentos, a construção de um muro e a existência de poste de iluminação.

Pelo perfil das construções, aparentemente não são empreendimentos destinados a uma população de classe social com um menor poder aquisitivo, mas sim, a construção de um condomínio residencial de classe média e alta. As fotos 26, 27 e 28 são exemplos de parcelamentos de terras sem a placa de aprovação pelo poder público municipal.

Foto 26 - Parcelamento de terra com um muro construído



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 27 - Parcelamento de terras sem a placa de aprovação pela prefeitura



Fonte: STUMBO, 2022.

Foto 28 - Parcelamento de terras com cerca e portão construídos



Fonte: STUMBO, 2022.

Como apontado anteriormente, a área visitada da ZEN Rural possui uma paisagem marcada pela presença de elementos naturais, além de uma ocupação menos adensada, o que auxilia a dinâmica da área rural de Duque de Caxias. Porém, no que se refere ao turismo rural, os empreendimentos analisados procuram simular uma experiência da vida rural ou trazem elementos oriundos da área urbana para atender a uma demanda existente. Os locais estão estreitamente ligados aos elementos naturais, o que permite refletir estar relacionado com o turismo rural, mas as atividades oferecidas nos empreendimentos não se conectam com as especificidades do modo de vida rural. Isso pode ser explicado a partir dos dados oriundos do censo agropecuário de 2017, onde os produtores rurais, em sua maioria, possuem apenas o ensino fundamental e não recebem uma orientação técnica para se desenvolver. Além disso, os locais onde se fazem presentes a atividade agropecuária, dentro da ZEN Rural, não possuíam estrutura para receber visitantes. É importante ressaltar que os dados do censo rural de 2017 vão além dos limites da ZEN Rural, mas também aponta que são exercidas atividades relacionadas ao meio para além dos limites da referida Macrozona. Entretanto, não há uma proposta oriunda do poder público para que estas atividades possam estar inseridas num eixo turístico. O relatório fotográfico demonstrou que a área da ZEN Rural detém características que auxiliam a composição do espaço rural, como a diversidade de elementos naturais e a existência de produção agrícola no local. Entretanto, algo preocupante é o avanço de novos parcelamentos de terras, que podem ser utilizadas como reservas de valor, que, apoiados sobre uma perspectiva mercantil da paisagem natural presente na ZEN Rural, podem provocar um aumento no valor da terra no futuro, fazendo com que muitos produtores tenham que sair por conta da pressão exercida pela especulação imobiliária. A foto 29 apresenta um anúncio posicionado na área central do bairro Mantiquira, no distrito de Xerém, feito pela prefeitura municipal. Percebe-se que há uma intenção em apresentar o distrito de Xerém como um bom lugar para se viver, por conta da extensa área natural que o referido distrito detém. Isso significa que o poder público possui o conhecimento sobre a potencialidade da área rural de Duque de Caxias, mas como não apresenta uma proposta de desenvolvimento que seja compatível com o uso e ocupação do solo da área e nem renova a sua estrutura de legislação sobre o ordenamento territorial para que possa atender as dinâmicas locais atuais, a pergunta que deveria ser feita é: É bom para quem?

Foto 29 - Anúncio sobre Xerém no bairro Mantiqueira



Fonte: STUMBO, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação se propôs a demonstrar, de uma forma objetiva, que Duque de Caxias ainda carrega um estigma de ser um Município voltado para a atividade industrial, principalmente por conta dos grandes investimentos nas áreas fabris na década de 1930 a 1960. A Fábrica Nacional de motores, fruto da política do Estado Novo, e a construção da refinaria de Duque de Caxias (REDUC), foram decisivas para intensificar o uso industrial no solo Caxiense. Além disso, a proximidade com diversas rodovias brasileiras faz com que o seu posicionamento geográfico seja privilegiado para ações de logística, em nível nacional. E isso fez com que as diretrizes de ordenamento territorial fossem criadas dentro de um contexto que privilegiasse a atividade industrial no Município, mesmo que isso gerasse um conflito com o perfil de ocupação de solo em diversas localidades no território de Duque de Caxias.

É até compreensível ter uma estrutura de legislação urbanística que desse destaque ao uso industrial, pois Duque de Caxias foi alvo de diversos investimentos em esferas diferentes da administração pública. Junte isso a uma proposta de identidade nacionalista e de uma cultura de desenvolvimento dentro da intensificação da atividade fabril que data desde a década de 1930 e têm-se uma visão de planejamento territorial pautada exclusivamente no uso acentuado da indústria. Entretanto, com o passar dos anos, mesmo com a diversificação dos setores de trabalho, a visão de gestão e ordenamento territorial de Duque de Caxias não se desvinculou do âmbito da indústria.

A criação das unidades de conservação que estão sobre os limites de Duque de Caxias auxiliaram na dinâmica de ocupação mais rarefeita, principalmente no 4º Distrito, porém, a legislação municipal de ordenamento territorial não se adaptou aos planos de manejo das UC's. E o Plano Diretor Municipal, criado em 2006, não contemplou as suas leis complementares, que deveriam discutir sobre os diversos usos da terra, e conseqüentemente, apresentar um diagnóstico atualizado sobre o perfil de ocupação em Duque de Caxias. A lei, que ainda não foi revista, contrariando as orientações do Estatuto da Cidade, apresentou uma relação de macrozonas de desenvolvimento, que nem sempre conversam com a realidade local. Uma dessas áreas de desenvolvimento definidas pelo Plano Diretor é a ZEN

Rural, o recorte espacial desta dissertação, que está localizada no 4º Distrito do referido município.

Estra macrozona é a única do Plano Diretor Municipal cuja possibilidade de desenvolvimento inclui o turismo rural. Assim, a pesquisa tratou de expor as contribuições teóricas sobre este segmento do turismo. E a partir desta discussão, concluiu-se que não tem uma definição singular sobre o que é o turismo rural, já que, existem múltiplas atividades exercidas num mesmo espaço rural. E como o espaço rural também abrange diferentes significados, não há uma concepção geral que possa atender as múltiplas realidades e particularidades de cada local, mas sim, que a expressão “turismo rural” deve ser ligada a um conjunto de atividades que sejam vinculadas a originalidade da vida rural, sua cultura e sua economia, além de seguir os parâmetros de sustentabilidade, e por isso, não deve ser relacionado com o turismo em massa.

Assim, o turismo rural deve priorizar o baixo impacto social no local onde é aplicado, justamente para não descaracterizar a cultura local através da intensificação de relações mercantis. E isso também pode provocar a geração de simulacros, através da construção de empreendimentos que simulem a experiência da vida rural, mas sem nenhuma troca com a comunidade que reside e também os riscos de danos ambientais por conta do crescimento das atividades. Sendo assim, é importante estabelecer um planejamento para o melhor desenvolvimento do turismo rural, levando em consideração os aspectos físicos e também de ocupação da área onde será aplicada. E como não há uma definição e diretrizes únicas, é preciso compreender as diferentes estratégias do poder público para o desenvolvimento das atividades turísticas, em diferentes esferas. No âmbito Federal, as diretrizes de desenvolvimento são pautadas no auxílio aos produtores rurais para geração de uma renda com a atividade turística, pautada na sustentabilidade e também no crescimento dos produtores rurais. Sobre a esfera estadual, foi feito o plano diretor turístico que estabeleceu um zoneamento com base nas vocações municipais em diferentes atividades. No caso de Duque de Caxias, o plano diretor estadual previu uma vocação para o ecoturismo, principalmente por conta da presença das UC's em território caxiense. Entretanto, a falta de dados sobre a atividade turística caxiense fez com que não houvesse um diagnóstico específico para o município, realidade que persiste até os dias de hoje. Assim, algumas questões são feitas acerca do segmento de turismo rural: em Duque de Caxias se tem a possibilidade de

planejamento e execução de turismo rural? As localidades inseridas na única macrozona de desenvolvimento deste segmento do turismo possuem potencialidades para exercerem o turismo rural? O último capítulo deste trabalho tratou de responder a estas dúvidas a partir de duas perspectivas.

A primeira, pautada sobre os dados do censo agro 2017, que trata sobre as características dos estabelecimentos que detém uma atividade agropecuária. Como o turismo rural se baseia no cotidiano e no trabalho no meio rural, as localidades apresentadas pelo censo agro demonstraram que as localidades que estão relacionadas a agricultura e cultivo vão muito além dos limites estabelecidos pela ZEN Rural. Esse panorama apresenta um processo de desenvolvimento que não cabe mais na visão de gestão territorial adotada pelo Plano Diretor Municipal, em 2006.

Além disso, foi feita uma visita a campo para analisar e observar as localidades inseridas na ZEN Rural, e o que se conclui é que os estabelecimentos vistos são desconectados com a vivência do meio rural, sendo equipamentos para o lazer para atender a uma demanda que se faz presente. Entretanto, essa demanda não está vinculada para o turismo rural, mas sim, pelo uso da paisagem natural como um recurso de mercadoria e assim simular o cotidiano do espaço rural nos estabelecimentos visitados. Além disso, foi visto também que existem propriedades com algum tipo de produção agropecuária, mas que não possuem estrutura para visitação. Ou seja, há um potencial para um planejamento de uma atividade de turismo rural em Duque de Caxias, e a paisagem natural predominante na ZEN Rural possibilita que este segmento do turismo possa se desenvolver. Entretanto, como também foi visto durante a saída de campo, há uma disputa pela terra por conta de novos parcelamentos das mesmas, que podem aplicar uma nova dinâmica no uso e ocupação do solo. Assim, essa dissertação serviu como uma análise para destacar a viabilidade para o turismo rural em Duque de Caxias e assim, auxiliar no melhoramento do corpo legislativo de ordenamento territorial, tão focado no uso industrial, especialmente na revisão do Plano Diretor Municipal para ampliar as possibilidades de desenvolvimento do Município.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IplanRio/Zahar, 1987.

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu. **O adensamento populacional da Baixada Fluminense a partir dos loteamentos: A construção de uma periferia**. In: Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, janeiro-julho de 2020, n.24, pp.143-167.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (orgs). **Turismo Rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

BELOCH, Israel. **Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro. Record. 1986.

Bombeiros tentam conter incêndio em depósito de combustíveis no RJ. G1 Notícias, 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/05/bombeiros-tentam-conter-incendio-no-rj.html>>. Acesso em: 01/09/2020.

BONETTI, Lucas A; CANDIOTTO, Luciano Z.P. **Políticas públicas Federais de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF)**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, MG, 2012.

BRAZ, Antônio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2ª edição, 2019.

CÂMARA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2018.

CANDIOTTO, Luciano Z.P. **O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o programa nacional de turismo rural na agricultura familiar (PNTRAF) e o papel do Estado do Paraná no contexto**. In: Revista de Cultura e Turismo, ano 07 – nº02 – Junho, 2013. PP.111-131.

CAVACO, Carminda. **Turismo, comércio e desenvolvimento rural**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Márcio (orgs). Turismo Rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000. PP.69-94.

COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ): De cidade dormitório à cidade de refino do petróleo: um estudo econômico-político, no início dos anos 1950 ao início dos anos 1970**. Niterói, 2009.

CUNHA, Licínio. **Introdução ao turismo**. Lisboa: Verbo, 2001.

CYMBALISTA, Renato; NAKASHIMA, Rosemeire. **Plano Diretor na luta pelo direito à cidade**. In: CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Freire Paula. (orgs). Planos Diretores – processos e aprendizados. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2008.

FIRJAN. **Cadastro Industrial do Estado do Rio de Janeiro**. EBGE, 2015-2016. CD-ROM

FONTANA, Rosislene de Fátima. **Inovação no planejamento do turismo e da hospitalidade no espaço rural**. In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (orgs). Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri, SP: Manole, 2010. PP.259-273.

FRIAS, Renato Coimbra. **Geografia: Características fundamentais e um convite à escuta**. In: Espaço e Cultura UERJ. Rio de Janeiro. 1º semestre de 2019, nº45, PP.61-86.

FUCHS, Guilherme. **Depoimentos e Reflexões de um Teuto Brasileiro: Uma crônica**. Rio de Janeiro. Edição do Autor. 1988.

GOMES, Castro Ângela. **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth.; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs). A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decreto Estadual nº44.032 de 15 de Janeiro de 2013**. Disponível em:

<http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde4/~edisp/inea0018624.pdf> . Acesso em: 10/09/2020.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos no Brasil: uma primeira aproximação**. IBGE, coordenação de geografia – Rio de Janeiro. IBGE, 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017 – Resultados definitivos**. IBGE, coordenação de geografia – Rio de Janeiro, v.8, PP.1-105, 2019.

ICMBIO. **Plano de Manejo da Reserva Biológica do Tinguá**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/rebio_tingua.pdf>. Acesso em: 10/09/2020.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca de auto-estima)**. Record, 2000.

LIMA, Valeria Maria de Souza. **Turismo Rural no Estado do Rio de Janeiro: mapeamento, reflexões e proposições**. 2020, 339p. Tese (Doutorado). Instituto de Geografia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MARAFON, Glaucio José; SEABRA, Rogério. **Relações Campo-Cidade e a comercialização agrícola: notas sobre o espaço fluminense**. In: GEO UERJ. Rio de Janeiro. 2º semestre de 2014, ano 16, nº25, v.2, PP.9-36.

MAZUEL, Luc. **Patrimônio cultural e turismo rural: o exemplo francês**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Márcio (orgs). Turismo Rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000. PP.95-115.

MEIRELES, Bernedete Maria Lins Proença; GIULIANI, Antonio Carlos. Empreendedorismo: **Características Superlativas do Empreendedor Rural**. In: Congresso Brasileiro de Turismo Rural. Piracicaba – SP: FEALQ, 2003. PP.281-287.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O que são Unidades de Conservação**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao.html>. Acesso em: 10/09/2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Reserva da Biosfera**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga/reserva-da-biosfera.html>. Acesso em: 10/09/2020.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural do Brasil**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Contratos de repasse. Disponível em: <http://repasse.turismo.gov.br/>. Acesso em: 10/09/2020.

OXINALDE, Miguel del Reguero. **Ecoturismo: nuevas formas de turismo em el espacio rural**. Barcelona: Bosh – Casa Editorial, 1994.

PACHECO, Susana Mara Miranda. **Produção e Reprodução de Loteamentos na Periferia do Rio de Janeiro**. 1984, 218p. Tese (Doutorado). Instituto de Geociências – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

PAIVA, Alexandre Ricardo. **Turismo, produção e consumo do espaço**. In: VARGAS, Heliana Comin; PAIVA, Ricardo Alexandre (orgs). Turismo, arquitetura e cidade. Barueri, SP: Manole, 2016. PP.33-54.

PLANALTO. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 10/09/2020.

PLANALTO. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. **Decreto nº 97.780, de 23 de Maio de 1989**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97780.htm. Acesso em: 10/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Deliberação nº1688-1971**. PMDC: Duque de Caxias, 1971.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Deliberação nº1701-1971**. PMDC: Duque de Caxias, 1971.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Deliberação nº1765-1972**. PMDC: Duque de Caxias, 1972.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Decreto nº841-1973**. PMDC: Duque de Caxias, 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Decreto nº866-1974**. PMDC: Duque de Caxias, 1974.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Decreto nº970-1977**. PMDC: Duque de Caxias, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Decreto nº1864-1987**. PMDC: Duque de Caxias, 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Plano Diretor Urbanístico**. Disponível em: <https://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=7592>. Acesso em: 05/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Lei Complementar nº07-2019**. Disponível em: <<https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=21113>>. Acesso em: 05/09/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS. **Lei nº841-1987**. Disponível em: <<https://www.cmdc.rj.gov.br/legis/lei>>. Acesso em: 28/08/2021.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos; SILVEIRA, Leandro Almeida. **Situando Duque de Caxias no contexto metropolitano da Baixada Fluminense: de cidade dormitório a cidade plena**. In: MARAFON, G.J., and RIBEIRO, M.A. (orgs). Revisitando o território Fluminense, VI. Rio de Janeiro, 2017.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional**. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inés Geraiges de Lemos, Mônica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, São Paulo. Dezembro, 2006.

RODRIGUES, Thiago Coutinho. **A Fábrica Nacional de Motores (FNM) e as transformações espaciais ocorridas em Xerém**. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias: CMDC/ASAMIH, maio de 2013, ano 12, n.13, PP.44-51.
RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo Rural no Brasil – ensaio de uma tipologia**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Márcio (orgs). Turismo Rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru, SP: EDUSC, 2000. PP.51-68.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Gestão da capacidade de carga turístico-recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da ilha João da**

Cunha. In: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar (orgs). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas. 2000. PP.71-79.

SANTOS, Junior Orlando Alves. **Cidade, Cidadania e Planejamento Urbano: os desafios na perspectiva da reforma urbana.** In: FELDMAN, S; FERNANDAS, A. (orgs). O Urbano e o Regional no Brasil contemporâneo. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao Lugar.** São Paulo, 1ª Ed, 3ª reimpressão: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Alessandra Santos dos; PIRES, Paulo dos Santos. **Políticas públicas de turismo rural: uma alternativa necessária.** In: SANTOS, Eurico de Oliveira; SOUZA, Marcelino de (orgs). Teoria e prática do turismo no espaço rural. Barueri, SP: Manole, 2010. PP.60-79.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Márcio (orgs). **Turismo Rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru, SP: EDUSC, 2000. PP.15-50.

SEPLAG, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro. **Plano Plurianual, PPA/RJ 2012-2015.** Lei nº6126/2011. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2011.

SILVA, José Graziano da; VILARINHO, Carlyle; DALE, Paul. **Turismo em áreas rurais.** In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROELICH, José Marcos; RIEDL, Márcio (orgs). Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Papyrus, 1998. PP.163-180.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural Brasileiro.** Campinas, SP: Unicamp: IE, 2002.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense.** Mesquita: Entorno, 2007.

SOUZA, MarluCIA Santos de. **Escavando o passado da cidade: história política de Duque de Caxias.** Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio,2002.

TULIK, Olga. **Turismo Rural.** São Paulo: Aleph, 2003.

TURISRIO, Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. **Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: TURISRIO, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor.** São Paulo, 2005.

ZARZA, Eugenio Garcia. **Turismo Rual en Castilla y Leon, problematica y perspectivas.** In: OLIVEIRA, Cassio Garkalns de Souza; MOURA, José Carlos; SGAI, Marcio (orgs). Turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba, SP: Fealq, 2001.